

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ANDRÉA MARQUES BENETTI

**“MEU GRITO NÃO TEM MEDO DO TEU FALO”: A
FORMAÇÃO POLÍTICA NO INTERIOR DE COLETIVOS
ESTUDANTIS FEMINISTAS DO SUL DE MINAS GERAIS**

Alfenas/MG
2019

ANDRÉA MARQUES BENETTI

**“MEU GRITO NÃO TEM MEDO DO TEU FALO”: A FORMAÇÃO POLÍTICA
NO INTERIOR DE COLETIVOS ESTUDANTIS FEMINISTAS DO SUL DE
MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação, modalidade Mestrado Acadêmico, da Universidade Federal de Alfenas.

Linha de Pesquisa: Estudos em Educação: fundamentos, teorias pedagógicas e desenvolvimento humano.

Eixo: Sociologia da Educação

Orientador: Professor Doutor Luís Antônio Groppo

Alfenas/MG

2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas

Benetti, Andréa Marques.

B465m “Meu grito não tem medo do teu falo”: a formação política no interior de coletivos estudantis feministas do sul de Minas Gerais -- Alfenas/MG, 2019.

95f. : il. --

Orientador: Luis Antônio Groppo.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alfenas, 2019.

Bibliografia.

1. Feminismo. 2. Jovens – Atividades políticas. 3. Participação Política. 4. Identidade de Gênero. 5. Antropologia urbana. I. Groppo, Luis Antônio. II. Título.

CDD-370

Ficha Catalográfica elaborada por Fátima dos Reis Goiatá
Bibliotecária-Documentalista CRB6/425

ANDRÉA MARQUES BENETTI

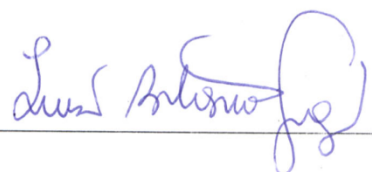
**“MEU GRITO NÃO TEM MEDO DO TEU FALO”: A FORMAÇÃO POLÍTICA NO
INTERIOR DE COLETIVOS ESTUDANTIS FEMINISTAS NO SUL DE MINAS
GERAIS.**

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Dissertação apresentada como parte dos
requisitos para a obtenção do título de Mestra em
Educação pela Universidade Federal de Alfenas.
Área de concentração: Fundamentos da
Educação e Práticas Educacionais.

Aprovado em: 19/09/2019

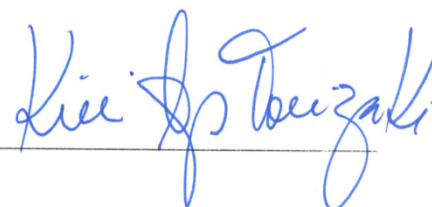
Prof. Dr. Luis Antonio Groppo

Instituição: Universidade Federal de Alfenas –
UNIFAL-MG

Assinatura: 

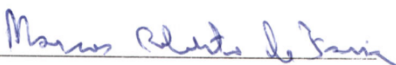
Profa. Dra. Kimi Aparecida Tomizaki

Instituição: Universidade de São Paulo – USP-SP

Assinatura: 

Prof. Dr. Marcos Roberto de Faria

Instituição: Universidade Federal de Alfenas –
UNIFAL-MG

Assinatura: 

*Esta pesquisa pertence às estudantes e a seus
Coletivos! Sua coragem tem sido um alento nesses
tempos sombrios!*

*Dedico também este trabalho à minha avó,
Eleonora, quem primeiro me falou de ser mulher!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente às mulheres cientistas, minhas professoras da Graduação, que me mostraram outras vivências e possibilidades do que é ser mulher. Que, no ambiente austero e machista de uma Universidade Católica me acolheram: bolsista e mãe, ensinando-me na prática que todo discurso é poder. Dentre essas, agradeço em especial à professora Ana Chaves, pela defesa incansável das políticas de direito e à professora Fernanda Resende, que me apresentou aos Estudos Queer, ainda no terceiro período de Pedagogia, acreditando tanto em meu potencial de pesquisa que eu mesma me tornei incapaz de duvidar.

Agradeço ao meu orientador, professor Luís Antônio Groppo, uma raridade no meio acadêmico, que conduz o Grupo de Estudos de Juventude de Alfenas, unindo carinho e humildade com pesquisa de alta qualidade. Groppo nos mostra cotidianamente que é possível produzir pesquisa sem destruir a humanidade de seus alunos.

Ao colegiado do Conselho Tutelar Sul Oeste de Poços de Caldas, agradeço imensamente pelo apoio e compreensão com minha frequência às aulas do Mestrado e pelo entendimento da importância das pesquisas sobre a Juventude.

Ao meu filho João Guilherme e ao Ricardo Senegal, que foi meu companheiro durante a maior parte do meu percurso no Mestrado, obrigada pela parceria e cuidado.

À querida amiga Isabella Silveira, que me coorientou durante a fase final da minha escrita, com sua exímia fluidez teórica e política. Obrigada especialmente pelas contribuições nas discussões de negritude, sem as quais este trabalho não poderia ser realizado.

Aos Coletivos Estudantis Feministas, minha eterna gratidão por me abrirem as portas e participarem desta pesquisa de forma tão intensa, por me receberem sempre tão carinhosamente e pela parceria de construção de políticas de defesa de direitos das mulheres no âmbito acadêmico.

Agradeço à banca de defesa desta dissertação, que me acompanha desde a qualificação. Ao professor Dr. Marcos Roberto, pelas imensas contribuições desde suas aulas no Programa de Mestrado, até as sugestões para composição deste trabalho. Obrigada por me ensinar que há Educação em tempos de barbárie! À professora Dra. Kimi Tomikazi pela leitura tão atenta e considerações sem as quais este trabalho não

poderia ter sido construído! Agradeço a presença de uma mulher com tamanho comprometimento social compondo minha banca!

À Ingrid Ribeiro, por fazer da luta feminista uma luta da Educação, por me ensinar sobre cuidado e resistência.

Ao Noah, meu companheiro de todo dia nessa fase final do trabalho, pelo cuidado e carinho e por trocar tão intensamente comigo minhas angústias de gênero.

A todas as mulheres que entoam comigo o coro de defesa de igualdade de gênero, às que me precederam na luta, me possibilitando gritar hoje, obrigada!

O presente trabalho foi realizado com apoio da coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior – Brasil – (CAPES) – código de financiamento 001

RESUMO

Esta pesquisa propõe a investigação dos Coletivos Estudantis que se articulam em favor de políticas de igualdade de gênero, considerando a participação política de jovens mulheres estudantes no interior de quatro Organizações Juvenis de duas cidades no Sul de Minas Gerais. Surge a partir de reflexões sobre as Organizações Juvenis Feministas oriundas da minha participação no Grupo de Trabalho da Pesquisa "A dimensão educativa das organizações juvenis" desenvolvido como projeto de extensão na Universidade Federal de Alfenas. Tem como principal objetivo compreender como se dá o processo de formação política no interior das Organizações Juvenis Feministas, analisando a contribuição da vivência nos Coletivos para a formação de jovens mulheres. A pesquisa se caracteriza com caráter etnográfico, já que busca os processos culturais de significações próprias do grupo pesquisado e com os termos e conceitos "nativos" que podem ser observados na interação dos indivíduos com este grupo. Os instrumentos de coleta de dados são observação participante com produção de Diário de Campo e entrevistas semiestruturadas. Utilizo-me para tanto, do referencial proposto pelos antropólogos pós-coloniais do Terceiro Mundo, buscando descentralizar a tradução dos símbolos do olhar hegemônico europeu, focando-me nas categorias de subalternidades, propostas pela antropóloga indiana Gayatri Spivak e o brasileiro José Jorge Carvalho. Para as análises de gênero, corpo e poder, utilizo-me do principalmente do arsenal teórico de Judith Butler e do filósofo Michel Foucault. Como principais resultados, podemos apontar para o caráter de fluidez e capacidade de articulação em Rede dos Coletivos estudados, além do profundo reflexo do momento político de retrocessos de direitos sobre o microespaço em que se inserem estas Organizações. Considero, finalmente, os Coletivos Estudantis Feministas como parte que compõe o coro de contradiscursos diante das hegemônias historicamente consolidadas na Educação e aponto seu caráter de construção política autorrepresentativa, portanto insurgente, conforme Jacques Rancière. Concluo, por fim, que os Coletivos das estudantes do interior de Minas Gerais nos auxiliam nos processos de deslocamento das narrativas imperialistas, movendo a condição subalterna para o centro dos discursos.

Palavras-chave: Coletivos Feministas. Organizações Juvenis. Formação Política. Gênero. Antropologia Pós-colonial.

ABSTRACT

This research proposes to investigate the Student Collective that articulate themselves pro equality of gender, considering the political participation of young student women inside four Youth Organizations from two cities in the countryside of Minas Gerais. From this point many reflections about these Young Feminist Organizations come up, due to my part in a research group called “The education dimension of the young organizations”, developed as an extension program in the Federal University of Alfenas. The main goal is to understand how these political formation processes happen inside the Young Feminist Organizations, analyzing the contribution of their own experience to these Collectives, to form these young women. The research has an ethnographic trait, since it seeks the understanding of the cultural processes of the own significances in the studied group, with terms and concepts considered “native”, that can be observed in the interactions of these individuals with the group. The gathering instruments of the data are the participant observation with the production of a Field Journal and semi-structured interviews. I use, therefore, the references proposed by the post-colonial anthropologists from the Third World, aiming to decentralize the translation of the symbols from the European hegemonic perspective, focusing on the categories of subordination, proposed by the Indian and the Brazilian anthropologists, Gayatri Spivak and José Jorge Carvalho. To the analysis of body, power and gender, mainly do I use Judith Butler’s background and the philosopher Michael Foucault. As main results, we can point to the fluid trait and capacity from the articulation of the Students Collective, beyond the huge reflex of the political moment of regressions of civil rights over the micro-spaces in which these Organizations are inserted. I finally consider the Feminist Students Collectives as part of what makes the choir of counter discourses over the hegemonies consolidated on Education and I point its characteristic of political construction self-representative, therefore, insurgent, according to Jacques Rancière. Thus, I conclude that the Students Collectives from the countryside of Minas Gerais help us in the processes of the shifting of the imperialist narratives, putting the condition of subaltern in the middle of the speeches.

Key words: Feminist Collectives, Youth Organizations, Political Formation, Gender, Post-Colonial Antropology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Beijo dos super-heróis	45
Figura 2 - Oficina de Cartazes, Meio Passe Livre Estudantil.....	52
Figura 3 - Cartaz Meio Passe Livre Estudantil.....	53
Figura 4 - Estudantes em frente à Prefeitura – Movimento Meio Passe Livre.....	55
Figura 5 - Ata de acordo com o Poder Executivo -Movimento Meio Passe Livre Estudantil	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	19
3 ENTARDECER – POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM TREVAS NO BRASIL.....	25
3.1 OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS – UM MARCO MILITANTE FEMINISTA NO SUL DE MINAS.....	26
3.2 COLETIVOS ESTUDANTIS FEMINISTAS NO SUL DE MINAS GERAIS ...	29
3.2.1 Coletivo Feminista Primavera Continua	31
3.2.2 Femhelp	35
3.2.3 Coletivo Panapanã.....	37
3.2.4 Coletivo Feminista Marielle Franco.....	39
4 MADRUGADA. EMBATES DE GÊNEROS NO MUNICÍPIO.....	41
4.1 CENÁRIO DE HORROR	43
4.1.1 Audiência Pública sobre Cultura no Município.....	47
4.1.2 Exposição de Arte do Ensino Médio em Espaço Cultural do Município	48
4.1.3 A Audiência Pública sobre Educação	50
5 AMANHECER: COLETIVOS E RESISTÊNCIA POLÍTICA.....	56
5.1 “A TRINCA POR DENTRO – DIÁRIO DE CAMPO DO MEIO PASSE ESTUDANTIL	56
5.1.1 Força militar	59
5.1.2 A militância nas ruas.....	59
5.1.3 Negociações políticas	60
5.1.4 Grupos marginalizados e a adesão aos protestos juvenis	61
5.1.5 Simbologias militantes	62
5.2 RELAÇÃO ENTRE COLETIVOS E INSTITUIÇÕES.....	65
5.3 REFLEXOS DO CONTEXTO POLÍTICO NACIONAL.....	68
5.4 O FEMINISMO COMO CAMPO DE DISPUTAS	70
5.5 O IMBRICAMENTO DAS PAUTAS MILITANTES: RAÇA, CLASSE E GÊNERO NOS COLETIVOS.....	76
5.6 O LÓCUS DE ENUNCIÇÃO NO INTERIOR DOS COLETIVOS.....	79
5.7 IMPLICAÇÕES EMOCIONAIS	81
5.8 A REPRODUÇÃO DO PODER HEGEMÔNICO A PARTIR DAS INSTITUIÇÕES	83
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

Foi a costureira do bairro que me contou, senhora negra que costura as roupas e as dores das pessoas, mas que lembra toda vez que sua reza nunca é maldade, que foi sua mãe que aprendeu com o Senhor Zé, um homem que morava sempre perto de cachoeiras e que conhecia todas as ervas aqui da região. Assim é que ela costura as dores em um patuá que a gente joga em água corrente e a dor vai embora junto com o rio. Ela, que conhece uma reza diferente para cada doença e a erva certa para cada situação, diz que tem que repetir direitinho o que ela manda falar e, se não acreditar, não sara!

Por sorte, essa senhora que adora contar histórias de sua infância de menina negra, na época do meu Diário de Campo, me contou algumas e me autorizou a fazer de uma delas a abertura do meu trabalho, dizendo que isso tudo é besteira só que ela contava, coisa à toa, mas, se eu quisesse poderia usar, com aquela pontinha de orgulho nos olhos. Seu filho gravava as falas e eu as transcrevia depois. E foi só na transcrição que consegui entender a grandeza daqueles discursos, repletos de metáforas que nos contam sobre escravidão, opressão, machismo e racismo.

Era o discurso que eu procurava desde que me encontrei com a Antropologia pós-colonial exatamente porque sua narrativa era a inversa da que temos ouvido até então, da que temos colocado no centro (CARVALHO, 2001). Não só porque é a voz de uma mulher negra brasileira do interior, mas principalmente porque ela inverte o herói, debocha do colonizador e não aceita o lugar onde foi historicamente colocada: o da subalternidade. Assim foi que ela me ensinou o que a Antropologia tem demorado mesmo muito pra aprender:

Era um jogo de futebol da fábrica lá do seu pai, seu pai era o dono da fábrica de licor, e resolveram jogar preto contra branco. Seu pai, lógico, era do lado dos pretos. Mas aquilo virou um sururu, uma confusão, uma “brigaiada”. Gente que nem era branco, mas considerava que era entrava na briga. Aí tinha um “cabocão” alto assim, ignorante, no time dos brancos que queria até sair “no tapa”. E acabou que seu pai acabou com tudo e falou: não quero saber mais dessa coisa de jogo aqui não. Mas era por isso, quem não era branco, mas considerava que era, o povo demora pra entender, não é? (DIÁRIO DE CAMPO, julho de 2018).

O povo demora a entender que não é branco, que não é europeu, que está jogando no time errado e comprando a briga que não é sua. E é preciso que um negro, que é o dono da coisa toda, coloque um fim ao jogo que está dando errado. Essa metáfora pode

se referir ao jogo social do Brasil, com maioria de negros, mas ainda em situação de marginalização, mas também ao jogo no interior da disciplina da Antropologia no Terceiro Mundo, sobretudo no Brasil, que a mantém ainda na elite acadêmica sem se preocupar em abordar nossa condição de subalternidade e as novas relações de colonização (CARVALHO, 2001).

Procurei, nesse trabalho, dados os limites da precariedade de minha posição de pesquisadora, tratar das relações pós-coloniais e abordá-las pela ótica da subalternidade proposta por Spivak (2010). Questionei-me, a partir dos estudos dos antropólogos do Terceiro Mundo que têm apontado essa necessidade, quais relações atuais de poder inscritas socialmente e reforçadas no interior da própria Antropologia e da Academia eu poderia ao menos levantar, enquanto me dedicava à árdua tarefa de produzir um estudo de tipo etnográfico dos Coletivos Estudantis Feministas. (CARVALHO, 2001; SAID, 2011; SPIVAK, 2010). Em que medida a pesquisa acadêmica feminista (RAGO, 1998) poderia ser lida pelos signos da nossa condição de mulheres estudantes brasileiras, no interior de Minas Gerais, considerando o ambiente escolar em suas muitas relações de poder e resistência?

A categoria de interior foi algo que me incomodou desde o início da pesquisa. a o quanto era diferente ser mulher, mas também ser feminista, no interior e Sul de Minas Gerais. Nossa condição de subalternidade é multiplicada pelas implicações interioranas de coronelismo político, pela experiência de cidade pequena e pela violência exacerbada contra mulheres nesta região, tratadas que somos como propriedades. Quando abordadas a partir das relações com a Educação, na formalidade da Instituição ou na formação dos Coletivos estudantis, os desdobramentos de poder e subalternidade se tornam ainda mais complexos.

Havia, sem dúvida, as implicações do interior e da cidade pequena em relação à violência, mas também em relação aos Coletivos Estudantis. Essa vivência de ser mulher jovem estudante e resistir, formando-se politicamente no interior de seus Coletivos, mas não se restringindo ao espaço institucional, estigmatiza as componentes destes Coletivos, entre as quais eu me incluo, na experiência da injúria, através de práticas sociais de nomeação e produção dos sujeitos que se fortalecem também a partir das redes de “entreconhecimento”, tão fortes nas relações de cidades pequenas interioranas (BATISTA, 2017).

Resolvi parcialmente este incômodo quando percebi que esta categoria era mais uma na soma das subalternidades e das opressões que nos acometem. Assim como

Spivak (2010), quando levanta a todo o momento o que é ser mulher na Índia e tenta fazer a leitura dos rituais de sua cultura a partir dela própria, tirando a licença da colônia inglesa de fazê-lo, busquei insistentemente falar do cenário das jovens estudantes a partir de nosso próprio contexto político, social e cultural.

Obviamente, este exercício não será completo, já que a Academia é regida ainda pelas escolas europeias, quase todo nosso referencial teórico antropológico e de discussão de poder e dos discursos está incrustado na Europa e não penso, de forma alguma, que este deva ser descartado ou desconsiderado, tanto que por vezes o utilizei. Acredito, sim, que precisamos cuidar somente para que o local dos sujeitos que buscamos descentralizar não seja novamente ocupado pelo modelo branco europeu masculino por isso busquei inserir nesse lugar as narrativas que nos são próprias, considerando as especificidades dos sujeitos de pesquisa em relação ao seu próprio espaço político, cultural e geográfico (CARVALHO, 2001; SPIVAK, 2010).

Dessa forma, este trabalho não tem pretensões universalizantes de leitura dos signos, as totalidades tão buscadas pela Antropologia na decodificação das culturas (MAGNANI, 2009). Entendo que essa universalização se aproxima sempre mais do olhar de tradução a partir do sujeito hegemônico, ainda que estejamos tratando de olhar para o subalterno. Esforcei-me então para nos olhar buscando o que havia de local, particular e específico, já que em grande parte do tempo me incluo no grupo pesquisado, não só a partir da imersão durante a pesquisa, já que observei Coletivos dos quais já participava ou mantinha parcerias nas ações. Assim, procurei não perder de vista o que há de brasileiro, sul mineiro e interiorano enquanto pesquisava e escrevia, assim como quando traduzia as simbologias.

Para tanto, considerei que “todo discurso é bricouler”, referindo-me à técnica proposta por Lèvi-Strauss, de utilizar para análise as ferramentas que estão prontas, muitas vezes fabricadas pelos próprios sujeitos da pesquisa. Assim, busquei meu campo de pesquisa na arena política produzida pelos próprios Coletivos, suas páginas na internet, o discurso de seus cartazes e suas fontes e referências militantes (CARVALHO, 2001).

No entanto, minha proposta não foi a de buscar totalidades ou universalidades a partir desta coleta de dados, mas colar os fragmentos compondo um novo todo, heterogêneo e que pudesse apontar para nossa realidade e para as novas formas de colonização (MEYER; PARAÍSO, 2012). Assim, utilizei-me do Diário de Campo e entrevistas semiestruturadas como principal fonte, mas também de história oral, como a

relatada acima, de conversas informais das estudantes dos Coletivos e de conversas online, com a devida autorização. Utilizei-me ainda de poesia, literatura e de textos de militantes feministas postados nas Redes Sociais, sempre com autorização das mesmas, garantindo assim a etnografia como leitura interdisciplinar. (MEYER; PARAÍSO, 2012)

Debati-me com um dos textos que mais brilhantemente abordam nossa condição de mulheres subalternas no Brasil. Discuti se deveria utilizá-lo na íntegra, se deveria disfarçar seu conteúdo explícito de corpos marginalizados, mas notei que a vergonha diante da oralidade e dos corpos das mulheres negras no Brasil é o mesmo do cânone acadêmico diante da realidade social. É algo do qual a Academia e a escola não dão conta, a saber, que inverter as narrativas precisava significar dar lugar ao corpo e seus signos nos discursos dos sujeitos a que se referem.

Afinal, como o texto não é meu, não tenho direito algum de lhe alterar. Se não foi escrito por mim, mas por uma mulher negra que fez a leitura da marginalização e da opressão por séculos destinada ao seu corpo, meu dever é só transcrevê-lo e cuidar para que sua análise e permanência em meu texto cumpram o papel que sua autora lhe destinou e que tão atenciosamente me autorizou a usar. Este texto foi originalmente escrito em reação aos abusos denunciados pelas mulheres russas por parte de brasileiros que para lá viajaram para assistir à Copa do Mundo:

"Credo, brasileiro parece que nunca viu buceta."

Então, na periferia das colônias, a vagina colonizadora é um artigo de luxo.

Colonizado nunca viu buceta colonizadora. E quando vê, se lambuza na própria mediocridade diante de tal achado.

A reprodução da mulher colonizadora é um recurso. Para o macho colonizador. Para a produção de herdeiros legítimos. Para a manutenção dos bens e da pureza de la sangre.

A vagina rosa não é só um órgão, uma parte do corpo, uma buceta, um palavrão. Ela é um significante.

Ela é um mundo de possibilidades. De acesso aos recursos negados ao colonizado. Acesso ao que "há de melhor" e mais escasso em termos de sistema sexo/gênero.

O acesso à vagina colonizadora para o preto é a porta para a família colonial. À janela da estrutura da branquitude e da casa de engenho. O acesso à vagina branca é tudo o que lhe foi negado feito carne. Rosa. Bela. E prazerosa.

Abraçar a mulher branca é abraçar a liberdade, dizia Cleaver.

Pro brasileiro terceiro mundista white pardo que se acha superior, a vagina branca é, antes de tudo, um direito adquirido. Eles são o que há de melhor na raça. Eles tem direito e dever de buscar na vagina a redenção pelo não rosa de sua vagina de origem.

A vagina comum, a vagina escura, a vagina caucasiana do sul, a vagina preta. Vaginas vulgares. Vaginas dominantes. Longe da fleuma e do glamour da vagina recessiva, a vagina parda, a buceta amarronzada e peluda do hemisfério sul é a vagina arrombada por onde passaram todos os 500 anos de exploração, de pobreza, de subserviência.

É a vagina tropical que com seu clima quente e propício choca os mais variados tipos de répteis com línguas rasteiras a procura de buracos mais amenos.

O brasileiro?

O brasileiro nunca viu buceta.

Porque o brasileiro nasce cego. Burro, só fode de luz apagada. Cospo onde devia comer com gosto.

E odeia o santo lugar de onde saímos todos que viemos ao mundo.

Ave todas as buças pretas desse mundo

Ave

(Postado pela militante Sueli Feliziani em seu perfil da Rede Social Facebook, em junho de 2018).

Quem dera poder transcrever nossa condição de subalternidade e de colonizadas com tanta genialidade! A vagina rosa é um significante, assim como a vagina preta. Elas se referem aos signos sociais de valorização e desvalorização da mulher, do sistema sexo/gênero de Terceiro Mundo e da nossa busca incessante pelo símbolo universal europeu para ler quem ainda chamamos de nativo. Somos nativos em relação a nós mesmos porque nos interpretamos a partir do sujeito referência (LOURO, 2008). A obsessão pela vagina rosa é resultado de não nos reconhecermos como subalternos, explorados por quinhentos anos, como propõe a autora. Sexo e gênero se imbricam nos signos sociais de valoração, porque o corpo é superfície política e, como tal, estará sempre no cerne dos discursos (BUTLER, 2000; FOUCAULT, 1999).

Resta-nos, portanto, a tentativa de colocar em pauta os discursos de resistência, inverter ainda que temporária e precariamente as narrativas de poder, ou seremos por muito tempo ainda os “cabocões” que jogam no time dos brancos, os “whitepardos”, procurando na simbologia das vaginas rosas sua redenção por não ser “A Metrópole”. Não somos.

Assim, este trabalho propõe a investigação dos Coletivos Estudantis Feministas que se articulam em favor de políticas de igualdade de gênero, considerando a participação política de jovens mulheres no interior de Organizações Juvenis do Sul de Minas Gerais, a partir da perspectiva da Antropologia Pós-colonial, considerando especialmente as contribuições teóricas da indiana Gayatri Spivak (2010), do palestino Edward Said (2011) e do brasileiro José Jorge Carvalho (2011).

Inspirei-me, para compor a metodologia de pesquisa, nas pesquisas pós-críticas em Educação. (MEYER; PARAÍSO, 2012). Para as análises de gênero, corpo e sexualidade, utilizo-me das perspectivas pós-identitárias, como a Teoria Queer, especialmente as abordagens da pedagoga brasileira Guacira Lopes Louro (2008) e de Judith Butler (2000), salientando suas discussões sobre os corpos politicamente

implicados e violentados e a produção de corpos abjetos em cenários de exploração e opressão social.

Como principal objetivo, a pesquisa visa investigar os processos de formação política no interior destas Organizações Estudantis, analisando a contribuição desses processos para a formação de jovens mulheres e seus processos de subjetivação, mas também a relação dos Coletivos com as Instituições Escolares de origem e as demais instâncias políticas, locais e regionais (CASTRO, 2008). Pretende ainda analisar o sentimento de pertencimento e exclusão das estudantes diante dos processos de marginalização e desigualdades de gênero no ambiente escolar e universitário, buscando perceber as influências e contribuições dos Coletivos nestes processos.

Parto, para tanto, da hipótese de que os processos de subjetivação política das jovens feministas nas Organizações que se articulam em favor de políticas de gênero auxiliam as estudantes no sentido de pertencimento à Instituição de ensino e na ampliação de vivências mais livres em relação aos processos de preconceito e regulação social a que estão expostas as mulheres em nossa sociedade e no sistema educacional. Considero aqui a concepção de hipótese proposta por Minayo (2011, p. 41), quando alerta que nas pesquisas voltadas para o campo social a inclusão da hipótese precisa superar a mera tentativa de respostas objetivas, assumindo antes o papel de “tentativa de criar indagações a serem verificadas na investigação”.

Pesquisar os Coletivos Estudantis que se articulam em favor de igualdade de gênero apresenta importância fundamental no que diz respeito ao entendimento dos anseios e dilemas das jovens estudantes universitárias e dos processos de permanência e exclusão, além do que podemos considerar como “mal-estar” ou sensação de “deslocamento” de algumas e alguns estudantes no meio universitário, devido às desigualdades de gênero e sexualidade e seus processos de hierarquização e exclusão social (LOURO, 2008).

A relevância desta pesquisa pode ser apontada ainda quando observamos que há claras demarcações dos grupos que são excluídos e dos que são incluídos, dentro de um padrão de “normalidade” absorvido e reiterado há séculos pelo modelo disciplinar das instituições (FOUCAULT, 2009). Dessa forma, considerando que a manutenção das identidades passa por dois processos distintos, mas complementares, “o social e o simbólico”, conforme Woodward (2000, p. 14). Podemos perceber então que, enquanto o simbólico representa quem é excluído, o social diz respeito às práticas de diferenciação ocorridas no cenário concreto e que consolidam tal exclusão.

Dessa maneira, é dentro dos Coletivos que as estudantes vêm buscando inserção política na Universidade, com a finalidade de operar contra as diferenciações sociais resultantes do processo simbólico das representações, percebidas e vivenciadas por elas próprias no contexto educacional e fora dele. Podemos nos questionar que significado tem ser uma jovem mulher cursando Universidade no interior de Minas Gerais, algumas vezes distante da família e submetida a processos sociais históricos de exclusão e demarcação de normalidade, reforçados, muitas vezes, pelo próprio meio educacional.

Assim, a pesquisa sobre os Coletivos Feministas busca trazer à tona processos de exclusão e de demarcação da função social das mulheres, centrando o olhar em Organizações que se constroem a partir do ambiente educacional. A relevância da pesquisa está em, justamente, buscar os processos de exclusão, mas também as formas de inserção política pela igualdade promovida pelos Coletivos, assim como as resistências ou contradiscursos. (RAGO, 1998).

Cumpra a esta pesquisa, considerando que “o modo feminista de pensar rompe com os modelos hierárquicos de funcionamento da ciência”, buscar introduzir a categoria gênero como forma de análise ao conjunto de pesquisas em Educação, ainda que em âmbito local, compondo ainda, juntamente ao Grupo de Trabalho que já realiza a investigação de outras Organizações Juvenis e que apresentarei no capítulo que se segue, uma pesquisa que abarque os processos de formação política, em seu caráter de Educação não formal, organizados e geridos pelas próprias estudantes (RAGO, 1998).

Organizei a escrita dessa dissertação considerando seu caráter etnográfico, sem concentrar marco teórico especificamente nos capítulos iniciais do trabalho, fazendo do campo a fonte principal, buscando não acomodá-la sobre um referencial teórico preestabelecido.

No primeiro capítulo, descrevo brevemente a história dos Coletivos a partir dos Diários de Campo e dos relatos das estudantes neles colhidos, além das falas das entrevistas.

O segundo capítulo explicita o contexto político municipal em relação às pautas de gênero, profundamente refletidas diante do cenário nacional e localiza a atuação dos Coletivos neste contexto.

O terceiro capítulo trata dos processos de resistência dos Coletivos a partir de dois focos principais. Primeiramente traça a profunda implicação política dos Coletivos em âmbito municipal e sua capacidade de fluidez e articulação em Rede, a partir do Diário de Campo do Meio Passe Livre. No segundo momento, com foco nos relatos das

entrevistas das estudantes, aponto para os processos subjetivos e a formação política no interior dos Coletivos.

Finalizo buscando contextualizar a pesquisa a partir das abordagens pós-coloniais e compreender como os discursos dos Coletivos podem contribuir para compor uma inversão das narrativas, problematizando o *locus* de enunciação.

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Como pesquisa de caráter social, podemos refletir sobre a concepção de Gil (2012, p. 26), que a conceitua como o “processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”. Desta maneira, podemos salientar o caráter da pesquisa como proposta de reflexões e análises sobre o campo da formação política e das identidades sociais de gênero, campo usualmente disciplinador, e considerar que “a principal fonte do aporte feminista à produção do conhecimento é a construção de novos significados na interpretação do mundo” (RAGO, 1998, p. 11).

A pesquisa apresenta caráter qualitativo, considerando que se pretende buscar no campo da pesquisa, as Organizações Juvenis Feministas, compreender os processos de formação política e a inserção das jovens estudantes nessas organizações, de forma a considerar suas vivências e perspectivas pessoais e do grupo, já que este tipo de abordagem considera a ação dos sujeitos em um ambiente concreto, conforme Chizzotti (2005), possibilitando a análise do “fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes” (GODOY, 1995, p. 21).

Partindo destas considerações, os procedimentos de Coletas de Dados propostos foram os seguintes:

* Observação participante, que se utiliza de técnicas de Coleta de Dados próprias da Antropologia e que privilegia, mais do que a interação, a convivência do pesquisador com o grupo pesquisado. Utiliza-se a concepção de etnografia urbana trazida por Magnani (2009), que amplia o conceito convencional de etnografia, considerando que nos movimentos urbanos também “a antropologia está em seu campo” (MAGNANI, 2009, p. 131).

Friso que a coleta dos dados na observação dos Coletivos tem sido realizada de forma a considerar as diversas maneiras utilizadas para a formação política no interior de suas Organizações e para a comunicação, entre elas e com outros Coletivos. Considero ainda que a própria disponibilização de material, físico ou online, é ato político de resistência.

* Entrevistas semiestruturadas com duas estudantes de cada um dos três Coletivos pesquisados, resultando em um total de seis entrevistas, com o propósito de cotejar a análise destas entrevistas com as observações, já que o que pode haver de mais

interessante no campo social pode ficar encoberto diante da pesquisadora durante as observações. Considera-se que as entrevistas tendem a captar os dados de forma a averiguar a opinião pessoal dos participantes, inclusive em relação a seus próprios Coletivos, o que, no caso da presente pesquisa, se torna muito relevante (GIL, 2012).

Por meio das entrevistas, se pretende levantar questões subjetivas individuais que podem não ser percebidas pela pesquisadora em campo. Alguns autores, como Boni e Quaresma (2005, p. 71), acreditam que só via entrevista se pode obter dados relacionados aos valores, crenças e opiniões individuais dos sujeitos de pesquisa.

Considero ainda que a forma semiestruturada permite que o entrevistado “discorra sobre o tema proposto”, buscando certa informalidade característica de uma conversa, que permite ainda realizar intervenções com o fim de redirecionar para o tema e permitindo um aprofundamento que provavelmente não se obteria com outra técnica de coleta de dados (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75).

Para analisar os dados obtidos na Coleta de Dados, guio-me pelos pressupostos da pesquisa etnográfica, buscando observar os grupos pesquisados em seu caráter cultural e reivindicativo específico, abarcando os contextos que guiam as Organizações Sociais e a formação política em seu interior, assim como as estratégias de ação destas organizações em relação a seus objetivos sociais.

Busco considerar que a pesquisa de caráter etnográfico não se baseia no acúmulo de dados ou informações coletadas, “mas em impregnar-se dos temas obsessionais de uma sociedade, de seus ideais, de suas angústias” (LAPLATINE, 2006, p.121). Considerando a necessidade de que o pesquisador viva a cultura que estuda é que se salienta a importância da observação participante, experimentando de dentro das Organizações Juvenis os dilemas das estudantes em suas múltiplas relações e contextos sociais e buscando analisar os resultados desta observação, cotejadas com as entrevistas (LAPLATINE, 2006, p. 122).

A antropologia urbana, segundo Magnani (2009), tem como enfoque principal o olhar do pesquisador sobre dois polos da relação dos grupos urbanos pesquisados: as relações deste grupo com o contexto em que estão inseridos e com a sociedade, considerando os diversos aspectos, mas também o cenário em que estas vivências se desenvolvem e que constituem o “recorte da análise” (MAGNANI, 2009, p. 132).

No caso específico desta pesquisa, as Instituições em que os Coletivos estão inseridos são cenários importantes, já que o sistema educacional abriga regras próprias e uma multiplicidade de especificidades sociais que certamente o diferenciam de outros

cenários de pesquisas sobre gênero.

É importante salientar, no entanto, que busquei o foco de análise nos Coletivos e, a partir daí, suas relações com as Instituições e com a sociedade em suas complexidades. Esse foco foi escolhido em consonância com o referencial teórico e metodológico que guia esse trabalho. Como fruto de uma pesquisa de tipo etnográfico pós-colonial, busquei inverter as narrativas, colocando no centro dos discursos a voz das estudantes, com a análise sendo feita partir de suas relações com o contexto, e não o contrário, que costuma ser hegemônico nas análises em Educação.

Portanto, creio, mas também espero, que a escrita deste trabalho cause estranhamento em relação aos seus sujeitos centrais, porque é sabido que as Instituições de ensino se inserem historicamente, ao lado de outras, como detentoras do saber-poder e suas formas de exercer esse poder são destrinchadas pelos pesquisadores da Educação, de diversas formas e sob diversos aspectos (FOUCAULT, 1996; 1999). Analisar, portanto, o cenário educacional a partir de estudantes e dos processos de formação que constroem autonomamente dentro de seus Coletivos, significa ver e escrever a partir da lógica do oprimido (FREIRE, 1981).

Salta-me aos olhos, portanto, o esforço e a luta contínua dessas estudantes jovens para meramente serem respeitadas e incluídas como parte do processo educacional e social. Para muito além de suas vivências em seus Coletivos, as estudantes feministas convivem em Instituições fincadas em uma sociedade cujo protagonismo não é a delas:

Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os "outros" sujeitos sociais que se tornarão "marcados", que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como "o segundo sexo" e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (LOURO, 2000, p. 09).

Pensando então nos marcadores sociais de participação dos Coletivos, o que temos, senão o completo inverso da norma? Até qual profundidade temos tido coragem, como educadores, de questionar o sistema, ainda que em nível micro, sobre o quanto essa norma ainda nos guia na construção de nossos currículos, planejamentos, avaliações e em nosso tratamento e nossa fala em sala de aula? Ou, o quanto essa norma, como todas, nos passa despercebida, tanto quanto é incorporada à Educação? As estudantes que compõem as Organizações Juvenis Feministas são o completo oposto do que Foucault chamou de "sujeito referência" citado por Louro (2000). São e somos mulheres estudantes, a maior parte de classe baixa, muitas de nós negras, grande parte

não heterossexuais e somos interioranas.

Estamos localizadas, portanto, no interior, no Sul de Minas Gerais, e o que tem significado, ou o que tem nos custado ser mulher estudante em um lugar como esse, com seus marcadores específicos e suas simbologias em relação às mulheres com características tão peculiares? Necessário se faz contextualizar nossos sujeitos de pesquisa em dada cultura e determinado tempo, já que a dissociação seria impossível à escrita etnográfica que se buscasse crítica. Contextualizando os sujeitos, portanto, seu *locus* de enunciado nos fala muito sobre as Instituições e seus processos patriarcais:

Eu acho que quando eu ouço um comentário, uma piada completamente escrota, racista, machista, dentro de sala de aula, eu já não sei mais me posicionar de ficar quieta e falar: “Ah, aquele é meu professor e eu não posso falar nada!” As pessoas olham pra minha cara e ficam esperando um posicionamento meu. demandas que precisamos, eu preciso saber da mulher negra, da realidade dela, eu preciso saber da homofobia que está rolando. (ELIZABETH, entrevista, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2018).

Assim, passei a entender que não só os estereótipos de mulheres interioranas e nossa posição geopolítica faziam parte de nossos embates, mas que essas categorias se manifestam nos discursos, formando a alteridade do Mesmo e do Outro (BEAUVOIR, 1949). No entanto, como as mulheres por séculos é que têm ocupado a categoria do outro, não pude deixar de considerar que a voz feminina e também a feminista é a voz subalterna. Poderia essa voz falar e ser ouvida? (SPIVAK, 2010). A entrevista de uma professora (a única servidora) que milita em um Coletivo Estudantil esclarece sobre a hegemonia da voz na Instituição em que trabalha e atua:

Eu acho que o nosso *campi*, de um modo geral, que engloba os oito *campus*, é uma Instituição patriarcal, mega machista, de cursos extremamente cheios de homens, vieram de escolas agrotécnicas. Se você olhar no site, toda gestão do *campus* é feita por homens, poucas mulheres. No nosso caso, a gestão inteira é feita por homens. Coordenador de ensino, coordenador de sei lá o que, diretor. E da Exatas. **Homens. Das exatas.** (grifo da entrevistada). Que valorizam uma questão, sabe, é diferente, não adianta e eu falei pra eles. [...] Esse nosso *campus* aqui que se diz povo, progressista, mas não é não. Não é não. É bem conservador, viu? (OLGA, Entrevista, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2018)

Assim, busco manter, ao longo das análises, o interesse do olhar pós-colonial, não apenas de falar através do meu próprio grupo, como categoria de mulheres estudantes no interior de um país colonizado - o que não significa obviamente que meu olhar e tradução e interpretação dos signos represente todas - , mas especialmente a busca de “deslocamento do *locus* de enunciação” (MAGNOLO citado por CARVALHO, 2001, p.119). Essa relocação tem a ver, além da fala pela voz subalterna, com a inversão das narrativas, expondo nosso horror:

“A partir de agora eu considero tudo blues.
O samba é blues, o rock é blues, o jazz é blues,
O funk é blues, o soul é blues, eu sou o Exu do blues.
Tudo que quando era preto era do demônio
E depois que virou branco foi aceito, eu vou chamar de blues
É isso, entenda.” (BACO EXU DO BLUES, Bluesman, 2018).

3 ENTARDECER – POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM TREVAS NO BRASIL

Eram tempos sombrios. Os Coletivos Feministas teimavam em existir. Quando iniciei a pesquisa, em 2017, o momento político do país anunciava trevas. O golpe contra a presidenta eleita balançava as estruturas da nossa frágil democracia e diversas propostas de leis ameaçavam a Educação formal brasileira como proposta de construção de uma sociedade mais justa (GROPPO et al., 2017). Menos de trinta anos após a Constituição Federal de 1988 e todo o esforço para efetivar uma Educação que se alinhasse com a Constituição cidadã, entramos no que o Editorial da Revista Educação e Sociedade (2017) chamou de “Crise do Projeto Democrático de Educação”:

Não se trata apenas de lentidão ou estagnação, mas de verdadeiro retrocesso em termos de política educacional. Exemplos notórios são as reformas e propostas de mudanças legislativas ora em curso, entre as quais merece destaque a Escola sem Partido. (EDITORIAL DA REVISTA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, 2017, p. 531)

Optei por chamar o Projeto Escola Sem partido de Lei da Mordaça, como ficou conhecido no meio militante e acadêmico. Acrescento, ainda, que, junto à Reforma do Ensino Médio, aprovada no governo de Michel Temer, que consiste em verdadeiro desmonte do Ensino Médio das escolas públicas e o congelamento de investimentos na Educação por vinte anos, aprovada pela Emenda Constitucional 95, de 2016, o país adota um projeto estritamente neoliberal de economia e, para tanto, necessita despolitizar a Educação e manter os professores amedrontados, correndo risco de processos judiciais, diante de seu papel de educar para a justiça social. (EDITORIAL DA REVISTA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, 2017).

No entanto, quanto mais apertado é o momento político, que pende para o conservadorismo, mais sexo e gênero estão no cerne dos discursos (FOUCAULT, 1996). Não à toa, a Lei da Mordaça se foca praticamente em impedir que professores trabalhem com pressupostos de igualdade de gênero e de orientação sexual, além do impedimento de falas sobre desigualdade social. Não obstante, a Base Curricular Nacional, aprovada também no governo do presidente Michel Temer, retirou qualquer menção à palavra “gênero” do currículo da Educação Básica. Considerando que os PCNs de 1996 já consideravam gênero e sexualidade como tema transversal, ou seja, que perpassaria todo o conteúdo da Educação, o retrocesso parece óbvio e atemporal:

[...] em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde ela exerce, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes

(FOUCAULT, 1996, p. 09,10).

Em reação a esses temíveis poderes que passaram a se impor rapidamente sobre o cenário educacional brasileiro, no final do ano de 2016, estudantes secundaristas ocuparam suas escolas, em uma onda nacional de ocupações que aparecem como um marco do movimento estudantil em todas as entrevistas que realizei. Não houve reunião ou ato dos Coletivos, não houve fala de entrevista ou conversa informal que deixasse de citar o movimento das ocupações como marco militante e com profundos impactos para o que temos hoje como Coletivos organizados dentro de Instituições de Ensino e para o próprio cenário educacional (GROPPO et al., 2017).

Manuela, estudante que formou seu Coletivo ainda quando cursava o Ensino Médio, fala da Ocupação de sua escola como marco para a formação de seu Coletivo e de outros da cidade:

[...] em relação à Ocupação: Nossa!!! (ênfase da entrevistada). Fez total diferença pra formar muitos Coletivos aqui (na cidade), sabe? Foi um momento no qual a gente percebeu que a nossa voz é bem maior do que a gente podia imaginar e foi, na verdade, foi por conta da ocupação que eu e a Letícia, a gente teve uma proximidade maior, a gente viu que a gente tinha pensamentos muito parecidos e acho que a partir disso que a gente começou a conversar bem mais do que a gente já conversava sobre esses assuntos. E foi quando a gente começou a ter esses pensamentos de participar de coletivos, a gente sempre ia em palestras juntas, em debates, então quando a gente formou o Femhelp¹, eu acho que foi uma coisa na qual a gente já estava raciocinando antes. (MANUELA, Entrevista, Femhelp, 2019)

Por este motivo, contextualizar os Coletivos pesquisados exige uma breve consideração a respeito das Ocupações das escolas secundaristas no Sul de Minas Gerais, que tiveram características próprias e foram primordialmente lideradas por mulheres estudantes. (GROPPO et al.; 2017, SILVEIRA, 2019).

3.1 OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS – UM MARCO MILITANTE FEMINISTA NO SUL DE MINAS

Pesquisei as ocupações secundaristas no ano de 2016, ano anterior ao início desta pesquisa de Mestrado, produzindo Diário de Campo que culminou, juntamente com as pesquisas dos meus colegas do Grupo de Estudos, em uma das primeiras publicações sobre as Ocupações Estudantis de 2016 (GROPPO et al., 2017). Atualmente, o Grupo de

¹- A Plataforma Femhelp é um dos Coletivos pesquisados e será melhor explicitada no decorrer do texto.

Estudos sobre a Juventude da Universidade Federal de Alfenas mantém como seu principal foco de pesquisa as Ocupações secundaristas, estendendo seu olhar para o país.

Quando se trata do Sul de Minas, no entanto, as Ocupações ocorreram de forma peculiar. Poços de Caldas, cidade com menos de 200 mil habitantes, localizada no interior de Minas Gerais e com viés turístico, é uma cidade que se gaba da tradição dos coronéis da época do Café. Curiosamente, foi na escola pública estadual de localização central, uma das consideradas mais tradicionais e conservadoras e até elitizadas, que ocorreu a primeira Ocupação do município, a partir dela desencadeando a onda de ocupações do Sul de Minas, a primeira ocupação secundarista da história da região (SILVEIRA, 2019).

As adolescentes que lideraram a Ocupação da escola central participavam do Grêmio Estudantil e militavam em um Coletivo Feminista escolar. Mantiveram, durante todo o processo de ocupação, a articulação política externa e interna sob suas mãos, o que não significa que o processo foi tranquilo. Ao contrário, as Ocupações foram momento de imenso embate político com as gestões escolares e políticas e com a comunidade escolar.

Grupos se dividiram entre quem apoiava e quem era contrário às Ocupações. Entre os segundos, chegou a ser construído um antimovimento, como o Desocupa, que se articulava em Rede Social para tentar desocupar a escola de forma violenta. Esses grupos contrários eram formados por pais, alunos, professores e alguns membros da comunidade que discordavam das ocupações das escolas como movimento estudantil legítimo para exigir direitos que os estudantes entediam estar sendo violados.

Nem todo o movimento de oposição, no entanto, propôs violência. Uma parte dos pais e estudantes descontentes com as Ocupações solicitaram junto ao Ministério Público um processo jurídico de desocupações, que se estendeu por audiência na Vara da Infância para buscar desocupar a escola. Estas ações se mostraram infrutíferas e as ocupações se estenderam, até que o Poder Judiciário ordenou a desocupação forçada das escolas que ainda resistiam. Um diretor escolar foi processado, acusado de colaborar com a ocupação da escola que geria, mas o processo não obteve êxito.

Entre os grupos de apoio, havia diversos Coletivos. Na primeira escola ocupada, um Coletivo ligado à cultura, e bem ativo na cidade, se movimentou e construiu as páginas de comunicação dos Ocupas, ligando-a às Redes de Mídias alternativas do país, como o Mídia Ninja. Essa publicização das Ocupações e divulgação de suas atividades

e aulas foi fundamental para dar visibilidade ao movimento de forma ampla, mas também para a segurança dos estudantes, já que uma desocupação forçada e ações violentas ficariam mais difíceis perante tamanha visibilidade midiática, considerando também que a imprensa local se esforçou para cobrir o Movimento.

Dessa forma, o Sul de Minas se construiu como polo forte de movimento estudantil a partir das Ocupações, que não surgiram de forma aleatória. Além de ser um movimento nacional em 2016, com escolas ocupadas em todas as regiões do país, também de forma alguma foram um movimento sem alicerces políticos anteriores (SILVEIRA, 2019). As ações e aulas desenvolvidas nos interiores das Ocupações no Sul de Minas possuíam caráter extremamente politizado: as discussões e formações internas que versavam sobre o cenário político e os projetos de lei, à época, que posteriormente foram aprovados, consistiam em debates com a participação de especialistas, professores e advogados que, junto com os secundaristas buscavam compreender e construir outra realidade social.

Falar de Ocupações, no entanto, significa tratar do “olho do furacão”, já que ocupar escolas é um movimento militante radicalizado (GROPPO et al., 2017, p. 14; SILVEIRA, 2019, p. 12). Essa radicalização implica em ocupar um espaço educacional formal e o reconfigurar completamente de acordo com as demandas políticas e embates do movimento estudantil com as gestões de âmbito nacional. Mas a radicalização necessária à organização e manutenção de ocupações estudantis também exigiu das adolescentes a permanência no ambiente escolar, longe de casa, algumas vezes por muitas semanas e coordenando um movimento político complexo e extenuante.

Não obstante, para o que nos move a esta pesquisa, os Coletivos Feministas, o contexto das ocupações teve influência direta em todos os grupos pesquisados: três dos Coletivos surgiram após as Ocupações, com peculiaridades que descreverei adiante, ao contar a história de cada um deles; em contrapartida, um deles se enfraqueceu e teve minadas suas atividades e reuniões após o final de 2016. As Ocupações secundaristas no Sul de Minas Gerais, portanto, impulsionaram a movimentação estudantil de formas variadas, a depender dos contextos educacionais e militantes, mas sua influência aparece na formação atual dos Coletivos, na permanência e destaque de novas lideranças feministas, na sequência de Coletivos em escolas ocupadas ou em extinção de Coletivos que não resistiram ao cenário político posterior. Abordarei com mais detalhes cada situação nas sessões que se seguem.

3.2 COLETIVOS ESTUDANTIS FEMINISTAS NO SUL DE MINAS GERAIS

Durante o segundo ano da pesquisa, em 2018, auge da produção dos Diários de Campo, as campanhas e eleições presidenciais, que tiveram como resultado a eleição de Jair Bolsonaro, intensificaram o discurso moralizante em torno da família e dos costumes. As *fake news* (notícias falsas) de Redes Sociais, apontadas como principal recurso de campanha da extrema direita, basicamente tratava de um suposto *kit gay* que seria distribuído pelo candidato da oposição, Fernando Haddad, às escolas. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), determinou a retirada das *fake news* sobre *kit gay* das campanhas em Redes Sociais.²

As *fake news* também disseminaram no que ficou conhecido como “mamadeira de piroca”: a notícia, obviamente falsa, de que as mamadeiras distribuídas na Educação Infantil teriam a forma de um pênis.³ Esta estratégia de campanha terminou por se tornar fantasia no Carnaval do ano de 2019.⁴

Mas as investidas não eram isoladas e os discursos do candidato, que seria eleito presidente em breve, incansavelmente se referiam a grupos historicamente oprimidos, como recurso de campanha e proposta do que seriam os rumos reais do seu futuro governo. Discursou sobre demarcação de terras indígenas e garantiu que em seu governo não haveria mais um centímetro de terras demarcadas. Ofendeu as comunidades quilombolas de forma racista⁵ ameaçou a população em relação à diversidade de orientação sexual e de gênero.

Ingênuo seria acreditar que se tratava apenas de estratégia discursiva eleitoral e que seriam investidas isoladas. Gênero, sexualidade e grupos minorizados passam a ser o cerne das falas que conduziriam ao agravamento do cenário político brasileiro. Enquanto o Ministério dos Direitos Humanos é extinto e transformado em Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos⁶ e a ministra que assume a pasta, Damare Alves, pronuncia seus discursos reforçadores de normas hegemônicas de gênero, como afirma Benedito (2019), afirmando que meninos vestem azul e meninas, rosa, uma reforma da

²Fonte: <https://veja.abril.com.br/politica/tse-manda-tirar-do-ar-fake-news-de-bolsonaro-sobre-kit-gay/>

³Fonte: <https://revistaforum.com.br/politica/fake-news-contr-haddad-vao-de-mamadeiras-eroticas-para-criancas-ao-fim-do-13o/>

⁴Fonte: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/entretenimento/critica-as-fake-news-mamadeira-de-piroca-vira-febre-entre-folhoes/>

⁵Fonte: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/>

⁶Fonte: <http://www.esquerdadiario.com.br/Apos-General-apontar-Bolsonaro-anuncia-a-extincao-do-Ministerio-dos-Direitos-Humanos>

previdência com potencial de tragédia histórica é enviado à votação do Legislativo. (SILVA, 2019)

Nesse cenário de caos educacional e político, quando pensávamos já estar avançando em relação a direitos, quando as teóricas e teóricos se debruçavam sobre as pesquisas de gênero, sofisticadamente discutindo temas complexos como corpo e cultura, já imaginando tempos melhores, vergonhosamente retrocedemos ao mínimo (BUTLER, 2002; LOURO, 2000). Ao cúmulo de ter que, em uma dissertação de Mestrado de uma Universidade Federal, como é o caso dessa pesquisa, abordar algo como a invenção de um “kit gay”.

Assim, pensar em Coletivos Estudantis Feministas diante de cenário atual, implica em olhares teóricos, empíricos e políticos, simultaneamente voltados para o caos e para a resistência. A cada dia que os Coletivos teimavam em existir e lutar dentro de suas Instituições e na comunidade, era um dia a mais que sobrevivia a luta por direitos. Essa luta se liga diretamente à pesquisa que procurei desenvolver. O mesmo cenário caótico e ameaçador que envolveu os Coletivos também me envolve, não somente porque pesquisei o meio educacional, mas porque estou também inserida na Academia, me voltando para os temas mais perseguidos socialmente. A própria existência de mulheres na Ciência parece estremecer (BENEDITO, 2019).

Considerando todo esse cenário, optei, por decisão em conjunto com as estudantes, por manter o nome dos Coletivos, por imperativo de militância, e ocultar suas Instituições. Os nomes das estudantes são fictícios e foram escolhidos por elas próprias. Hesitei bastante em tomar a decisão de exibir os nomes das Organizações, no entanto, em todas as conversas que tive com as estudantes, essa escolha por parte delas ficou bastante clara: “A gente carrega esses nomes com o maior orgulho do mundo e eles precisam saber que houve resistência.” (ELIZABETH, Diário de Campo, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2019).

Assim, como também considero que essa dissertação faz parte de um conjunto de contra políticas, formando junto com os Coletivos pesquisados um coro de contradiscursos, termo utilizado por Rago (1998), mantenho os nomes que as estudantes escolheram para suas Organizações, compreendendo que esses nomes fazem parte do processo de identidade individual de cada uma delas:

[...] eu era um bichinho do mato, já conhecia um pouco de feminismo, já tinha lido algumas coisas, mas eu cheguei lá totalmente “cru” de tudo. [...] Acho que eu me encontrei, acho que é o que quero assim pra minha vida, eu não me vejo longe da militância, eu não me vejo fora do Coletivo assim. Não me vejo longe dessas pessoas, dessa união

assim, mulheres fudas do meu lado, a gente está sempre aprendendo, é lindo isso! (ELIZABETH, Entrevista, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2019)

Olha, eu acho que, de verdade, eu não seria feliz porque tudo o que aconteceu no Ensino Médio, a Ocupação, as aulas que eu tive, o Grêmio, o Femhelp, tudo isso foi uma guinada pra eu me descobrir, pra eu me conhecer, pra eu me amar, tudo isso foi o que desencadeou pra eu ser o que eu sou hoje e se nada disso tivesse acontecido, nossa, certeza que eu seria aquela pessoinha no canto que se esconde, sabe, que tem medo de demonstrar o que pensa, que acha estranho poder ter pensamentos fora da caixinha, acha estranho se achar uma pessoa legal, se achar uma pessoa inteligente, uma pessoa capaz de poder ajudar outras pessoas. Eu seria uma pessoa totalmente introvertida, não só das pessoas a minha volta, mas eu seria uma pessoa introvertida de mim mesma. (MANUELA, Entrevista, Coletivo Femhelp, 2019)

Porque o que a gente aprende no Panapanã e até nos atos e tudo o mais acaba que vira parte de mim, não é? Então, assim, as coisas que, o relacionamento, por exemplo, é uma coisa que quando é discutida, quando a gente fala sobre, lá no Coletivo, aí me faz pensar. Até eu comigo mesma, eu fico pensando: gente, mas não é que é verdade? Não é bem assim, não é? Então, acaba refletindo em mim mesma, acaba que eu acho que melhora. (LUZIA, Entrevista, Coletivo Panapanã, 2018)

Os quatro Coletivos pesquisados foram formados dentro de Instituições de ensino, um deles por estudantes de Ensino Médio de uma escola pública, o segundo formou-se da militância de estudantes de uma Universidade privada confessional e outros dois em *campi* de Universidade e Instituto Federais. Apesar de ter optado por não ocultar os nomes dos Coletivos, não farei a associação entre eles e as Instituições nos quais se inserem.

3.2.1 Coletivo Feminista Primavera Continua

O Coletivo Feminista Primavera Continua também era conhecido por Coletivo das Minas. Teve o ápice de sua atuação nos anos anteriores ao início das minhas observações, em 2015 e 2016, quando eu pesquisava no Grupo de Estudos sobre a Juventude da UNIFAL-MG, mas ainda não cursava o Mestrado em Educação. Como era um dos Coletivos mais atuantes na época em que construí o projeto de pesquisa, o incluí imediatamente na proposta de investigação.

Minha principal preocupação, assim que o projeto da pesquisa foi aprovado, foi a percepção do que já me rondava: os Coletivos Feministas eram extremamente fluidos e os que surgiam dentro de instituições escolares, secundaristas ou universitárias, estavam ainda sujeitos a muitas outras intempéries do meio: época de provas, férias escolares,

formatura de estudantes que compunham os Coletivos e que voltavam para suas cidades de origem. Com isso, Organizações que em um momento existem e são muito ativas, propondo ações dentro de seus *campi* e em suas cidades, em meses ou dias podem deixar de existir, assim como outras surgem e unem-se de forma muito rápida e difícil para uma pesquisa de Mestrado acompanhar.

Como faço parte de Organizações Feministas já há muitos anos, acompanhando os grupos, como feminista, às vezes como professora e agora também como pesquisadora, presenciei a formação e a dissolução de diversos Coletivos, assim como os períodos de dificuldades de reunião e de encontro entre as participantes. Em um primeiro momento, senti o desespero de quem tinha os sujeitos e o objeto da pesquisa todo o tempo escapando. O Coletivo Feminista Primavera Continua que era, no ano da construção do projeto, o mais ativo, praticamente não fazia mais reuniões presenciais. Senti-me como na descrição de Clifford (2001) quando escreve seus “Dilemas da Cultura”: viajando para o abismo em um automóvel sem condutor.

No entanto, o Primavera Continua parecia estar sujeito a um contexto muito específico, que tinha a ver com a Universidade em que estava inserido e com o Município, que sofreu um processo de “desocupação” das escolas de Ensino Médio bastante violento. Também na própria Universidade, há relatos de perseguição aos estudantes que participaram da Ocupação do *campus* até hoje, quase três anos depois. “Há alunos que foram sequencialmente reprovados na mesma disciplina, que são perseguidos por professores até hoje por terem participado da Ocupação. Teve aluno que se f... muito, muito mesmo.” (FERNANDA, Relato colhido em Diário de Campo, Coletivo Feminista Primavera Continua, 2019).

Diante das observações, passei a perseguir a hipótese de que o Coletivo tinha se dissolvido a partir e como resultado das Ocupações. Embora até hoje haja algumas tentativas de encontros, quase todas terminam se dissipando, e tenho mantido contato com as feministas de forma muito pontual e pela Rede Social. Essa hipótese não foi consenso entre as estudantes que participaram do Coletivo na época de sua atuação:

O Coletivo Feminista nunca teve muita força. A gente organizava reuniões esparsas e atos quando acontecia alguma coisa, na realidade. Até hoje, as tentativas de encontro ocorrem quando há uma denúncia de abuso ou algum fato machista dentro da Universidade. (AMÉLIA, Diário de Campo, Coletivo Feminista Primavera Continua, 2019).

As estudantes concordam, no entanto, que há falta de estudantes feministas que conduzam as reuniões e “puxem” o Coletivo de forma mais organizada e frequente.

Embora não haja liderança nos Coletivos Universitários Feministas, as entrevistadas apontam para a falta de alguém que tome à frente das discussões.

Mas a Universidade conta com a presença de diversos outros Coletivos organizados entre eles Coletivos de pauta política, como o Levante Popular da Juventude e o Juntos!, que possuem setoriais de mulheres, que, portanto, entrecruzam suas pautas políticas com as de gênero no interior da Universidade (GROPPO et al., 2019). Assim, as estudantes debateram se não seria a presença desses setoriais que enfraqueceriam a presença de um Coletivo específico com pautas unicamente feministas no *campus* (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). No entanto, logo refutaram essa possibilidade:

[...] por mais que os Coletivos organizados tenham os seus setoriais feministas, a gente pega o enquadramento em 2017, onde houve também um enfraquecimento desses Coletivos. Então, se é verdade que o movimento feminista da Universidade como um todo não vai pra frente porque os Coletivos se auto-organizam e têm pautas de mulheres, se isso é verdade, então a queda do movimento feminista como um todo também se dá com o enfraquecimento dos Coletivos. (FERNANDA, relato colhido em Diário de Campo, Coletivo Feminista Primavera Continua, 2019)

A estudante passa a avaliar o enfraquecimento dos Coletivos organizados no interior da Universidade como um fenômeno generalizado, que culminou por deixar estagnado também o Coletivo Feminista:

[...] em 2017 o Levante entra em crise, o Juntos entra em crise e o Quilombo entra em crise! E em 2018 a crise do Quilombo se representa no sentido de que o Quilombo não existe mais porque eles têm uma ruptura interna no partido e eles criam outra tendência e nisso cria-se outra Juventude Organizada agora, o Enfrente! Enfim, eles não atuam, não é?. Eles enfraqueceram sua atuação dentro da Universidade, assim como o Juntos! [...]. E aí então, houve enfraquecimento dos Coletivos e aí não se tinha militantes orgânicos, com discussões orgânicas pra poder fomentar a discussão sobre as mulheres, como um todo na Universidade. (FERNANDA, Coletivo Feminista Primavera Continua, relato colhido em Diário de Campo, 2019)

Compreendo que o encolhimento do Coletivo Feminista Primavera Continua se dá em um processo de recuo da Rede de Coletivos que se organizavam dentro da Universidade de forma muito potente e que, desorganizados os setoriais de mulheres dos diversos Coletivos políticos, o enfraquecimento se deu em cadeia.

No entanto, o processo de desmobilização não ocorre como isolado e interno, somente. Ao contrário, se liga ao desgaste e às angústias das estudantes, provocados pela Ocupação e pelo contexto político geral do país. A associação entre o desgaste desse microespaço estudantil e a política ampla de retirada de direitos culmina no “descenso do ciclo de protestos juvenis” inclusive nessa Universidade em particular

(GROPPO et al., 2019, p. 152).

Portanto, parece consenso a influência imensa das Ocupações no processo de desmobilização e enfraquecimento dos Coletivos, com resultado de atual inexistência prática de feminismo organizado na Universidade. Angústias e desgastes pessoais impulsionam e recortam todo o processo:

O Juntos, ele se enfraquece muito após as Ocupações, não é?. É quase inexistente, quase inexistente porque assim: eu não vou apagar a minha história. Enquanto eu estava ali presente, eu estava carregando a bandeira do Juntos! Então, atuante num movimento forte, o Juntos já não existia mais, assim como o Levante Popular da Juventude! (FERNANDA, Diário de Campo, Coletivo Feminista Primavera Continua, 2019).

Quando apontam para o enfraquecimento político de suas Organizações, relatam a escolha de não permanecer por ali em Coletivos não atuantes ou com atuação prejudicada. Tristemente, as estudantes relatam que houve tentativas de reorganização das atividades feministas no ano de 2018 e que as reuniões uniram estudantes em número satisfatório, mas que as ações não mantinham sequência a ponto de se impor como Coletivo, nem para ações formativas nem como instrumento político no interior da Universidade. Sobre uma denúncia grave de abuso sexual sofrida por uma estudante por parte de um colega, as estudantes relatam que o caso foi exposto pela Instituição, o que culminou em tentativa de suicídio pela aluna. O Coletivo, já enfraquecido e em tentativa de reorganização em decorrência do caso, não se fortaleceu a esse ponto:

A gente tentando acompanhar esse caso: a gente não deu conta de acompanhar e após isso nós não conseguimos retornar as reuniões e ver o quanto o Coletivo poderia ser efetivo, não só nesse caso, mas efetivo como um todo. E desde então ficou parado. Assim. (FERNANDA, Diário de Campo, Coletivo Feminista Primavera Continua, 2019).

Em sequência, as estudantes passam a depositar a confiança nos setoriais recentemente criados pela própria Instituição. A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários Estudantis, a PRACE, terá uma Secretaria de Direitos Humanos, que tratará das questões das mulheres, negritude, LGBT+⁷ e acessibilidade. Como essas pautas coincidem com as secretarias existentes no DCE, as estudantes acreditam que a associação entre Universidade e DCE possa ser um novo mote de ações feministas de forma organizada: “[...] o intuito é promover espaços pra ver se há uma reorganização do Coletivo. Não sei se reativar o que existe ou se a criação de outro, talvez. Esses são

⁷ Optei pelo uso da sigla LGBT+, que se refere a gays, lésbicas, bissexuais e transexuais, além da imensidade de outras categorias não normativas de gênero e sexualidade.

os caminhos que a gente está dando no momento.” (FERNANDA, Diário de Campo, Coletivo Feminista Primavera Continua, 2019)

Dessa forma, compreendo que a contração dos Coletivos como fruto da cadeia de desmobilização do ciclo de protestos juvenis produz impactos no micro-espço de forma direta. A não atuação feminista organizada em uma Universidade do interior de Minas Gerais resulta em “casos soltos”, mas também em sentimento de frustração por parte das estudantes, que têm ligação com seus processos individuais de luta e militância, a “subjetivação política” (CASTRO, 2008).

No entanto, o processo das Ocupações é complexo e não se deu de forma única em todo Sul de Minas. Na Universidade que abrigou o Coletivo Feminista Primavera Continua, o resultado do processo somado ao contexto político resultou em enfraquecimento e desaparecimento de ações. Mas nos outros três Coletivos pesquisados, ao contrário, as Ocupações influenciaram, ainda que de forma indireta, na construção e fortalecimento das Organizações Juvenis.

3.2.2 Femhelp

O Coletivo Femhelp surge no final do ano de 2017, formado por estudantes secundaristas, que se uniram em um grupo para produção de um trabalho da Feira de Tecnologias, no último ano do Ensino Médio da escola pública em que estudavam.

As adolescentes desenvolveram uma página na internet, chamada Femelp (inserir nota de rodapé), com o objetivo de informar sobre violência doméstica e receber relatos de mulheres, encaminhando as mesmas para os órgãos oficiais conforme o caso. Assim, a página conta com informações sobre a Lei Maria da Penha e sobre relacionamentos violentos e abusivos, com canal de relatos e com um *chat*, onde é possível conversar com as administradoras e receber informações ou somente ser ouvida.

Na ocasião da apresentação dos trabalhos, que se deu em formato de Feira de Ciências, as estudantes, que haviam sido minhas alunas na disciplina de Arte, no primeiro ano do Ensino Médio, portanto dois anos antes, me pediram para visitar o trabalho delas na escola e acionar a imprensa local, com o objetivo de divulgar a plataforma.

Lembro-me de ter estacionado o carro em frente à escola, já velha conhecida minha, escola em que estudei e onde estudou minha irmã e minha mãe, escola em que trabalhei como professora e escola que foi ocupada um ano antes da criação da

Femhelp, Ocupação essa da qual participaram duas das estudantes que agora criavam a Plataforma. Entrei para assistir à apresentação, bastante orgulhosa por ter, de alguma forma, a confiança das adolescentes, que passaram a me convidar para acompanhá-las todas as vezes que falavam da Femhelp em algum lugar.

Conforme me foi pedido, acionei toda a imprensa local e regional.⁸ Por conta do meu trabalho atual no Conselho Tutelar, tive certa facilidade em auxiliar na divulgação do trabalho das adolescentes, que cresceu imensamente desde a criação inicial do *site*. A Plataforma, que era um trabalho escolar de tecnologias em favor da sociedade, acabou permanecendo e como as estudantes são constantemente acionadas para apresentar a Femhelp para estudantes e mulheres em diversos espaços, terminaram por se tornar um Coletivo, como elas mesmas se definem atualmente:

Hoje em dia eu também vejo muito o Femhelp como um Coletivo, sabe? O tanto de coisa que a gente faz, o tanto de gente que a gente acaba acolhendo. E as rodas de conversa que a gente faz em todos os lugares, por mais que não seja nosso intuito, parece que é só a gente se reunir que o assunto surge, um debate, todo mundo se conscientiza (MANUELA, Entrevista, Coletivo Femhelp, 2019)

Muito rapidamente, no entanto, o Coletivo ganhou outra configuração. Permaneceram, na Femhelp, duas estudantes que a criaram originalmente, as mesmas duas que participaram das Ocupações, e houve a inserção de mais uma, irmã de uma das criadoras. A Femhelp conta também com o apoio de uma estudante de psicologia, que auxilia no trabalho de ouvir e encaminhar as mulheres para os órgãos de proteção conforme o caso. Também há o trabalho rotineiro, completamente voluntário, que é desenvolvido pelas feministas, e ainda o apoio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que atende mulheres em situação de violência doméstica.

Dessa forma, o Coletivo, que se formou em uma escola, por causa da escola e a partir de um trabalho escolar, transbordou as fronteiras da Educação Formal, concretizando ações de transformação social, atuando diretamente na comunidade.

A Femhelp, pelo que citei no parágrafo acima, é o Coletivo mais diferenciado dos demais. Iniciou-se na escola, mas saltou de seus muros. Construiu suas ações de forma a se instalar em parceria com órgãos do Estado na luta por igualdade de gênero. Evoluiu em sua construção digital, a ponto de contar também com um aplicativo, também chamado Femhelp, que agiliza e facilita imensamente a denúncia de violência

⁸Fonte: <http://www.pocosja.com.br/mulher/2018/03/22/grupo-de-adolescentes-cria-site-de-apoio-a-mulheres-vitimas-de-violencia/>

doméstica, já que pode ser acessado apenas com o toque no celular.

Dessa forma, como fui convidada para acompanhar as ações das estudantes desde o início das atividades da Plataforma, construí Diários de Campo a partir de sua atuação, assim como entrevistei uma das criadoras da página, Manuela, que também fez parte de outro Coletivo Feminista secundarista, que existe até hoje na escola onde construíram a Plataforma. Fez parte do Grêmio Estudantil durante o Ensino Médio, que em conjunto com o Coletivo Feminista, organizou e liderou a Ocupação dessa mesma escola em 2016. Sua entrevista é riquíssima, já que apresenta dados valiosos da construção do Coletivo e seu caráter de formação política, além de dados sobre como essa formação extrapolou os limites do Coletivo e da escola, se instalando concretamente em forma de ação social contínua. A Femhelp, a partir do olhar de uma de suas fundadoras, aplica à militância e à Educação, simultaneamente, o caráter de construção de uma sociedade mais justa sobre o qual tanto nos debruçamos nas teorias (FREIRE, 2008).

[...] Eu acho que quanto mais pessoas a gente puder ajudar, não só pessoas da cidade, acho que pessoas não só do Brasil, mas também pessoas de fora, quanto mais pessoas a gente puder ajudar, quanto mais pessoas a gente puder alcançar, então eu acho que aprofundar o Femhelp é o nosso objetivo alvo assim - sabe? - levar além. (MANUELA, Entrevista, Femhelp, 2019)

3.2.3 Coletivo Panapanã

O Coletivo Panapanã foi construído em março de 2016 pela iniciativa de estudantes da Graduação em Psicologia. Atualmente é composto por feministas de diversos cursos, além da Psicologia, Direito, Medicina, Engenharia etc. É um Coletivo que mantém exclusividade de participação das mulheres, com exceção dos atos públicos:

Parece que, em alguns eventos que realizaram, do próprio Coletivo, vieram alguns homens que acabaram assediando as meninas. Então, assim, estar num evento pra acabar com esse tipo de prática, mas acabar reproduzindo, e aí elas decidiram fechar mesmo até pra ter essa ideia de nós mulheres termos a voz. Então, assim, são mulheres falando pra mulheres, contando suas histórias e tudo o mais, e quando a gente quer fazer um momento que abranja mais pessoas, a gente faz no gramado da faculdade, quem quiser se aproximar se aproxima e tal, mas não é naquele âmbito assim de discussão fechada que a gente tem no momento. (LUZIA, Entrevista, Coletivo Panapanã, 2018)

Os Coletivos não mantêm componentes fixos, são bastante fluidos em termos de participação. Ainda assim, durante o tempo das observações que resultaram em Diários de Campo, o Panapanã se manteve como o maior Coletivo pesquisado em relação ao número de participantes. Suas reuniões chegavam a contar com vinte participantes em

formações fechadas, o que é um número bastante alto em termos comparativos. (DIÁRIO DE CAMPO, 2018)

Outra característica bastante marcante do Coletivo Panapanã é seu caráter formativo político. As participantes se esmeram em manter calendário anual de atividades, definem antecipadamente os temas a serem discutidos, assim como as pessoas que coordenarão as formações de cada tema. Algumas de suas ações também constam de sua agenda semestral, o que não as impedem de participar de atos políticos com pautas emergenciais, como ocorreu na ocasião do assassinato da Vereadora Marielle Franco, do Partido Socialismo e Liberdade (PSol) do Rio de Janeiro, que mobilizou, na Câmara Municipal da cidade, centenas de mulheres de diversos Coletivos em apenas dois dias de organização. (DIÁRIO DE CAMPO, 2018). Sobre essa ação, falarei no segundo capítulo.

A característica formativa do Panapanã o caracteriza como um Coletivo de cunho político bastante reflexivo. A ação formativa que versou sobre aborto consistiu em uma reunião com duração de mais de duas horas, feita à noite, no espaço da Universidade, em sala cedida pelo curso de Psicologia. Para explanar sobre o tema, as estudantes se organizam de maneira que suas formações universitárias coincidam com o teor de suas falas. Assim, para falar de legislação brasileira em relação ao aborto e suas lacunas, a formadora foi uma estudante do Direito. No decorrer da formação, uma estudante de Medicina tratou das questões relativas à Saúde e os posicionamentos dos Conselhos Regionais e Federais de Medicina.

A partir dos Diários de Campos e entrevistas, posso apontar que o caráter de formação profunda se relaciona com o pouco embate político dentro do *campus*. Trata-se de um Coletivo formado dentro de uma Universidade privada confessional, cuja reitoria tem se mostrado opositora política do atual presidente, Jair Bolsonaro, desde a época da campanha eleitoral. O bispo reitor redigiu carta de orientação aos estudantes demonstrando contrariedade diante de pautas violentas e opressoras. Embora o Panapanã apresente embate interno bastante restrito com a gestão do campus, o Coletivo se volta para questões de direitos de âmbito municipal e federal com bastante força.

É também um Coletivo com extrema capilaridade e capacidade de articulação em Rede. Duas das estudantes que fazem parte do Panapanã desde sua fundação participam também do Levante Popular da Juventude, o que provoca ações em conjunto de âmbito municipal com grande capacidade de embate político. Nos embates políticos também é possível ver que vários Coletivos se juntam em pautas de interesse comum, formando

uma frente progressista juvenil bastante importante para um Município interiorano de porte pequeno como é o caso pesquisado.

3.2.4 Coletivo Feminista Marielle Franco

O Coletivo Feminista Marielle Franco se formou com esse nome no ano de 2018, em *campus* de Universidade Pública. Foi rebatizado e reiniciado nessa ocasião, embora já existisse com outra formação e outro nome desde o ano de 2017, quando se chamava Coletivo Nise da Silveira. As estudantes demonstram grande preocupação com a horizontalidade e democracia na formação do Coletivo:

A gente está se articulando para que em cada reunião seja uma das meninas que traga a pauta e essa pauta seja discutida. Assim, a gente vai revezando em quem traz a pauta para que todas possam falar. E assim, a gente tá dando esse intervalo de um mês, mas nesse tempo a gente não fica parada: a gente vai revezar entre leitura de artigos ou textos ou ver documentários e alimentar uma página no Facebook, que já está sendo criada, pra que a gente possa discutir sobre outros assuntos e pra que a gente não fique tão parada. E essas pautas da página, a gente, tipo assim: se eu leio o artigo e aí eu faço o texto baseado nesse artigo, só que aí passa entre todas as meninas pra ver se todas realmente concordam com tudo o que tá escrito e aí a gente posta, entendeu? E assim a gente vai revezando entre todas as meninas, pra que todas tenham voz. (ELIZABETH, Relato colhido em Diário de Campo, junho de 2018).

Por ocasião do assassinato da vereadora Marielle Franco e aproveitando o momento de reorganização, já que várias participantes haviam se formado, o Coletivo se reinventou com outro nome. Pequeno e muito assíduo politicamente dentro de seu *campus*, o Marielle Franco apresenta imensa capacidade de embate com a Instituição, sendo sua marca a exigência de pautas relacionadas a mulheres.

Devido a seu caráter de profunda articulação política, ora se choca com a Instituição, ora se une a ela para ações conjuntas. Os dados colhidos sobre este Coletivo me permitiu analisar várias facetas da relação da Instituição com as pautas de gênero, pelo olhar das estudantes, envolvendo a relação com professores e servidores, tamanha riqueza de detalhes e amplitude de ações.

O Marielle Franco é também o único Coletivo estudantil que conta com uma participante professora. Essa participação modifica completamente sua estrutura em relação aos demais pesquisados, já que essa participação permite certa penetração institucional, no colegiado de professores e na gestão do *campus*. A entrada da professora no Coletivo se deu a partir de uma denúncia de abuso sexual feita por uma estudante contra um colega, em que as feministas entenderam que a Instituição não fez

seu papel de apuração inicial, chegando inclusive, a solicitar que o Coletivo retirasse os cartazes que colaram pelo *campus* em protesto:

Eu fiquei tão brava. Bati na porta dele (coordenador de ensino) e disse assim: “a gente pode conversar? Toda ação que vocês fizeram contra os cartazes, contra o Coletivo e passando por baixo dos panos o que esse aluno tem feito me estimula mais ainda pra esse Coletivo não acabar, pra esse Coletivo ser cada vez mais fortalecido, porque vocês praticamente pressionaram as meninas.” Falei assim: “vocês já viram ñas Universidades hoje [...], USP, UNESP, o aluno chegar e dizer assim: ‘Eu posso me manifestar?’ Já viu o aluno ir na sala do reitor falar assim: ‘Ai, eu posso fazer uma manifestação?’ Manifestação, meu bem, é direito.” Falei pra ele. “Só que agora vocês pegaram no meu calo porque vocês fizeram meninas do nosso Coletivo chorar por um direito que era nosso, que era delas e de qualquer uma aqui dentro de reivindicar o seu estado de direito e de liberdade, de se sentir bem dentro do *campus*.” Ele ficou todo... (OLGA, Entrevista, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2018).

Outra característica bem marcante do Coletivo Feminista Marielle Franco é que o mesmo se situa em uma região periférica e pobre da cidade. É um local onde são abandonados cães e outros animais que vagam pelas Avenidas que circundam o *campus*.

Dessa forma, muitas estudantes do Coletivo também militam pela causa animal e essa militância passa a ser exercida como embate político em diversas ocasiões: chegaram a criar um carnê mensal para contribuições voluntárias de estudantes do Instituto para comprar ração e custear veterinários para os seis cães que vivem dentro do *campus*. Eu própria já fui apresentada aos animais e cheguei a levar uma cachorrinha grávida para o veterinário em mais de uma ocasião. Tal militância não tem relação somente com a localização do *campus*, mas também se encontra com as subjetividades das estudantes, conforme Castro (2008), o que pode ser percebido pela própria escolha delas pelo curso de Biologia e de Geografia, que compõem grande parte do Coletivo, a qual indica preocupação com a vida e com o planeta, o que aproxima as estudantes das pautas ligadas aos animais e ao meio ambiente, neste caso específico.

Assim, delimitados inicialmente os sujeitos da pesquisa, busco no próximo capítulo me aprofundar em suas ações em âmbito municipal, alocando esse cenário à política nacional.

4 MADRUGADA. EMBATES DE GÊNEROS NO MUNICÍPIO

“Os monstros existem, mas são pouquíssimos numerosos para serem verdadeiramente perigosos. Os que são mais perigosos são os homens comuns”. (Levi, sobrevivente de Auschwitz, apud MIELI, 2013, p. 10).

Quando iniciei a escrita desse capítulo, minha voz, um tanto subalterna, foi calada uma vez mais: uma menina de três anos havia sido brutalmente espancada e assassinada pelo padrasto no interior da residência na cidade em que moro e de onde escrevo. A criança já havia passado por nós, em meu trabalho de conselheira tutelar, mas as medidas, mesmo em completa adequação com a lei, não foram suficientes. E me dei conta forçosamente de que nenhuma medida jamais o seria em um cenário das “novíssimas guerras”, guerras que matam mais do que as travadas nos tradicionais campos de batalha, e que não exterminam a esmo (MOURA, 2001). Afinal, quem segue morrendo, senão mulheres, crianças e a juventude negra no país?

E foi quando, desanimada de escrever e de fazer qualquer outra coisa, afinal me perguntava pra quê serviria tanta ciência, se não conseguíamos poupar a vida de uma criança tão pequena, que um amigo me repetiu uma frase que eu já tinha lido, também já escrita no capítulo anterior deste trabalho: a história da humanidade é uma história de barbárie e é assim com mulheres crianças também. O crime realmente foi enquadrado em feminicídio, caracterizado pelo gênero da vítima, e voltei meu olhar para a “abjeção” dos corpos (BUTLER, 2000). Quais corpos importam? Quais corpos pesam? Que discursos são produtores de sujeitos ao mesmo tempo em que reforçam a existência dos abjetos? Por fim, haverá discursos suficientes para dar-lhes voz e retirá-los, ainda que temporariamente, da condição de abjeção, ou seria todo discurso meramente delimitador de quem fala e de quem estará indefinidamente condenado ao silêncio e à morte?

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. (BUTLER, 2000, p. 153)

Olhando pela definição brilhante de Butler, a produção de sujeitos se define por sua oposição aos seres abjetos, na medida em que a marginalização trabalha em favor da norma. Assim, ao mesmo tempo em que reivindicamos vulnerabilidade política como mulheres, como jovens estudantes, esses contornos trabalham para o reforço da norma,

a voz da subalternidade, como nos alerta Spivak (2010), se define cada vez mais como componente da voz hegemônica, como identidades relacionais (LOURO, 2001). Lembrei-me imediatamente da poetisa brasileira Cora Coralina, uma velhinha de Goiás, como a definiu Drummond. Cora aclamava em si as diversas vozes de mulheres que a compunham e já em 1975 poetizou sobre a existência relacional, ao se referir à “Mulher da Vida”. Respeitei a grafia original de seu poema:

A justiça pesou a falta pelo peso
do sacrifício e este excedeu àquela.
Vilipendiada, esmagada.
Possuída e enxovalhada,

ela é a muralha que há milênio detém
as urgências brutais dos homens para que
na sociedade possam coexistir a
inocência,
a castidade e a virtude.

Na fragilidade de sua carne maculada
Esbarra a exigência impiedosa do macho.
(CORALINA, 1983)

Como existiriam a castidade, a virtude e a moral, sem a prostituta? O sexo regulado, limpo, sem o arquétipo da meretriz, que “há milênios o detém”? Como existe a norma sem o marginal? O sujeito sem o abjeto? No entanto, recusei-me a entender tanta política de resistência como mera composição da voz de poder, apesar de reconhecer que tantas vezes a voz de dominação utiliza-se da nossa para se recompor e se manter hegemônica. Tratei de ouvir “A ordem do discurso” (FOUCAULT, 1996). Havia uma voz que me precedia, era preciso ouvi-la e dar continuidade a esse discurso que não somos nós que inauguramos. Antes de nós, milhares de mulheres o iniciaram, se rebelaram, subiram ou não aos “altares da academia”, eram feministas ou nem conheciam estes discursos, mas viveram como mulheres, desafiando a ordem da morte, rompendo com nosso destino de servidão:

Gostaria de ter atrás de mim (tendo tomado a palavra há muito tempo, duplicando de antemão tudo o que vou dizer) uma voz que dissesse: “É preciso continuar, eu não posso continuar, é preciso continuar, é preciso pronunciar as palavras enquanto as há, é preciso dizê-las até que elas me encontrem, até que me digam – estranho castigo, estranha falta, é preciso continuar, talvez já tenha acontecido, talvez já me tenham dito, talvez me tenham levado ao limiar de minha história, eu me surpreenderia se ela abrisse”. (FOUCAULT, 1996, p. 06).

Elas já iniciaram um discurso, uma voz de resistência que é preciso que seja

colocada no centro, retirada da posição relacional, contextualizada em nossa posição geográfica latino-americana, colonial escravagista, em nossa composição de mulheres em maioria, negras, pobres, tornadas abjetos. Ninguém nascia escrava, fomos escravizadas. A abjeção é um processo social culturalmente instalado como perspectiva de poder e como discurso, passível de ser deslocado (DERRIDA, 1971). Busquei então, nesse capítulo, desvelar nossa barbárie, o terror enfrentado pelos Coletivos Estudantis Feministas, contextualizá-lo em nosso cenário político local, focando na fluidez e capacidade de articulação em Rede dos Coletivos pesquisados.

Como Coletivos ligados à Educação, procurei salientar suas ligações diversas com suas Instituições, seus embates e alianças, perceber as impermeabilizações das Instituições escolares, mas também sua porosidade em relação aos Coletivos, assim como os atos das estudantes em suas relações com o cenário político local, que envolvem questões referentes à Escola como Instituição Social, potencialmente marcada por questões ligadas ao gênero e à sexualidade. Assim, desenvolvi esse segundo capítulo contextualizando nossa barbárie, situando os Coletivos no cenário de horror, para elevar seu papel de resistência para, no capítulo que se segue, buscar centralizar seus discursos e propor deslocamentos da situação relacional em que fomos historicamente colocadas (SPIVAK, 2010).

Para tanto, como exposto no primeiro capítulo, utilizei-me da perspectiva da etnografia pós-colonial, buscando manter a bricolagem dos diversos materiais para compor a escrita da dissertação. Especificamente no segundo capítulo, pela proposta de desvelar a barbárie e a relação dos Coletivos com as Instituições escolares e instâncias políticas locais, meus Diários de Campo foram a principal fonte. Utilizei-me ainda dos arquivos em vídeo da Câmara Municipal de uma das cidades pesquisadas, disponíveis em Rede de Internet, de conversas virtuais com as integrantes dos diversos Coletivos e dos materiais por elas disponibilizados, virtual e presencialmente.

4.1 CENÁRIO DE HORROR

Sempre me pergunto quantas desgraças são necessárias para formar nosso caminho como feministas. Pessoalmente, as vivências sobre as quais construí minha militância e proposta de pesquisas foram violentas e várias vezes percebo o mesmo em relação às estudantes que decidem compor um Coletivo. São meninas que, em algum momento e por diversos motivos pessoais e coletivos, resolveram comprar a briga. E é

uma “briga de cachorro grande”, como costumamos dizer aqui.

Durante as observações, por diversas vezes passei a me preocupar muito com o desgaste emocional a que estas estudantes tão jovens estavam se submetendo e os motivos pelos quais estas mulheres, assim como eu, já me havendo feito por diversas vezes as mesmas perguntas, se desdobravam, choravam, se expunham, defendendo questões polêmicas e indigestas.

O fato é que as estudantes que compõem os diversos coletivos demonstram cumprir, grande parte do tempo, paralela ou articuladamente à escola, o que tanto sonhamos para ela: a construção de uma sociedade mais justa. Muitas vezes esta luta envolve aliança com as Instituições Escolares, em outras é a própria escola ou Universidade o campo de batalha. Essa visão aponta para o fato de que os Coletivos parecem conseguir formar politicamente para a cidadania, de forma muito articulada com questões sociais contemporâneas e emergenciais. A temática central, no caso dos Coletivos estudados, são as questões de gênero e o cenário de terror local, que deriva diretamente de questões de âmbito nacional, mas que ganha novos recortes, por vezes de maior crueldade, por nossa vivência de interior.

Embates atuais, como a Escola com Mordça, pesquisada por Macedo (2017), as censuras da Arte *Queer*, sobre as quais nos fala Neves (2018), a Nova Base Curricular Comum, exposta por Diniz Pereira e Santos (2016) e a Reforma do Ensino Médio, conforme Frigotto e Motta (2017) impactam diretamente nas discussões dos Coletivos em âmbito local. Busquei discutir como estas medidas reforçam os discursos hegemônicos de poder e a forma com que chegam ao âmbito local. Para isso, busco inicialmente localizar o Brasil no contexto horrendo dos números de violência de gênero, conceituando logo a seguir o próprio conceito de gênero, brevemente localizando-o no cerne de pesquisas a que Rago (1998) tem chamado de epistemologia feminista.

Carregamos nossa própria barbárie, o horror necessário para assegurar categorias de dominação masculinas, por consequência, machistas e homofóbicas, que nos custam vidas que nossa sociedade transforma em meros números. E números densos. Retomo os números, não como tentativa de contabilizá-los, mas para tentar devolvê-los ao menos à esperança de vida futura, em uma tentativa de mostrar que dados de mortes tratam de seres humanos, seres assassinados porque pertencem à determinada categoria de pessoas, como no caso dos feminicídios, tão cruéis e numerosos em nossa região de interior de Minas Gerais. Números de mulheres agredidas, números de salários menores

que o dos homens. Números.

O inferno é deflagrado diante da violência contra mulher no Brasil. O Mapa da Violência coloca o Brasil como o quinto país mais violento para as mulheres entre os oitenta e três em que os números foram levantados, e a leitura do perfil das maiores vítimas, infelizmente não surpreende, mulheres negras entre dezoito e trinta anos de idade, o que deixa claro em números o quanto os fatores étnicos influenciam na violência de gênero (WAISELFISZ, 2015). Em sequência à exposição dos dados, o autor passa a analisar o contexto de impunidade no Brasil, fator que ele atribui, em parte, como consequência da culpabilização das vítimas (WAISELFISZ, 2015, p. 75).

Para tratar desse cenário de exclusão e violência, é necessária a reflexão sobre as possíveis abordagens conceituais que tratar sobre mulheres pode demandar. Optei pelo termo gênero por considerá-lo, assim como Scott (1995), o mais adequado para o tipo de pesquisa social que decide olhar para as questões de desigualdade. Dessa forma, utilizo-me do complexo conceito da autora sobre gênero para iniciar as discussões, não me limitando a esta definição inicial, já que suas explanações e as de outras teóricas contemplam muitas e inesgotáveis facetas, mas seguindo alguns de seus norteadores, que o definem como “um elemento constitutivo de relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”, e ainda, como “uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 21).

Pensando sobre o conceito de Joan Scott, percebemos que a historiadora o situa no cerne das relações sociais e o considera como elemento hierárquico de poder. Elencado o gênero como categoria de significação de relações de desigualdade, fica impossível conceber a História das mulheres desvinculada de toda trama social, de toda situação relacional com o sujeito masculino, já que este tem se imposto como universal:

A voz que ali se fizera ouvir, até então, havia sido a do homem branco heterossexual. Ao longo da história, essa voz falara de um modo quase incontestável. Construíra representações sociais que tiveram importantes efeitos de verdade sobre todos os demais (LOURO, 2008, p. 20).

Falar em gênero, sob esta perspectiva, implica em mudança epistemológica, que foi apontada por Rago (1998) em suas reflexões sobre ciência e o feminismo. Assim, perceber que há formas hierarquizadas de se produzir ciência e introduzir um pensamento que abarque as categorias sexuais e de gênero sob a ótica de igualdade culmina em romper com “vários pressuposto da pesquisa científica” (RAGO, 1998). Pressupostos estes que ainda a mantém como mecanismo de reforço das desigualdades na sociedade. A utilização do termo “gênero” como categoria de análise é ainda muito

recente e derivou da necessidade de tal abordagem como viés acadêmico (SCOTT, 1995). Falar em gênero é não mais tratar das mulheres e das relações com posturas essencialistas, mas inserindo a categoria da diferença para além da identidade, desnaturalizando “as identidades sexuais” e postulando “a dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais” (RAGO, 1998, p. 06).

Sob esta ótica, tratar de gênero não significa introduzir apenas um termo, mas deslocar o olhar sobre a História e sobre a produção do conhecimento, já que o feminismo acadêmico critica a produção dominante, propondo um contraponto a partir do entendimento de que há imposições quanto às funções sociais estabelecidas a partir da diferença sexual percebida, conforme diversas autoras: Beauvoir (1949), Scott (1995), Louro (2008), Rago (1998) e Butler (2002) e que esta experiência tem sido classificada como marginal e sendo:

[...] construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma **nova linguagem**, ou na produção de um **contradiscorso**, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico (RAGO, 1998, p. 03). (grifo da autora).

Nesse sentido, entende-se que as Organizações Juvenis apresentam caráter grandemente característico das contracondutas, tratando de embates sociais, mas também do “entusiasmo” revolucionário: “[...] o entusiasmo pela Revolução será sinal de que todos os homens consideram ser direito de todos darem a si mesmos a constituição política que lhes convenha e que seja por eles desejada” (GRABOIS 2011, p. 08).

Assim, os Coletivos Estudantis que se articulam em favor de gênero e sexualidade terminam por se constituir como movimentos contra forças hegemonicamente construídas e consolidadas, demonstrando resistência. Do mesmo modo, Foucault, citado por Grabois (2011), afirma que o entusiasmo revolucionário demonstra modificação de visão do panorama social pelos grupos que se manifestam em favor dessa revolução, a empolgação pela construção de uma sociedade mais justa perpassa a participação política dos jovens nas Organizações, a ponto de assumirem seus Coletivos de forma autônoma e autogerida em relação à Universidade e Institutos.

Relato, para elucidar o cenário de barbárie em que se inserem atualmente os Coletivos Estudantis Feministas, três atos públicos dos quais fizeram parte, e que trataram do reflexo municipal dos retrocessos em âmbito nacional, seu potencial avanço e reativa ação dos Coletivos. O primeiro trata de Audiência Pública que visava discutir

Cultura na Câmara dos Vereadores de um dos municípios pesquisados, mas que se tornou campo de disputas de narrativas entre grupos conservadores e progressistas. No segundo, relato o episódio ocorrido em uma exposição de Arte produzida por estudantes do Ensino Médio de uma Instituição Pública do mesmo Município e sua tentativa de censura em âmbito municipal e, por fim, uma Audiência Pública sobre Educação no mesmo Município, ato que considero mais emblemático e profundo para análises. Os eventos estão narrados em ordem cronológica.

4.1.1 Audiência Pública sobre Cultura no Município

A Audiência Pública ocorreu em outubro de 2017, no espaço da Câmara Municipal e foi organizada a pedido da Secretaria de Cultura do Município, que visava prestar contas e ouvir a população sobre as políticas relativas à sua pasta. No entanto, dois eventos modificaram completamente a proposta de discussão da Secretaria de Cultura: a censura da Exposição QueerMuseu, retirada do espaço Santander Cultural no estado do Rio Grande do Sul, por conter obras consideradas pervertidas; e a exposição do Museu de Arte Moderna (MAM) em São Paulo, que contava, em uma de suas instalações, com um homem nu deitado no chão, e que teve os pés tocados por uma criança que estava acompanhada pelos pais.

A Câmara Municipal da cidade havia aprovado moção de repúdio, poucos dias antes, às obras da exposição QueerMuseu, que consideravam ferir crenças religiosas. Parte das pessoas que se inscreveram para falas na tribuna, portanto, focaram seus discursos em defesa ou ataque à Moção.

Grupos conservadores se organizaram para mostrar sua postura de censura às propostas artísticas em questão, enquanto os Coletivos Estudantis Feministas compunham um imenso coro com militantes em defesa de liberdade de expressão artística. Um dos Coletivos que se articulou com os feministas foi o Coletivo Corrente Cultural, conhecido no Município por promover eventos ligados a músicas autorais de artistas locais. A Câmara estava lotada e os ânimos logo se acenderam.

Como a pauta proposta pela Secretaria e conduzida pelo vereador então presidente da Casa não versava sobre o tema, o mesmo vereador proibiu terminantemente qualquer menção às exposições censuradas em outros locais do país. As falas de ambas as partes foram censuradas. Um policial militar que havia pedido a tribuna tentou defender a moção e alertou que a mesma havia ainda sido muito leve e demorada, mas foi barrado

em sua fala. Pouco depois, uma artista local, membro do Coletivo Corrente Cultural tentou falar sobre o perigo das censuras na Arte, mas também foi impedida de concluir.

A população presente e os Coletivos não se calaram em nenhuma das situações. Majoritariamente contra censuras em exposições de Arte, gritavam por liberdade de expressão e acusavam o presidente da Câmara de autoritarismo. Assim, enquanto se ouvia do ocupante da tribuna que defendia a censura que ele temia que “este tipo de arte” chegasse ao Município, os Coletivos gritavam: “Que chegue!”. E emendavam com gritos alegando fascismo.

Quando a representante do Coletivo Corrente Cultural foi barrada em sua fala, os ânimos de acirraram ainda mais. Um participante que assistia à Audiência se manifestou comemorando o silenciamento da artista e os Coletivos seguiam seus gritos de “Reacionário”!

Creio que, embora os Coletivos Estudantis Feministas tivessem sido impedidos de manifestar-se abertamente na tribuna, esse episódio que marcou a Audiência proposta pela Secretaria de Cultura é emblemático como contextualização do acirramento dos temas ligados ao gênero e à sexualidade, também no meio cultural, assim como demonstra que há impactos diretos de censuras e embates de outras localidades do país no cenário municipal. O evento que se segue, demonstra claramente como as tentativas de censura persistiram.

4.1.2 Exposição de Arte do Ensino Médio em Espaço Cultural do Município

Pouco tempo depois do ocorrido na Audiência Pública de Cultura, no mês de novembro, uma Instituição Pública de Ensino Médio utilizou-se de um espaço cultural, também público, para expor os quadros artísticos dos estudantes. Entre os quadros, uma adolescente pintou um beijo entre dois super-heróis, que se abraçavam com suas capas com cores do arco-íris.

A foto da obra foi exposta em Rede Social e iniciou-se o debate público entre pessoas contra e a favor de que o quadro seguisse fazendo parte da exposição. A estudante que pintou o quadro chegou a retirar, por escolha própria, sua obra da exposição, mediante pressão sofrida em Rede Social, mas o recolocou no dia seguinte.

A Secretaria de Cultura do Município emitiu nota oficial em defesa da

permanência do quadro⁹

A Secretaria Municipal de Cultura manifesta-se em favor da liberdade de expressão artística e reafirma seu compromisso em promover ações de valorização da Arte, da diversidade, do respeito a todas as crenças, etnias, orientações sexuais, posicionamentos políticos e demais manifestações de pensamento e relações humanas.

Na ocasião, o Conselho Tutelar recebeu denúncias sobre a frequência de crianças e adolescentes à exposição, que os denunciantes consideravam inadequadas. O órgão alegou que a pintura era de autoria de uma adolescente e não continha material inadequado ou de conteúdo sexual explícito, portanto não caberia classificação etária para a visita.

⁹ Fonte: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/jornal-da-eptv/videos/t/edicoes/v/quadro-com-beijo-entre-super-herois-causa-polemica-em-pocos-de-caldas-mg/6265834/>

Figura 1 - Beijo dos super-heróis



Fonte: <http://correiodosul.com/destaque/desenho-com-beijo-de-super-herois-causa-polemica-em-exposicao/>

4.1.3 A Audiência Pública sobre Educação

Muito empolgadas, as meninas me contam que participarão de um evento na Câmara Municipal no próximo dia 25 (maio de 2018), que se inscreveram para falar na tribuna e que a fala será da Viviane. Eu já havia sido avisada desse evento, que consiste em uma Audiência Pública sobre os rumos da Educação no Município, organizado por um vereador do Partido Social Cristão (PSC). Como há histórico de embates sobre gênero e sexualidade na Educação por este vereador e pela bancada do seu partido, diversos representantes de Coletivos ligados à Educação e Feministas se inscreveram para a tribuna, ocupando, pelos nomes que reconheci como inscritos, quase a totalidade das dez pessoas que tinham direito à fala. Conversei com alguns deles nos dias que se seguiram e registrei as falas em Diário de Campo.

Um professor da Rede Municipal, Raul, um dos inscritos para a Tribuna, me contou que provavelmente o vereador faria uma denúncia sobre “ideologia de gênero”, já que

havia estudantes coletando material em algumas escolas, fotografando e filmando aulas com caráter político combatido por projetos como a Lei da Mordança.

Outro professor, da Rede Estadual, Carlos, participante do Coletivo Educação, diz que também se inscreveu: “Ah, pois é, ele arrumou sarna pra se coçar, porque quem ele achou que iria se inscrever pra falar? A partir da hora que a galera viu que era ele que estava pedindo, na verdade a gente já sabia disso antes dele pedir – não é? -, então, a galera ia se inscrever.”

Eu soube da Audiência por uma mensagem que recebi de uma estudante do Coletivo Panapanã, que também participa do Levante Popular da Juventude. Ela me perguntava se eu tinha me inscrito também, o que infelizmente não foi possível, já que as falas estavam esgotadas. Disse que já está pensando em sua fala e cita as outras pessoas que estavam inscritas, afirmando que é o melhor momento para todos irem falar e mostrar que jamais vão “deixá-los cagar” na Educação.

Curioso é que os pedidos de inscrição para a fala surgem meramente a partir da consciência de qual vereador havia pedido a Audiência. Aliás, bem antes da Câmara ter aprovado o evento, as militantes da esquerda já estavam se articulando e montando falas combativas. Há clara polarização e embate político nas relações que circundam gênero e sexualidade e o movimento reacionário caminha insistentemente no sentido de coibir falas “políticas” no ambiente escolar.

A apresentação da proposta do evento e seu título: “AUDIÊNCIA PÚBLICA - Qualidade da Educação em Poços de Caldas: caminhos e paradigmas” nada dizia sobre o que ali seria discutido. Na verdade, o tema é bastante amplo e falar em qualidade e paradigmas da Educação em qualquer município poderia levantar abordagens infinitas a respeito de diversas questões, que transitam desde salários de professores até a construção de novas escolas. Mas todos sabiam que havia um tema específico. E sabiam meramente porque o PSC, o vereador proponente e a bancada religiosa do legislativo municipal já vinham trabalhando pelo cerceamento de qualquer menção a gênero e sexualidade no ambiente escolar, como também ocorre em âmbito nacional.

Dessa forma, tanto os representantes dos Coletivo inscritos, quanto os representantes do Executivo Municipal e membros da Secretaria de Educação, prepararam seus discursos e material no sentido de defender que é papel da Educação formal se posicionar quanto à garantia de direitos e diversidade de gênero e orientação sexual, pauta que era o foco de combate da bancada religiosa proponente da Audiência.

O vereador proponente abriu a sessão com a leitura de um longo discurso, bastante

genérico, no entanto, sobre Educação e o que seriam os paradigmas a serem discutidos ao longo da Audiência. Citou dois filósofos religiosos no entremeio do discurso, além de cumprimentar apenas os vereadores presentes, a bancada do Executivo e autoridades militares que estavam na Câmara, assim como um policial que participaria da bancada, mas não pode estar presente por ocasião da greve dos caminhoneiros, já que o presidente Temer havia convocado as “Forças Nacionais”, que estavam de prontidão para intervir na manifestação. Os Coletivos, estudantes e professores foram completamente desconsiderados.

Seu discurso, no entanto, nada teve de agressivo, ao contrário, apresentou um texto de celebração e exaltação à Educação e sua potencialidade como agente social. O vereador, que também é educador, engrandeceu a importância da Educação como condutora da liberdade do estudante, diferiu autoridade de autoritarismo e fez, inclusive, várias menções contrárias à educação meramente conteudista, localizando ensino e aprendizado como ações reflexivas, além de criticar a educação monetária. Seu discurso se apropriou, inclusive, das críticas de Paulo Freire (1981) à Educação Bancária, de forma bem adocicada, romântica, desvinculadas do forte caráter de crítica social presente na obra freireana.

Ouvido de forma avulsa, sem análise mais profunda de conteúdo em relação ao cenário, local e nacional, o texto do vereador seria uma celebração à neutralidade, de sua postura e do que pretende conceituar como Educação. As conceituações são absolutas, universais e deterministas e, apesar de sutis, consideram genericamente alunos, educadores e educação como algo homogêneo em suas categorias. E assim como todos os discursos que se pretendem universais, este “traz incrustado dentro de si, sob um signo de horror, a presença daqueles oprimidos e silenciados pelos mesmos sujeitos que o texto celebra” (CARVALHO, 2001).

E como o diabo mora nos detalhes, a disciplina é também a política do detalhe, das minúcias, não um poder triunfante e pontual. A disciplinação dos corpos é insistente e contínua e a sutileza do discurso do vereador demonstra perfeitamente como a hegemonia e a normalização buscam se manter como categorias centrais (FOUCAULT, 2009).

O uso da expressão “pessoa humana”, repetidas vezes no discurso, incomoda imediatamente um professor que estava ao meu lado na Câmara. Ele me pergunta o motivo de uso desse termo e aquilo passa a me incomodar também: “Existe outro tipo de pessoa que não seja humana?” (RAUL, relato colhido em Diário de Campo, 2018),

questiona meu colega, sem esperar que eu respondesse. Com esperanças vagas de que a ideia do discurso do vereador não fosse inserir categorias de pessoas “não humanas”, assisti diversas vezes sua fala completa e a reescrevi. Como matrizes centrais de seu discurso, ressalto os seguintes pontos:

- a) que as “pessoas humanas” nascem dotadas da capacidade de aprender e com potencialidades intelectuais intrínsecas;
- b) a Educação seria um meio para que a “pessoa humana” alcançasse “coisas altas” e que fosse conduzida à Verdade;
- c) Essa Verdade seria um caminho para a “liberdade interior”, mas logo após, a Verdade é expressa, ela mesma, como sendo a própria liberdade interior.
- d) No decorrer do discurso, sutil e repetidamente, a Verdade passa a ser descrita como capacidade humana de distinguir o bem do mal, sendo essa capacidade um guia para princípios jurídicos e organizacionais, assim como uma norma moral, sem a qual nenhuma sociedade poderia existir.
- e) O professor não pode ir contra a “natureza humana”, deve guiar o aluno pelo caminho da Verdade somente, como um condutor, mas é Deus quem dota a “pessoa humana” de capacidade para o saber, sendo o professor um agente “externo”.

Busquei destrinchar essas matrizes utilizando-me da metáfora proposta por Edward Said para analisar o texto pacífico: “o Éden que sempre carrega um inferno dentro dele” (CARVALHO, 2001). Mergulhando no “paraíso” da Educação perfeita, da distinção de bem e mal e do professor como guia do que Deus já deixou pronto, rumo à Verdade, está embutida uma fala profunda e propositalmente fadada à normalização e à exclusão, assim como à recusa da diversidade.

Fica claro, quando detalhado, o quanto o discurso aparentemente neutro é embutido de normalização e conceitos dados e fechados, que não permitem reflexão ou desdobramentos e relativizações. Abrir uma Audiência sobre Educação nesses termos, significa previamente ter determinado os tais caminhos que se pretende discutir. É, na realidade, trazer pronto o que determinada categoria de pessoas, as proponentes, não deseja. O que não é permitido, os rumos que não se deve tomar. O desviante.

Quanto à pergunta do meu colega, me debati com ela, e com ele, exaustivamente por um tempo, tendendo previamente a entender que “pessoa humana” seria um termo meramente neutralizante de qualquer tipo de diversidade. Sendo todos “pessoas

humanas”, não caberia menção a negros, mulheres, LGBT +. Mas um dos discursos que veio após, uma das falas mais bonitas que já presenciei na tribuna daquela Câmara, me mostrou que minha resposta era incompleta:

A escola é um espaço que oportuniza o contato dos estudantes com a diversidade, e a abordagem de uma variedade de múltiplas temáticas para a formação de estudantes críticos e bem informados, é um papel cabível à escola, ensinar as matérias básicas, como português, matemática e física, será suficiente para formar um aluno preparado pra fazer um vestibular, mas não será para formar um aluno preparado pra lidar com o mundo da maneira como ele é. A escola deve estimular questionamento aos estudantes e os levar a reflexões que serão construídas de “forma individual” e de maneira muito particular.

Quando falamos que este processo acontece de forma individual é destacando o quanto somos diversos, cada um possui uma história, uma cultura diferente e esse processo de reflexão não ocorre de forma igualitária para todos, é necessário que haja respeito ao tempo de reflexão de cada um.

O debate a respeito de pautas que levam ao estímulo do pensamento crítico, como o de gênero, que está em questão no momento, deve ser realizado, mas não para que haja discussão entre os que são a favor ou contra este tipo de debate e sim para que haja entendimento de que este deve ser feito porque as questões de gênero afetam a todos.

Limitar nossos estudantes a se tornarem críticos é querer infringir um direito que é nosso se baseando em uma suposta neutralidade que não existe, não estamos falando em doutrinar alunos, estamos falando em estudantes críticos e autônomos, que sejam capazes de refletir, levando o tempo que precisarem, sobre a realidade em que vivemos.

Não podemos aceitar que se propaguem discursos que tentam silenciar a voz de muitos, para que o interesse de poucos seja suprido. A suposta neutralidade está matando a cada hora e meia uma mulher, a cada dezenove horas um LGBT, o direito humano deve ser garantido a todos, independente de sua identidade de gênero.

Não enquadrar os estudos que abordem esse tipo de tema e limitar o contato dos estudantes com essas questões fará com que haja uma diminuição dos direitos humanos e um alarmante aumento dado pelo preconceito dos desinformados e, como a própria Marielle Franco, dizia: “Quantos mais precisarão morrer para que essa guerra acabe?”

Queremos a vida e o direito de viver garantidos a todos e o respeito ao próximo deve vir, não porque todos somos iguais, nós não somos iguais, a diversidade pode ser percebida bem aqui, nas diferentes aparências e personalidades, o respeito deve vir exatamente porque nós não somos iguais e a ideia de uma escola que exclui ao invés de incluir, acolher ou oferecer o mínimo de respeito a essa diversidade, não nos representa.

Alunos que não são instigados a questionar a sociedade em que vivem, se tornam cidadãos preconceituosos, meros objetos de mão de obra, desinformados, que, indiretamente, contribuem em situações de injustiça e opressão às minorias. Não há pluralidade de ideias sem liberdade de expressão e limitar tal liberdade contribui para a ideia de que um governo fascista, lgbtfóbico e machista seja cada vez mais fortalecido. **NÓS NÃO ACEITAREMOS ESCOLAS COM MORDAÇAS, NÃO NOS CALARÃO.** (MARTA, COLETIVO FEMINISTA MARIELLE FRANCO, discurso proferido na Câmara dos Vereadores, maio de 2018).

“A suposta neutralidade está matando”, as estudantes gritam de cima da tribuna. Seu Éden está encobrindo um inferno, e quem está condenado a ele? “Quantos mais

precisarão morrer?” Nós estamos morrendo, você não está vendo?

Sinto-me como se estivesse diante de dois discursos proferidos em contextos diferentes, falando de questões diversas, em dias e locais separados. Mas não, as falas se seguiram com minutos de diferença entre si e, assim como quase todas as que vieram depois do Coletivo Marielle Franco, o tom era austero, carregavam a indignação de alguém que enxerga o que o outro procura esconder. É quase a raiva de quem desvela uma mentira, de quem acusa e sua única prova ali, no momento, é sua própria palavra contra a do outro. A Câmara se faz um “cuscuzeiro”, buscando esconder em discursos neutros e pacíficos, a violência e as práticas políticas de resistência, como conta o caso que Larchert se utiliza para tratar das ocupações:

Este caso foi criado na senzala. Contava minha bisa que a sinhá era muito ruim e controlava tudo. Os negros tinham manzuá, pegava pitu e escondia, a sinhá gostava de ostra, catado de siri. Eles preparavam, eu não via nem o caldo e se visse os pitu tomava, e ainda batia nos negros, lá aferventava os pitus e pegava um pouco do marisco da sinhá e escondia e preparava o cala boca, que era feito no cuscuzeiro coberto com farinha de milho.

Quando a sinhá perguntava:

– O que é isso Lió?

Ela dizia:

– É cuscuz sinhá.

E quando a megera virava as costas, meu tio Silvino dizia;

– Mãe! Me dá um pouquinho de comida do cuscuz, eu tô com fome.

Ela dava um coque no moleque e dizia: – Cala boca, menino!

Aí, botaram o nome da comida cala-boca. (LARCHERT, 2017, p.

11)

Somos obrigadas a fazer nossa comida no cuscuzeiro da Sinhá e a cobri-la com farinha de milho, a incutir nossos discursos de resistência na tribuna asséptica da Câmara, sob o olhar dos Senhores, a resistir no dia a dia das Instituições machistas e homofóbicas enquanto precisamos jogar o jogo. Precisamos de notas, de frequência, de inclusão. Precisamos ainda da aprovação das migalhas de lei, que pouco nos protege. Fingimos comer a farinha de milho, mas sabemos que o que está no fundo é o que nos mantém vivas. É a nossa disposição para a luta.

5 AMANHECER: COLETIVOS E RESISTÊNCIA POLÍTICA

Aprender a regra do jogo, a esconder a comida no cuscuzeiro, não significa, no entanto, aceitá-lo. Não significa submeter-se à opressão. Ao contrário, conhecer o sistema, estar nele inserido e implantar resistência política internamente, é uma forma de trincar os sistemas de opressão a partir deles próprios. Como na definição de “Literatura menor”, de Deleuze e Guatarri, segundo Gallo (2002, p. 172), “subverter uma língua, fazer com que ela seja o veículo de desagregação dela própria” - também a formação política dos Coletivos implica em fazer da própria política, mesmo a Estatal, seu próprio instrumento de desagregação.

Para isso, no entanto, é necessário que as estudantes conheçam profundamente o sistema político em que estão inseridas, o que faz com que a formação política no interior dos Coletivos exija atualização constante sobre o contexto político e educacional nos diversos âmbitos, além de ser necessário que as estudantes criem condições para colocar em debate suas pautas, o que demanda se deslocar pelas diversas legislações, seu cumprimento ou descumprimento, suas lacunas, seus aliados políticos, ainda que momentâneos, e as formas mais efetivas desses combates. O relato que se segue exemplifica a “trinca por dentro” provocada pelos Coletivos e sua capacidade de exercício político. Apesar de longo, mantive o relato do Meio Passe Livre quase na íntegra, com pequenas adaptações do Diário de Campo, dada sua riqueza sobre a desagregação do sistema a partir dele próprio.

Em seguida, aprofundo-me na formação política no interior dos Coletivos e nas questões ligadas à subjetividade da participação das estudantes em suas Organizações, utilizando, principalmente os dados das entrevistas.

5.1 “A TRINCA POR DENTRO – DIÁRIO DE CAMPO DO MEIO PASSE ESTUDANTIL

Troquei meu horário no trabalho para acompanhar o movimento Meio Passe Estudantil. O evento estava marcado para iniciar às 16 horas do dia 13 de abril de 2018 e a concentração seria no Coreto da cidade, na Praça Central. Desci a pé. O ato foi encabeçado pelas estudantes do Coletivo Panapanã, algumas delas também compõem o Levante Popular da Juventude em Poços de Caldas. Como o tema do ato se estende para

além da pauta feminista, a confecção da maioria dos cartazes teve a organização compartilhada com o Levante Popular da Juventude e o Coletivo Estampe sua Voz, formado a partir de uma chapa que disputou o DCE na última eleição da Universidade privada, e de outras Organizações Juvenis. O ato foi encabeçado por estudantes mulheres que também o conduziram e organizaram.

Reconheci imediatamente a maioria das estudantes e alguns dos meninos que participavam da oficina de cartazes e faixas. Assim como o batuque de lata do Levante, as oficinas de cartazes que antecedem os eventos parecem ser marca das feministas estudantes na composição de seus eventos. Durante a oficina, que ocorria no chão da praça, era possível conversar com as estudantes e entender seus pontos de vista sobre a militância em favor do meio passe livre, assim como da articulação política necessária para esse embate.

Figura 2: Oficina de Cartazes, Meio Passe Livre Estudantil



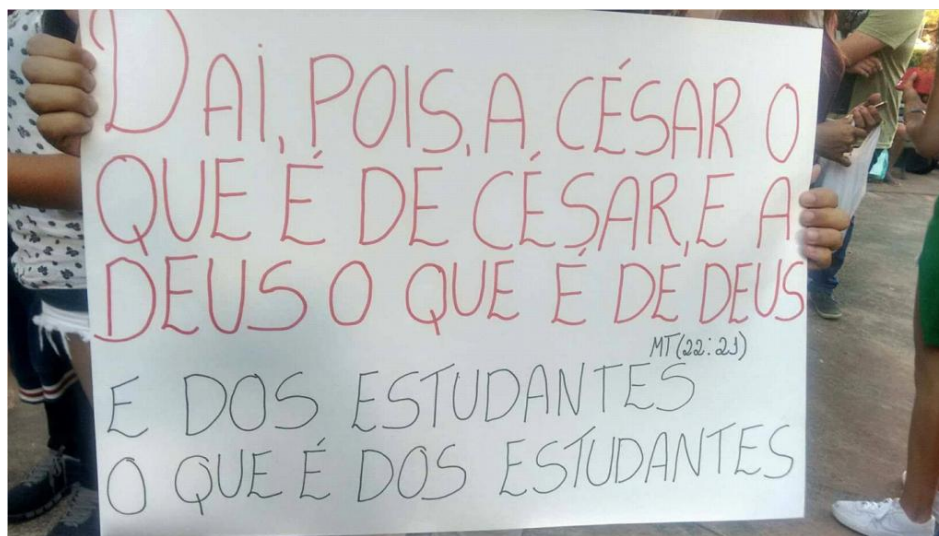
Fonte: Pesquisadora

Ocorre que, no Município, a Lei Federal que garante aos estudantes universitários o meio passe livre não é cumprida. O que se tem é uma linha exclusiva para estudantes em horários muito restritos. Algumas Universidades, incluindo as públicas, sequer possuem essa linha. Os estudantes lutam pelo meio passe em qualquer horário, apenas apresentando a carteirinha estudantil e alegam que a linha exclusiva é restrição, já que querem ter o direito de ir e vir para a Universidade em horários amplos e alegam, o que me lembro que já ocorria quando estudei na Universidade há mais de dez anos, que a empresa reduz ao máximo número de ônibus, superlotando-os de estudantes sentados pelo chão, escadas e até grudados nas portas e vidros, colocando-os em risco e em

condições de transporte desumanas.

Ali presentes, além de estudantes universitários, estavam lideranças e componentes dos seguintes partidos: Partido Comunista do Brasil (PCB), (PSOL) e Partido dos Trabalhadores (PT), além de estudantes secundaristas - grande parte deles havia participado das Ocupações de 2016. Entre os cartazes com dizeres sobre direito de ir e vir, “meio passe estudantil já”, outro me chamou atenção, por ser incomum:

Figura 3: Cartaz Meio Passe Livre Estudantil



Fonte: Pesquisadora

O estudante que havia feito o cartaz estava com uma das líderes feministas da Universidade pública. Eles correram para me mostrar, sabendo que a pauta religiosa é rara nesse tipo de manifestação. Felizmente, as estudantes militantes, ao longo da pesquisa, sempre me procuraram para contar sobre os atos e a preparação delas, assim como as principais questões e embates que surgiam, o que contribuiu muito com a pesquisa. Conversei com o estudante, autor do cartaz, que me contou que pertence à Igreja Assembleia de Deus e que sente que a militância precisa chegar à juventude evangélica. Me fala que sua denominação possui 23 igrejas na cidade e diz que, em geral, sua igreja não “fecha voto” com candidatos ou pede para que os membros votem em tal partido, diferente do que ocorre na maioria delas, como presenciamos nas últimas eleições municipais, em que grande parte dos evangélicos “fechou voto” com o atual prefeito.

Explicou sobre a importância de dialogar com a juventude das igrejas e que o Levante Popular da Juventude também estava trazendo esta pauta para as ações futuras (DIÁRIO DE CAMPO, 2018). Parece-me uma inovação na pauta dos Coletivos, já que

é a segunda vez que ouço dos Coletivos locais sobre a conscientização e o diálogo com esta parcela da juventude. O estudante diz que em determinada paróquia da cidade, o grupo de jovens possui, entre os membros, vários jovens que se assumem gays católicos e que o padre, inclusive, defende a participação das pessoas LGBTQ+ na Igreja, o que não deixa de ser um embate com parcela dos religiosos desta mesma paróquia.

5.1.1 Força militar

Um carro de som contratado para o evento começa a reproduzir músicas de protesto. Toca Chico Buarque enquanto duas estudantes do coletivo Panapanã me contam que gravaram a seleção durante a tarde. Bem perto ao Carro de Som, o que me chamou atenção desde que havia chegado ali, foi a grande quantidade de policiais militares, mais de 20, além de várias viaturas e até um camburão. Os estudantes, rindo sobre aquela quantidade de policiais, diziam: “não sei o que pensam que vamos fazer”, e brinca: “estão achando que vamos ocupar a prefeitura”, se referindo às Ocupações Secundaristas ocorridas no ano anterior, já que várias delas participaram das mesmas.

A quantidade não se justificava por outra coisa senão porque os estudantes haviam informado anteriormente sobre o trajeto, do qual fazia parte um protesto em frente à prefeitura e uma tentativa de audiência com o prefeito, para conversar sobre o direito ao Meio Passe. Assim, a Polícia não estava ali para assegurar o trajeto livre pelas ruas nem para resguardar os estudantes, mas para proteger a prefeitura. Era gritante a quantidade de policiais cercando o movimento o tempo todo, com cacetetes enormes nas mãos, às vezes muito próximos dos meninos e com postura ameaçadora. Havia sempre um ou dois por perto da porta da prefeitura com as mãos nas armas que estavam nas cinturas.

5.1.2 A militância nas ruas

As meninas conduziram os batusques de lata e um surdo, depois de prontas as faixas e os cartazes. Treinavam os gritos básicos para aquela tarde: “Linha exclusiva é restrição, meio passe pro busão!” “Ê prefeito, meio passe é meu direito!”. Depois de ensaiado, fizeram as duas filas indianas pela rua, com os cartazes mostrados para o lado de fora e atravessamos a rua em direção à prefeitura, onde paramos de frente para o prédio antigo, e o batuque se intensificou, junto com os gritos pedindo ao prefeito que

saísse para conversar com os estudantes: “Prefeito, bota a cara no sol!” “Prefeito, cadê você, eu vim aqui só pra te ver!” (DIÁRIO DE CAMPO, abril, 2018).

Figura 4: Estudantes em frente à Prefeitura – Movimento Meio Passe Livre



Fonte: Pesquisadora

As falas das estudantes ao microfone eram bastante provocativas, demonstrando, ao mesmo tempo, um conhecimento político local imenso: questionavam o motivo pelo qual o prefeito não queria sair para lhes atender, já que havia acordo anterior sobre o Meio Passe. Chamavam pelo vice-prefeito que, quando foi vereador, defendia o meio passe com unhas e dentes e citavam um vereador atual, que na época das eleições municipais também se dizia favorável ao cumprimento da Lei Federal.

5.1.3 Negociações políticas

Era previsível que o prefeito não sairia de jeito nenhum na sacada, pois não seria fácil enfrentar as meninas tão bem armadas com argumentos e leis. Curiosamente, em situações bem mais tensas, como quando centenas de professores iam à porta da prefeitura cobrar o piso salarial, o antigo prefeito saiu à varanda, mesmo que fosse apenas para ser vaiado.

Logo saiu uma assessora, pedindo uma comissão composta por dois estudantes de

cada Instituição, além do Assistente Social da Universidade pública, que participava das negociações. Escolheram rapidamente. Na realidade, todos já sabiam quais eram as lideranças e não foi surpresa que quem subiu também foi quem organizou o ato. Apenas dois meninos entre as estudantes, dando sequência às negociações do ato que elas organizavam.

Antes de subir, uma das estudantes orientou aos que ficaram para que não parassem o barulho, que queria lá de cima ouvir os gritos. Como subiram os líderes, pensei que a condução do microfone ficaria prejudicada, o que não ocorreu, já que outros estudantes tomaram a frente rapidamente. A subida deles ao gabinete deixou os militantes que ficaram, bastante emocionados, era um ato de coragem enfrentar o prefeito na cobrança do cumprimento de uma Lei Federal. Lá de cima, os líderes saíram na varanda, tiraram foto dos estudantes que ficaram embaixo, provavelmente enquanto aguardavam o prefeito.

Este momento de subida das escadas, reunião e retorno, que demorou mais de duas horas, demonstra a grande capacidade política dos estudantes e dos Coletivos Feministas, articulados com outros Coletivos políticos. Os jovens cobravam de forma intensa, exigindo o cumprimento de leis, pressionando, dando prazos, fazendo atas e devolvendo aos seus o resultado das negociações. Antes de subir, esclareceram detalhadamente os dados financeiros de custos com transporte público no Município, incluindo os contratos com publicidade nos ônibus e demonstrando tranquilidade de quem domina perfeitamente as negociações políticas.

Alguém fechou a janela imensa lá de cima, provavelmente porque o barulho dos estudantes que ficaram estava impossibilitando qualquer conversa. Em um momento de trégua do microfone, ouviu-se ao fundo uma música tocando no Carro de Som, parado do outro lado da rua, e os estudantes e povo na rua cantaram em uníssono.

5.1.4 Grupos marginalizados e a adesão aos protestos juvenis

Este fato me fez lembrar imediatamente de outro protesto, anos atrás, em que cena semelhante ocorreu: uma senhora que aparentava ser moradora de rua e estava alcoolizada chegou perto do grupo de feministas que protestavam pela descriminalização do aborto em frente a uma Igreja Católica, e começou a cantar e fazer gestos como se regesse o grupo, que cantou junto com ela. Lembro-me do espanto no olhar dela por ter sido acolhida pelo grupo de feministas, sendo uma pessoa

provavelmente acostumada a viver à margem da sociedade.

A adesão de grupos marginalizados aos eventos é fato recorrente, talvez por ocuparmos as ruas que lhes são tão familiares, se sintam à vontade para se aproximar e, por vezes, participar. No ato do meio passe, um morador de rua, que também é catador de reciclados, guardou seu saco de sucatas para segurar um cartaz e foi para o meio da rua com os estudantes até o final do ato. Falava que sim, o meio passe era direito dos estudantes e entendia que o ônibus era muito caro, R\$3,60 em um município relativamente pequeno. Em outro momento, uma moradora de rua, transexual, que costuma se vestir como *hippie* subiu as escadas e falou ao microfone sobre o direito ao ônibus. Esta adesão de pessoas moradoras de rua e trabalhadores que passavam por ali mostra que a identificação com a causa pode ser imediata, mas também me faz pensar no quanto somos nós, também ali discriminados e invisibilizados, assim como eles, lutando por direitos que já são nossos, resguardadas as devidas proporções, que jamais poderiam ser comparadas.

As pessoas que estavam dentro dos ônibus que passavam pela Avenida faziam sinal de concordar com a pauta do movimento, assim como vários carros passavam buzinando em apoio. A empresa que detém o monopólio do transporte público no município há décadas cobra caro e reduz linhas. Trata-se de uma concessão muito antiga, um monopólio que é constantemente questionado pelos moradores da cidade.

5.1.5 Simbologias militantes

Como dito acima, o morador de rua aderiu ao evento quando o cartaz lhe foi entregue. Os cartazes parecem mais do que material de formação política, se mostram, muitas vezes, como símbolo de pertencimento ao grupo. Um adolescente que sempre está nos eventos com sua mãe, que é feminista e que nunca vi aderir aos protestos, mesmo com grande incentivo dela, começa a conversar com os universitários que lhe explicam sobre o direito de ir e vir. Depois de um tempo de conversa, ele diz: “É, isso do ir e vir ser direito constitucional faz sentido, faz muito sentido” (JOÃO, Relato colhido em Diário de Campo, abril de 2018). Quando ele sente que faz sentido subjetivo, também se incorpora ao grupo e o ato simbólico de integração foi lhe entregar um cartaz. A partir da tomada do cartaz, o menino se situou com o grupo imediatamente, era um deles.

Em outro momento, um grupo de adolescentes do Ensino Fundamental que saía da escola pública próxima dali, parou em um canto, olhando para o movimento. Uma delas

filmava. Eu comentei com uma universitária se não seria importante chamar (ao microfone) os estudantes que estavam passando pela rua. Ela me chamou para ir com ela conversar com o grupo. Fomos. Eu só ouvi. Com falas bem simples, ela disse ao grupo: “Olha, isso é em favor dos estudantes, da gente! Vocês querem participar também?” Elas assentiram imediatamente e receberam também um cartaz. O cartaz foi novamente o elemento que simbolizou a integração ao grupo.

Da mesma forma que a pauta e os cartazes integravam estudantes e população ao grupo, a invisibilidade dos participantes como pessoas me chamava cada vez mais atenção. Os militantes estudantes que chegavam se cumprimentavam, se reconheciam, se apresentavam. Havia individualidade no coletivo. No entanto, quando os servidores públicos que trabalhavam na prefeitura começam a sair, impressionantemente não enxergam as pessoas dentro do grupo. A maioria olha por cima e desvia o olhar, passando pelo lado de cabeça baixa. Minha irmã, que é servidora, saiu diante de mim e do meu filho, seu sobrinho, e não nos viu. Outras pessoas conhecidas de outros estudantes repetiram o ato.

Ficou claro o quanto as pessoas ficam invisibilizadas quando a pauta não faz sentido ou quando as pessoas não aderiram ao tema. Em uma cidade pequena, em que muitos se conhecem, os servidores saíam e viam apenas um grupo de estudantes manifestando em favor do meio passe, ou contra o Estado, que no caso era a própria prefeitura, mas não enxergavam os componentes de forma individual, ainda quando se tratavam de familiares próximos. Talvez algo que ocorra cotidianamente com os moradores de rua que estavam ali conosco, naquele momento.

“As gays, as bi, as trans e as sapatão, tão tudo querendo o meio passe pro busão” (DIÁRIO DE CAMPO, abril de 2018). O grito de guerra comum de ser ouvido durante os protestos do Levante Popular da Juventude foi modificado (o final original é: “tão tudo organizadas pra fazer Revolução”). Noto o entrelaçamento das pautas de gênero durante os eventos dos estudantes. Ainda que o tema ali não tivesse relação direta com o feminismo e demais pautas LGBTQ+, os estudantes afirmavam que as categorias minorizadas em relação ao gênero e à sexualidade estavam ali, e exigindo o meio passe estudantil.

Quando um estudante se aproximou para me dizer que a demora na reunião era uma estratégia para desmobilizar o protesto, achei um exagero conspiratório, mas depois de uma hora e quarenta minutos concluí que era possível, já que o trajeto havia sido informado antecipadamente e incluía o Terminal de Linhas Urbanas em horário de pico

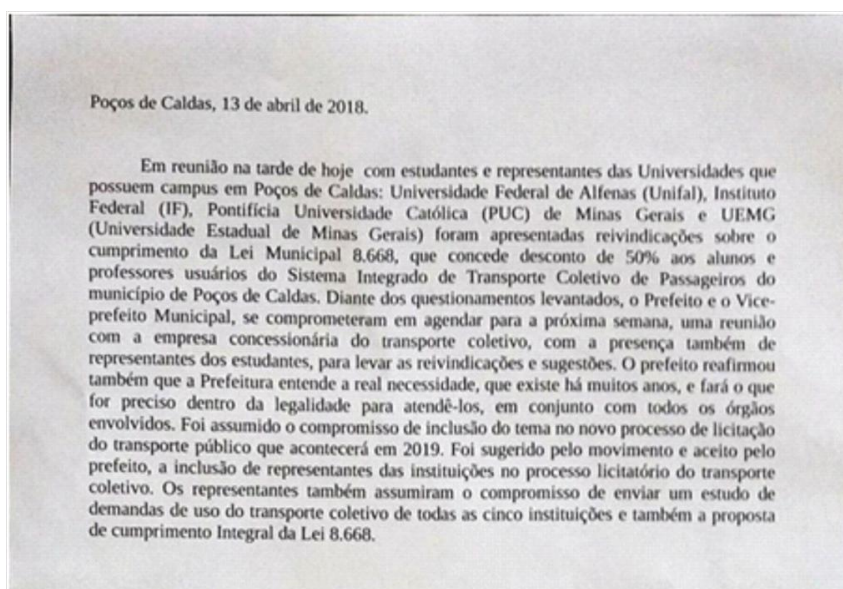
dos ônibus, por volta das seis da tarde. Muitos estudantes realmente foram embora, mas restou o suficiente para manter o barulho ativo.

Aqueles meninos haviam ocupado as escolas secundaristas, aguentaram pressão do judiciário, ficaram na chuva vigiando o espaço, acordavam de madrugada para fazer comida. Não saíam dali por conta de duas horas esperando o prefeito fazer reunião.

Fomos para o Terminal mesmo com número reduzido de estudantes, devido ao horário, pois muitos tinham aula à noite. O barulho foi bom, o batuque de lata repercutia bem alto devido ao teto do terminal. Voltamos para a porta da prefeitura, a comissão já estava há mais de duas horas lá dentro. Todos se sentaram na calçada em frente ao prédio, não saíam dali. Cantavam: “Eu não vou emboraaaaa!”

Quando os estudantes, por fim, saíram, já era noite. Visivelmente cansados, foram aplaudidos, recebidos com gritos. Pararam nas escadas para ler a ata e contaram que houve muita resistência do prefeito e seu vice, discordâncias, mas que entraram em alguns acordos, estipularam alguns prazos. Expuseram como dialogaram e que o Estado exigiu que eles fizessem um levantamento dos custos ou de formas que garantissem a lei sem custos para o Município, o que me deixou admirada, já que isso é obrigação da gestão e não dos estudantes. Enfim, como tinham conhecimento para tal, se comprometeram em fazê-lo, e levantaram como principal ganho o agendamento de outra reunião que ocorreria em quinze dias com os mesmos representantes estudantis, prefeito e empresa de transportes urbanos. Ocultei a assinatura da ata para preservar a identidade das estudantes, na Figura 5.

Figura 5: Ata de acordo com o Poder Executivo – Movimento Meio Passe Livre Estudantil



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Mantive a integralidade do Diário de Campo, para, a partir dos dados coletados, apontar sobre a profundidade de conhecimento necessário aos Coletivos para este tipo de ação, que ultrapassa o ensino convencional das Universidades e escolas onde se organizam. Esses conhecimentos se articulam diretamente com a formação política desenvolvida no interior dos Coletivos, que se constrói de diferentes formas, entre as quais podemos apontar:

- a) estudo de temas ligados a gênero e sexualidade em sentido amplo, que ocorrem durante reuniões ordinárias ou preparação para os atos;
- b) estudo de pautas políticas nacionais e locais que se relacionam com defesa de direitos em diversas esferas e que ocorrem diante da necessidade política do momento;
- c) utilização da internet e de Redes Sociais para divulgação dos atos e atividades dos Coletivos e para discussão das pautas levantadas pelos mesmos;
- d) atos e atividades públicas organizadas pelos Coletivos ou atos dos quais os Coletivos participam de alguma forma;
- e) relação entre Coletivos e as Instituições de ensino em que estão inseridos, tanto por meio de articulações quanto de embates.

Creio que este Diário de Campo demonstra ainda sobre a fluidez e articulação em Rede de Coletivos, características que parecem centrais quando tratamos de pautas politicamente mais amplas. A fluidez aparece na participação das estudantes em vários Coletivos, desta forma facilitando suas articulações em atos maiores e mais amplos.

5.2 RELAÇÃO ENTRE COLETIVOS E INSTITUIÇÕES

Minha percepção, como observadora e como participante de algumas ações nos Coletivos Feministas, é a de que grande parte dos professores e gestores demonstra apoio aos atos das estudantes, propondo parcerias em algumas ações, internas e externas à Instituição. No ato pelo Meio Passe Livre, por exemplo, um dos assistentes sociais da Universidade pública participou ativamente da mobilização para a ação promovida pelas estudantes, passando pessoalmente de sala em sala, mesmo no período noturno, para conscientizar sobre a importância do cumprimento da Lei para os estudantes. Presenciei seu esforço, na noite anterior ao ato, em que eu estava na Instituição para dar aulas no cursinho pré-vestibular comunitário Educafro - que este ano funciona ali - vendo-o

entrar e sair de sala em sala, já em horário avançado das aulas noturnas, explicando exaustivamente aos estudantes sobre os objetivos da manifestação, inclusive pelos corredores.

Em outra ocasião, as estudantes elaboraram e realizaram uma pesquisa sobre machismo no *campus* dessa mesma Instituição superior pública, com estudantes e funcionários, em parceria com uma professora, obtendo resultados importantes para o diagnóstico do *campus* e o direcionamento do trabalho político-pedagógico.

No entanto, percebo, com o passar do tempo e na interação com as estudantes, que a abertura para o trabalho do Coletivo existe por parte do Instituto, mas é específica de alguns profissionais. Na visão delas essa abertura é um elemento comparativo, acreditam que conseguem ter alguma voz se comparadas com Coletivos de outras Instituições, no entanto, sentem que há ainda muita resistência e dificuldades enfrentadas pelo Coletivo e pelas estudantes mulheres dentro do *campus* em relação ao machismo e postura de professores:

Sobre os funcionários do IF, eu acho que há uma abertura muito grande com a gente, ainda mais quando a gente se reúne com todas as faculdades e aí a gente vê o quanto a Instituição é mais aberta do que as outras, só que, por exemplo: com professores a gente tem um pouco de dificuldade, como na Semana das Mulheres. A gente teve que brigar com um professor “da noite” que achava, falou na minha cara, tipo, que “coisas sobre mulheres e machismo a gente achava na internet” e tem um professor do Integrado que deixa as meninas da eletrotécnica olhando lá os meninos “montar fio” e não coloca elas pra montar, entendeu? Então, são coisas pequenas assim, mas gritantes (ELIZABETH, Relato colhido em Diário de Campo, 2018).

O que fica claro na fala das estudantes é que há apoio de funcionários, ressaltando a atuação do Assistente Social do *campus*, mas em relação aos professores há embates claros e que implicam, inclusive, em chantagem em relação às notas, demonstrando coerção hierárquica na relação com as estudantes, uma espécie de machismo institucionalizado por meio do “poder” do professor. O contraste fica claro nos relatos:

Tipo no dia que fomos construir os cartazes da Semana LGBT eu fui perguntar se podia colar lá e o O (assistente social do campus) queria até dar o material (fala rindo)

Mas tipo, no dia da Geografia que as meninas queriam “descer” pra assistir à palestra, o professor estava ameaçando elas por causa de nota, entendeu? E a gente foi lá e discutiu tudo com ele, e aí ele: “não, não”, falando que esses dados a gente achava na internet e a gente pegou e colocou um tanto de frase e grudou assim na porta da sala dele, fez um auê. Aí ele disse que tinha se sentido A-Gre-Di-Do (fala com ênfase de considerar absurda a acusação) e aí as outras meninas, as outras alunas de dentro da sala

começaram a discutir também com ele e aí ele acabou liberando porque disse que não tinha mais condições de dar aula. A gente colou uma placa de frente ao vidro e pra cara dele escrito “Não me peça silêncio, não cesso, não Kahlo, meu grito não tem medo do teu falo” (ELIZABETH, Relato colhido em Diário de Campo, junho de 2018).

A palestra foi sobre gênero e sexualidade e ocorreu por organização da própria Instituição. As estudantes relatam que “nem foi tão boa assim, mas que a Geografia foi assistir, eles foram!” Todas as falas das estudantes consideram um ato de violência institucional que seja organizado um evento da Semana da Mulher e as estudantes não sejam liberadas para participar. Fica claro que a questão é muito além de colher dados sobre violência, conforme descrevem no argumento do professor e que assumem o embate como política feminista, da mesma forma que encabeçam a luta por direitos iguais: “Sem cabimento esse tipo de professor, o negócio é resistir mesmo, bater o pé, sair e se impor” (ELIZABETH, relato colhido em Diário de Campo, 2018).

Podemos considerar, a partir da análise dos dados coletados, que a relação entre os Coletivos e as Instituições em que estão inseridos se dá de forma bastante complexa, com articulações, mas também com embates. O que se aponta principalmente é que a abertura para as atividades dos Coletivos é limitada às barreiras políticas institucionais. No entanto, os Coletivos não se mantêm nesse limite, ao contrário, constantemente se atritam com as Instituições.

Essa tentativa de limitação, porém, não se dá de forma direta e restritiva em todas as vezes. Há uma aparente parceria e relação amistosa proposta pela Instituição, que em momentos políticos específicos passa a ser tensionada. O período pré e pós-eleições presidenciais de 2018 foi o período em que as entrevistas foram realizadas e a análise que se segue demonstra a influência destas para o contexto dos Coletivos pesquisados.

No pós-eleições também recebemos bastante mensagem assim perguntando como a gente estava, quais seriam nossos próximos passos e que não era pra gente parar. A gente colocou algumas frases no *campus*, porque tava todo mundo mal, e a gente sabia tinha que fazer alguma coisa! A gente colocou frases e colocou flores também pelo *campus*, e surgiu uma repercussão muito grande (ELIZABETH, DIÁRIO DE CAMPO, COLETIVO FEMINISTA MARIELLE FRANCO, 2018).

A gente concordou mutuamente no Coletivo que não pode desanimar. Porque a gente sabe que vão ser tempos difíceis, a gente sabe que uma maioria esmagadora agora tem propriedade pra poder se posicionar contra. Reagir contra. Mas se a gente não se posicionar, a gente vai ser esmagado. Então eu acho que isso não é uma opção! Não pode, sabe, deixar de resistir! Então a gente está, por enquanto, num movimento de resistência e se tudo der certo, num movimento de luta. A gente tá lutando pra poder continuar existindo! (LUZIA, ENTREVISTA, COLETIVO PANAPANÁ, 2018).

Todo o tempo de produção e escrita dessa pesquisa coincidiu com o desmonte de políticas públicas em prol de garantias de direitos em relação a gênero e sexualidade. Concomitante ao desmonte avassalador em torno de direitos sociais e trabalhistas, o foco dos discursos do atual governo se centram nos ataques aos grupos minorizados, que também são os mais afetados em relação aos desmontes citados (GOMES; RODRIGUES, 2018; KREIN, 2018). A medida mais recente foi a extinção dos Comitês de enfrentamento à violência contra mulheres e população LGBTQ+¹⁰.

Produzir pesquisa científica em um momento de retrocesso, inclusive com ataques às pesquisas nas Áreas de Ciências Humanas e retiradas de investimentos nos Programas, como os cortes e reduções drásticas de bolsas¹¹ foi tarefa que chegou a fazer com que eu adoecesse durante certo período desta produção.

Esse adoecimento também abateu meus colegas de Grupo de Pesquisa, meus professores e se instalou de forma violenta em meu trabalho como conselheira tutelar. Foi inevitável pensar se teria sentido produzir pesquisa sobre Coletivos Estudantis diante desse cenário e, por algum tempo, essa dúvida, que também se articula pessoalmente com o que eu sou - mulher, professora e pesquisadora - travou a minha escrita, produção e até afetou minha saúde mental.

5.3 REFLEXOS DO CONTEXTO POLÍTICO NACIONAL

Durante o período eleitoral, mas especialmente no “pós-eleições”, uma espécie de sentimento de desânimo generalizado e incerteza nos tomava e nos ameaçava pessoal e profissionalmente. Logo no início do ano, todos os conselheiros tutelares da cidade onde atuo receberam ordem de prisão¹², em um movimento político do Poder Judiciário bastante em consonância com o que vem ocorrendo no país.

Se o período tem sido massacrante para a produção de conhecimento nas Ciências Humanas, é também nele que os Coletivos e a pesquisa, eu soube depois, despontariam com seu caráter mais peculiar, o de resistência:

Nesses últimos dias pós-eleições, tinha uma menina, que ela não participa do Coletivo, nem nada, ela nunca foi a nenhuma reunião, mas na mensagem ela falava assim: “Não para. Porque quando eu chego à Universidade eu me sinto

¹⁰<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/damares-extingue-comites-de-enfrentamento-a-violencia-contramulher-e-minorias.shtml>

¹¹<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/cnpq-suspende-4500-bolsas-por-falta-de-orcamento-23880009>

¹²<https://ponte.org/conselheiros-tutelares-de-mg-sao-presos-por-desobediencia/>

acolhida, sinto que lá é o meu lugar porque vocês estão lá, vocês estão fazendo algo”. Então eu acho que isso me motiva muito, porque a gente, no fundo a gente tem esse retorno sabe?! De que a gente está conseguindo fazer, pelo menos, a diferença no espaço que a gente vive a maior parte do tempo (ELIZABETH, entrevista, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2019).

As entrevistas, assim como a observação das atividades dos Coletivos e seus embates políticos subsequentes à eleição de 2018, certamente foram o choque necessário para que eu retomasse a escrita. As estudantes, ainda que desanimadas, sentiam que precisavam continuar porque exerciam papel fundamental dentro de suas Instituições e o ânimo que eu passei a ver nelas também me fez compreender a pesquisa feminista como resistência política e subversão epistêmica (RAGO, 1998).

Entrevistei três estudantes, uma de cada Coletivo pesquisado e uma professora, a única que participa dos Coletivos Estudantis pesquisados, entre os meses de novembro de 2018 e junho de 2019. Utilizei-me de roteiro pré-elaborado produzido e testado pelo Grupo de Estudos sobre a Juventude da UNIFAL - MG e as entrevistas mantiveram seu caráter semiestruturado, como explicitado nas considerações metodológicas.

Sobre o Coletivo Feminista Primavera Continua, que se diluiu a partir do final de 2016, utilizei-me do Diário de Campo para registrar algumas tentativas de reunião, que não obtiveram êxito para a reativação do Coletivo, mas que me trouxeram material para análise. Também em Diário de Campo registrei as conversas que mantive com estudantes que integraram este Coletivo anteriormente e que me autorizaram a utilizar suas falas como dado da pesquisa. Esses dados foram expostos no capítulo inicial do trabalho.

Utilizei-me ainda de material online disponibilizado pelos Coletivos em suas páginas das Redes Sociais e conversas online entre mim e as estudantes dos diversos Coletivos, sempre com autorização e revisão das mesmas, sobre suas falas e a análise posterior.

A participação das estudantes certamente contribuiu diretamente na produção da pesquisa e na escrita dessa dissertação. Falo da participação para muito além de sujeitos de pesquisas que viram seus Coletivos sendo alvo de investigação acadêmica, mas como participação integral na compreensão da proposta e condução da coleta e análise dos dados. Consultei as meninas integrantes dos Coletivos para a tomada de decisões referentes aos dados. A manutenção dos nomes dos Coletivos, a escolha por nomes pessoais fictícios e a própria construção do título da dissertação foram realizados em parceria com elas.

Dessa forma, passei a perceber como se sentiam pertencentes ao trabalho de pesquisa, mas também sentiam que a pesquisa lhes pertencia, no sentido de que, embora eu estivesse conduzindo todo o processo e fosse responsável por ele, essa dissertação compõe um sentido de grupo para as estudantes e seus Coletivos, já que precisavam defender a existência de suas Universidades diante do cenário político e sabiam que eu tentava fazer o mesmo:

“Essa pesquisa é muito importante pra gente” (ELIZABETH, Diário de Campo, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2019) e quando divulguei a provável data da defesa, me garantiram que já separariam a data na agenda: “A gente vai marcar o Diversidade em Foco para setembro, é bom que marcamos em outra semana então” (ELIZABETH, Diário de Campo, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2019). E logo depois, se preocupando com a proximidade da data, me enviou a seguinte mensagem: “Vai escrever sim e sem se matar escrevendo duas semanas seguidas sem parar desenfreadamente. Se cuida, hidrata, alimenta direitinho que esse Mestrado sai.”

A característica de cuidado deste Coletivo, em específico, ultrapassa bastante o âmbito político em seu sentido mais restrito. Obviamente, as meninas estão propondo uma sociedade com maior cuidado em relação às pessoas e às desigualdades sociais, já que este é o objetivo central de formação de um Coletivo. No entanto, o Marielle Franco apresenta um caráter de cuidado com o meio ambiente, com os animais do *campus*, visível tão logo se entra em contato com a Universidade.

5.4 O FEMINISMO COMO CAMPO DE DISPUTAS

Entretanto, lidar com militância organizada é lidar com contradições e disputas de discursos. A própria pauta de gênero e as teorias que lhe cercam são campo árduos de disputas. Não à toa, Judith Butler, desde a publicação do seu “Gênero em Disputa” já alertava para o fato de que qualquer teoria que dite o que é ser mulher no seio do feminismo terá consequências homofóbicas e transfóbicas (BUTLER, 2007; DE TILIO; DEL NERO, 2019).

Butler se refere mais especificamente às TERF, Teorias Radicais de Gênero, que surgem nos Estados Unidos na década de 1970, durante a chamada “Segunda Onda Feminista” (DE TILIO, DEL NERO, 2019, p. 403). A segunda onda se caracteriza pela discussão para além dos direitos civis de voto e trabalho, com foco nas relações sociais e afetivas, lutando contra violência doméstica e buscando desmontar o sistema patriarcal

de subordinação da mulher da seguinte forma:

Para vencer a opressão feminina, as feministas radicais defendem que é fundamental concentrar os esforços na busca das explicações sobre as diferenças entre os sexos e a subordinação da mulher no sistema patriarcal e que as mulheres devem se unir na luta contra os homens, assim como devem rejeitar o Estado e todas suas instituições por serem produto do homem e, portanto, de caráter patriarcal (DE TILIO; DEL NERO, 2019, p. 403).

A segunda onda influencia diretamente os discursos de grupos feministas que no Brasil chamamos de RadFem¹³ ou Rad, a derivação do termo Feministas Radicais. As Rad só reconhecem como mulheres pessoas que possuem vaginas, retornando a base do gênero ao órgão sexual, o que implica, durante a prática militante, no não reconhecimento das mulheres transexuais como mulheres, equivalendo-as aos homens, “pois elas nasceram com corpos masculinos ao passo que mulheres de verdade nascem com vagina e útero – e por isso são mulheres de verdade” (DE TILIO; DEL NERO, 2019, p. 414).

Essa essencialização biológica do que é uma mulher fixa o conceito no corpo e nos órgãos sexuais, afastando-se do próprio conceito de gênero. Gênero implica cultura. A mera definição de mulher a partir de ovário e vagina termina por desconsiderar que todos os mecanismos de opressão são construídos em âmbito cultural, pois como nos lembra Scott (1994, p. 13), “nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida”.

A divisão social a partir do gênero é hierárquica e é sobre este ponto que os movimentos feministas visam se debruçar. Mas quando o Feminismo Radical caracteriza o que é mulher de forma “genitalizadora”, não refletindo profundamente sobre cultura, cede espaço para práticas transfóbicas (DE TILIO; DEL NERO, 2019, p. 414). Não aceitar alguém como mulher é ferir sua identidade. Apontar as características necessárias para que alguém seja considerada mulher é algo autoritário e arbitrário, porque estou falando da vivência do outro e desrespeitando seu sentimento de pertencimento a uma categoria social.

Pensando no conceito trazido por Scott (1994, p. 13): “gênero é a organização social da diferença sexual”, sendo ele, o próprio gênero: “o saber que estabelece significados para as diferenças corporais”. E não o oposto. Não são as diferenças corporais que fazem o gênero e a diferença social. É o gênero, materializado no corpo, conforme Butler (2002), que estabelece esses significados, que variam com tempo,

¹³<https://arquivoradical.wordpress.com/>

grupos sociais e culturas (SCOTT, 2004).

Beauvoir, já nos anos de 1940, havia dito que “não se nasce mulher, mas torna-se uma” (1949, p. 09), portanto este conceito foi ampliado e nomeado de “gênero”, mas a ideia de que a cultura nos faz seres generificados não é nova. Beauvoir, inclusive, introduz a noção de cultura no ser mulher, afirmando que construir-se mulher implica nos gestos e desgostos que nos são ensinados e reiterados ao longo da vida.

Se retornar ao clamor da natureza como forma de “inscrição nos corpos como verdades biológicas” parece ser desastroso e opressor sob várias perspectivas, considero que teorizar a mulher com inscrição obrigatória de corpo é também um exercício racional falho do ponto de vista militante (DE TILIO; DEL NERO, 2019). Simplesmente porque é este o argumento principal dos grupos antidireitos: uma suposta natureza que ditaria o que somos e o que não, o que devemos ou não fazer. Pereira et.al, (2013), apontam como a visão essencialista sobre a homossexualidade é fator diretamente ligado à homofobia. Assim, argumentar que mulheres nasceram para ser mães, já que tem úteros; ou que relações homossexuais são ilegítimas porque os indivíduos não geram filhos e assim por diante, é prática determinista discursiva que implica o corpo em uma trajetória de obrigações e delimitações sociais de direitos.

Portanto, definir que quem nasceu com pênis não poderá jamais ser mulher, além de teórica e praticamente contestável, me parece racionalmente falho para o próprio feminismo, seja ele chamado de radical ou não, já que o argumento de que só é mulher quem tem vagina e úteros segue a linha de raciocínio machista de quem diz que quem tem útero deve permanecer reduzida ao cuidado familiar porque nasceu para ter filhos. O discurso de “mulher de verdade”, inclusive, permanece nos discursos das Rad que se denominam TERF (DE TILIO; DEL NERO, 2019, p. 414).

Chamo atenção, no entanto, para o fato de que compreender que o corpo não é gênero ou que a diferença sexual não é gênero, não significa dizer que o corpo é uma plataforma politicamente neutra, ou seja: “não se pode, de forma alguma, conceber o gênero como um constructo cultural que é simplesmente imposto sobre a superfície da matéria” (BUTLER, 2000, p. 152). Portanto, os corpos são profundamente implicados na construção política de gênero. O conceito de performatividade de Butler nos aponta, inclusive, que o gênero é “materializado” no corpo, através de formas reiteradas de poder, entre elas, os discursos (BUTLER, 2000, p. 152).

Compreender a performatividade é importante para que não se estabeleça outra forma de tirania: a de considerar que o gênero é cultural e, portanto, o corpo não está

implicado neste processo. Daí é que partem os discursos feministas que condenam os tratamentos hormonais nas pessoas transexuais ou as cirurgias de redesignação sexual. Dizer que corpo não é gênero e que órgão sexual não define gênero não é o mesmo que dizer que o corpo não está implicado até os ossos nas representações sociais de gênero (BUTLER, 2000).

O gênero é, portanto, constructo cultural, como ensina Louro (2000), mas materializado no corpo através da performatividade, que envolve profundamente as simbologias culturais. Assim, o gênero é uma instância carregada de simbolismos. As cores são generificadas desde antes do nascimento da criança, os nomes atendem a critérios binários, deixar pelos crescerem é típico e desejável nos homens e odioso nas mulheres e o falo é símbolo máximo de masculinidade e poder. Portanto, nenhuma discussão séria de gênero pode exigir das pessoas que abandonem sua cultura de simbolismos, pois como brilhantemente nos apontaram Handler e Geertz (1991, p. 15): o ser humano é “um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu.”

Que estes significados produzem e reiteram hierarquias sociais está posto, assim como o questionamento dos discursos que tornam esses símbolos compulsórios e marginalizam os sujeitos que não se adequam às normas sociais de gênero é papel das discussões teóricas e militâncias de gênero e sexualidade, assim como questionar a função de regulação e detenção de discursos que as Instituições exercem, como alertou Foucault (1996), assim como tem sido feito pelos Coletivos Feministas Estudantis.

Falar em performatividade, portanto, é compreender que cultura não é vestimenta sobre a natureza. Se afirmo que algo é “só” cultural e por isso pode ser descartado, diferentemente do que é supostamente biológico e por isso forte o suficiente para ser aceito e obrigatoriamente mantido, estou dando caráter teatral à cultura.

Portanto, performatividade não é performance, o gênero não é uma encenação e identificar-se com determinado gênero ou com nenhum não significa escolher roupas e acessórios, mas significa sentir-se pertencente a grupos sociais que carregam simbolismos culturais impregnados nos sujeitos. Falar em identidade de gênero é tratar do que o sujeito é e de como se entende no mundo, compreendendo que a performatividade é atravessada por estratégias discursivas de poder:

A performatividade não é, assim, um "ato" singular, pois ela é sempre uma reiteração de uma norma ou conjunto de normas. E na medida em que ela adquire o status de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais ela é uma repetição. Além disso, esse ato não é primariamente teatral; de fato, sua aparente teatralidade é produzida na medida em que sua historicidade permanece dissimulada (BUTLER, 2000, p. 164).

Compreendo, portanto, que a radicalidade no sentido de biologicizar o gênero no corpo, mantendo determinados sujeitos dotados de vagina com status de mulheres de verdade, sob qualquer ótica, resulta em políticas de exclusão no seio do feminismo, mas que, por outro lado, simplificar “*constructo social*” como se a cultura fosse algo descartável na subjetividade dos sujeitos e não atravessasse os corpos, também produz efeito regulatório.

Todos os Coletivos pesquisados relatam abarcar a pauta das mulheres transexuais, embora não possuam trans em seus quadros: “Ninguém é mais discriminado do que as minas trans, como pode um Coletivo Feminista não acolher?” (ELIZABETH, Diário de Campo, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2019). No entanto, isoladamente, outra participante de um dos Coletivos se declara:

“Eu sou um pouco Rad, sabe? Estou cansada de opressão e lidar com homem na Universidade não está nada fácil.” (AMÉLIA, Diário de Campo, 2019) Quando lhe questiono sobre a pauta trans, ela justifica: “Mas minha posição é algo teórico, tenho lido bastante, procurado teorias sólidas, sabe?” Compreendo, sinceramente, que o movimento se dá em razão do cansaço em lidar com abusos e machismos no ambiente institucional, tantas vezes silenciado pela própria Instituição.

Logicamente, embora as estudantes discutam gênero em suas formações, os Coletivos se desdobram muito mais em torno dos embates resultantes da opressão dentro de suas Universidades. São pautas emergenciais. Nenhum dos Coletivos pesquisados consegue cumprir sua agenda de reuniões e formações porque situações imprevistas ocorrem nos *campus* e no Município, lhes exigindo atuação rápida. Quando temos um cenário caótico de violência, é esperado que o grupo se proteja da categoria opressora. Sobre a participação de homens nos Coletivos:

Em alguns eventos do próprio Coletivo vieram alguns homens que acabaram assediando as meninas. Então, assim, estar em um evento pra acabar com esse tipo de prática, mas acabar por reproduzir essa prática, não dá. Então elas (as fundadoras do Coletivo) decidiram fechar mesmo até pra ter essa ideia de nós mulheres termos a voz. Então, assim, são mulheres falando pra mulheres, contando suas histórias e tudo o mais e quando a gente quer fazer um momento que abranja pra mais pessoas, a gente faz no gramado da faculdade, quem quiser se aproximar se aproxima e tal, mas não é aquele âmbito assim de discussão fechada, né, que a gente tem no momento (LUZIA, Entrevista, Coletivo Panapanã, 2018).

Todos os Coletivos pesquisados são fechados para homens frequentarem suas reuniões de formação interna e de auto-organização, mas fazem eventos abertos quando querem abordar determinados temas para possibilitar a participação dos estudantes. O

Coletivo Feminista Marielle Franco, embora fechado para componentes homens, pensa em se abrir para a participação de homens gays. Há um estudante do *campus* bastante presente aos eventos e que auxilia as estudantes na organização e nos atos do Coletivo (DIÁRIO DE CAMPO, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2019). Quando abordo o tema durante a entrevista, Elizabeth me confirma a possibilidade:

Há uma discussão entre a gente, principalmente depois do evento que a gente fez, o último evento, foi quando tivemos de abrir espaço para esses meninos, porque a gente tem uma comunidade LGBTQ+ muito grande dentro do *campus*, então, há essa demanda dos meninos também de estarem presentes, de estarem falando a realidade deles e a gente sentiu que estava fazendo falta a eles, exporem suas vivências, estar fortalecendo. Porque eles estavam dispostos a fortalecer esses vínculos com a gente, e no começo a ideia era só mulheres.

Estamos repensando, a gente ainda não conseguiu fazer uma reunião no pós-evento que a gente teve. Mas a ideia é abrir o Coletivo pra que eles frequentem (ELIZABETH, Entrevista, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2018).

Sobre tal, dois pontos iniciais importam neste momento do texto: primeiro, é ingênuo acreditar que todos os grupos militantes abraçam as causas de outros grupos minorizados porque as tramas sociais são complexas e implicam em reconhecimento; segundo, as opressões são imbricadas entre si, mas a escolha das pautas nem sempre corresponde à mesma articulação. Ou seja, as opressões se acumulam em uma mulher negra e transexual, mas os Coletivos tendem a se formar em torno de causas específicas, que certamente se relacionam com a história de suas formações. Sobre a dimensão de classe em um Coletivo Feminista:

Outro dia eu tava conversando com a Amélia também e acho que foi a primeira vez que eu percebi. Ela tava falando: ah, o movimento social daqui (da cidade), é totalmente de classe média, é elitizado. Aí eu fiquei pensando: Pô, mais é verdade, cara, elas conseguem estar na UNE, (União Nacional dos Estudantes) estar nos congressos do CONUNE, conseguem ir pros rolês tudo, tinha vezes que eu não conseguia ir na reunião do Levante porque eu não tinha dinheiro pra pagar ônibus, aí eu comecei a perceber isso: é verdade. E às vezes eu não vejo essas pessoas em relações mais humanizadas, tipo tô chorando, tô puta, não. Só vejo em linha de frente de protestos e aí chega lá falava, falava, falava e era isso, sabe (ELIZABETH, , Diário de Campo, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2019).

Essa relação da elitização dos movimentos sociais é muito isso, a gente vê nitidamente. Teve época que a gente estava brigando por causa do lance de (corte) de verbas e as meninas (de outro Coletivos Feministas de uma Universidade Privada) estavam organizando festas. Sabe quando te dá aquele choque assim, tipo, enquanto as meninas estão tendo tempo e tal pra organizar as festas delas, se a gente tá lá brigando pelo mínimo. É muito discrepante! (OLGA, Entrevista, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2019).

5.5 O IMBRICAMENTO DAS PAUTAS MILITANTES: RAÇA, CLASSE E GÊNERO NOS COLETIVOS

Importante salientar que o Coletivo Feminista Marielle Franco se localiza em um *campus* na periferia da cidade e é formado por estudantes de classes populares, muitas delas necessitam do auxílio estudantil para manterem-se na Universidade. A maioria das feministas que compõem o Coletivo mora na mesma região da Universidade, a Zona Sul, uma das regiões mais pobres do Município.

No entanto, uma das estudantes de outro Coletivo, este de Universidade Privada, relata que a diferença social é também uma disputa de pautas e discursos em seu Coletivo:

Que o esforço que a gente tenta ter lá no Coletivo, não faz tanto tempo que eu estou lá, mas eu tenho percebido, que é de não se tornar um Coletivo elitista. Então, nós vamos nos preocupar aqui com nossas questões, não desmerecendo, porque todas as pautas dos Coletivos são importantes, mas tem Coletivos que se preocupam só com padrão de beleza, só em se depilar ou não se depilar, entendeu? Cabelo curto ou longo, mas tratar assim de coisas que a gente vê que tá tudo em cadeia, eu digo. Então, não faz parte só de um ponto, é uma coisa muito mais ampla, e eu vejo esse movimento de tentar deixar mais amplo. Daí, se no Coletivo é discutido aborto, isso é uma discussão já das mulheres que tem uma condição financeira melhor e que vão lá nas clínicas caras e fazem o aborto até que seguro. Pelas condições que se tem. A pessoa que não tem condição morre. Morre ou tem sequelas horríveis em consequência de abortos. Então assim, acho que é uma tentativa de dizer, olha, a gente tá aqui, a gente tem tal problema, mas tem gente lá fora que tem tal problema, a gente tem que abordar esse problema também, até pela nossa relação com outras pessoas (LUZIA, Entrevista, Coletivo Panapanã, 2018).

Logicamente, há diferenças gritantes entre não abraçar outras pautas e oprimir. Quando lidamos com o “Feminismo Radical”, a prática militante termina por ferir identidade de gênero de grupos já tão discriminados como as transexuais, isso também ocorre quando lidamos com opressões de gênero no interior do movimento LGBT+, como as relatadas por mulheres lésbicas por parte de homens gays. Essas práticas aparecem como diretamente opressoras.

Mas há ainda e isso é perceptível nos Coletivos pesquisados, questões de reconhecimento e invisibilização, que terminam por ser processos sutis. Não presenciei em nenhum momento das observações, nem foram relatadas nas entrevistas, qualquer fala que buscasse atacar outros grupos minorizados. No entanto, como nos recortes de falas acima, invisibilização das opressões de classe e etnia fica bastante clara e frequentemente aparece nos discursos das próprias estudantes:

[...] naquele ponto de mulheres negras e mulheres brancas, apesar de todas

terem que lutar pelos seus direitos, algumas vezes elas lutam por coisas diferentes. Então, assim, a gente vê, até na História mesmo, antigamente falava-se muito da luta das mulheres por trabalhar fora de casa. Mas, a mulher negra e a mulher pobre já trabalhavam fora de casa, não é. Então elas nem tiveram essa oportunidade de lutar por trabalho, elas tem outras lutas. Então, acho que me deu essa dimensão assim de mais diferença ainda. Eu tinha essa noção de que tem diferença, mas acho que o Coletivo deixou mais claro pra mim, assim, que seja um Coletivo, mas que esteja lutando juntos, mas que tem que entender que muitas vezes são lutas diferentes. Foi legal que eu aprendi isso. Tem essa diferença (OLGA, Entrevista, Coletivo Panapanã, 2018).

Entretanto, no decorrer das entrevistas, passa a ficar bastante claro que a invisibilidade das pautas sobre a mulher negra, assim como a pauta de classes, não se fixa a partir dos Coletivos, mas a partir da própria lógica social e Institucional.

[...] lá (na Universidade) eu me deparei realmente com essa questão racial, do racismo estampado na cara mesmo, dessa desigualdade que a gente tem e da questão de quotas. Lá a gente percebe a questão de quotas porque a gente entra dentro de uma sala de aula e vê que tem dois negros sendo que a maioria da população é negra, então onde estão esses negros (ELIZABETH, Entrevista, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2019).

Esses negros na verdade estão trabalhando pra conseguir comer, pra conseguir se manter. Eles não estão tendo oportunidades. As quotas sim são importantes, mas elas ainda não são suficientes pra que os negros consigam se manter dentro de uma Universidade (ELIZABETH, Diário de Campo, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2019).

A relação estabelecida entre dificuldade de acesso às Instituições pela população negra e pobre, e a inserção destas categorias nos Coletivos Estudantis, não é feita pelas estudantes negras de forma numérica somente. Seria simplificador apontar que há menos negros na Universidade e, portanto, menos mulheres negras no interior dos Coletivos, somente. Quando os apontamentos passam a ser feitos por uma mulher negra, temos como resultado, além da complexidade das opressões étnicas e de gênero, depoimentos muito fortes sobre as implicações do não acesso e sobre as dificuldades das meninas negras em militar dentro de Coletivos:

[...] eu acho que tem primeiro esta dificuldade de estar inserido na Universidade, e eu acho assim, que isso é uma visão minha. Mas eu acho que o negro quando ele entra dentro da faculdade, já tem uma postura, especialmente a particular, como é meu caso, de não querer incomodar, tipo assim, porque as quotas, as pessoas ainda acreditam que é uma esmola, então acho que elas pensam que em cavalo dado não se olha os dentes. Então, se eu já estou aqui estudando, deixa eu ficar de boa, deixa eu não incomodar, que é pras pessoas não quererem me colocar do lado de fora, entendeu? Que é pra eu não causar problema também não é? Nem pra mim nem pro meu lugar, que eu consegui com tanto custo. Eu acho que tem um pouco dessa visão também (LUZIA, Entrevista, Coletivo Panapanã, 2018).

Portanto, o não acesso histórico da população negra brasileira à Universidade provoca danos de caráter subjetivo bastante graves para as estudantes negras. Sua inserção por meio das quotas, que é direito e exatamente por isso se constitui como

política afirmativa que visa sanar desigualdades, ainda é sentido por estas estudantes como um impacto “desmerecido” em suas relações com a Universidade e com outros estudantes. Ou seja, embora ocupem o lugar que lhes é de direito, relatam ainda sentir que há “incômodo” por parte de outros estudantes e por isso, tantas vezes, preferem não se inserir em um Coletivo de luta, para não causar “problemas para o espaço”.

Não seria correto, apontar, no entanto, que os Coletivos pesquisados não buscam abordar, em suas formações, as várias categorias minorizadas socialmente. Embora variem muito em suas formações, de acordo com as Instituições em que se inserem e as características das próprias estudantes que os formam, e apesar da relativa invisibilização das outras pautas além do gênero, é através de seus Coletivos que as estudantes lutam pela articulação entre as pautas. Esse panorama se reflete muito na formação política interna dos Coletivos:

O que eu vejo que acontece, às vezes eu trago uma vivência que a outra não tinha pensado ainda, então eu tenho um diferencial, eu não sou só mulher, eu sou mulher e negra, então apesar de estarmos todas juntas ali, a militância de uma mulher negra não é exatamente a militância de outra mulher branca, não é. E aí, eu acho que cada uma traz uma perspectiva diferente que faz a outra pensar assim: “Nossa, nunca tinha pensado por esse lado”! Às vezes até eu me deparo falando assim: nossa, mas nunca nem imaginei que isso pudesse acontecer, não é? (LUZIA, Entrevista, Coletivo Panapanã, 2018).

As estudantes falam sobre as pautas étnicas dentro dos Coletivos Estudantis a partir de duas matrizes principais: Primeiro, há a necessidade de discussão sobre etnia recortando a pauta de gênero em qualquer situação, são indissociáveis. Ou seja, há necessidade de abordar sobre a mulher negra dentro de todo feminismo. Segundo: no entanto, por mais que essa fala possa e deva ser realizada por qualquer Coletivo ou na própria Instituição, ela precisa ser representada. Representatividade significa vivenciar a opressão e construir a militância de seu grupo entrecruzando as subjetividades. Esse cruzamento de diversidades no interior dos Coletivos provoca modificação estruturante na formação política e nos atos dos Coletivos. Sobre as duas matrizes:

[...] tem dois lados que a gente tem que pensar, não é? Em todo lugar tem que ser discutida a questão racial. Isso aí é ponto, não é? Tendo pessoas negras ou não tendo pessoas negras isso tem que ser discutido. Só que quando tem pessoas negras no lugar, a discussão toma outra dimensão porque você dá lugar de fala, dá voz pra pessoa negra e a partir disso, além das teorias e dos textos e tudo mais a gente vai falar de vivências próprias nossas. Então eu acho que isso contribui tanto pra gente poder estar falando, quanto pras meninas estarem escutando e vendo como que é ser uma mulher negra, É diferente (LUZIA, Entrevista, Coletivo Panapanã, 2018).

Assim, a estudante caracteriza sua experiência de formação interna em seu Coletivo em relação às pautas étnicas como modificadora do próprio contexto de

feminismo que se pensava até então. A fala a que se refere foi realizada por ela e mais uma estudante negra, as duas únicas mulheres negras que compõe este Coletivo que, até final de 2018, antes da chegada delas, não contava com nenhuma estudante negra:

[...] porque esse semestre, eu fui falar sobre mulher negra, mulher negra e desigualdade social e aí, acho que enquanto eu e a Ket fomos falando de nossas experiências e tal, acho que as meninas ficavam um pouco assim também: Nossa, nunca imaginei! Nunca aconteceu! Sabe? Não tinha esse sentimento pra elas. Eu acho que isso modifica um pouco (LUZIA, Entrevista, Coletivo Panapanã, 2018).

E se é certo que as experiências pessoais de representatividade são essenciais para compor pautas de diversidade no interior de Coletivos Feministas, há que se pensar no componente do desgaste que expor as vivências pessoais pode provocar nas estudantes:

E acho que isso é tão legal, da gente entender que muitas vezes a gente tem que ser um pouquinho bichinho de zoológico, sabe? De se fazer, de se mostrar pra que as pessoas possam entender. Por mais que seja chato, o assunto seja chato, tem perguntas que são um pouco ridículas, mas a gente acha que é ridículo porque a gente já tem esse conhecimento e a outra pessoa não tem. Então, assim, é legal expor esse movimento também de dar informação e não só de receber (LUZIA, Coletivo Panapanã, 2018).

Sobre as obviedades de conhecimentos que possuem os grupos específicos e que são completamente ignorados por outros grupos, Victória relata então que o que ela sabe é tão banal que chega a lhe parecer ridículo que lhe perguntem sobre, porque trata-se do que ela é, de suas vivências mais particulares e cotidianas, trata-se de sua vida. No entanto, esse conhecimento da estudante, como mulher e negra, é desconhecido para outros grupos, mesmo sendo de feministas.

5.6 O LÓCUS DE ENUNCIÇÃO NO INTERIOR DOS COLETIVOS

A estudante exemplifica perfeitamente do que trata a subalternidade proposta pelos etnógrafos pós-coloniais (CARVALHO, 2001, p.110). Segundo o autor, no interior da Antropologia, inicialmente, o olhar do etnógrafo era de natureza completamente diversa da do “nativo por ele olhado”. Supunha-se que o nativo olhava para seu entorno, para sua realidade, com olhar “irrefletido”, desprovido do conhecimento analítico do qual somente o etnógrafo era dotado. Capaz, então, de traduzir, conforme sua cultura, os símbolos do grupo nativo pesquisado.

Quando a etnografia começa a ser produzida em países periféricos, os etnógrafos já “havia aprendido com seus mestres dos países centrais” a centrar a perspectiva na proposta universalizante da cultura europeia (CARVALHO, 2001, p.111). Assim é que Derrida alerta que a etnografia se faz etnocêntrica apesar de buscar combater o

etnocentrismo (CARVALHO, 2001).

A partir da politização da Antropologia nos países periféricos e das propostas “anti-imperialistas e pós-coloniais” é que se busca compreender e produzir etnografia a partir do “olhar subalterno”. O olhar subalterno é a construção de alteridade do nativo quando “retruca” o olhar do colonizador sobre si (CARVALHO, 2001, p.116). Também a etnografia, quando se compromete politicamente com a “fuga do olhar centrado, hegemônico”- que também é comprado nas colônias como universal, assim como seus sujeitos são tomados como referências, portanto, brancos, masculinos, heterossexuais - se compromete ao mesmo tempo com a disciplina de modo anti-imperialista.

Ainda assim, Carvalho (2001) e Spivak (1990), alertam para o fato de que somente esvaziar o lugar do sujeito referência não o faz ser ocupado pelos sujeitos marginalizados. É necessário, mais que isso, que o etnógrafo se implique na realidade que interpreta, sem “despolitizar o contexto que apresenta para enquadrar sua etnografia” (CARVALHO, 2001, p. 118).

O que Luzia nos apresenta, dessa forma, o conhecimento sobre seu grupo específico, o de uma mulher negra cursando Universidade Privada, sob o sistema de quotas, dentro de um Coletivo Feminista, até então branco, tem caráter de representatividade:

[...] quando tem pessoas negras no lugar, a discussão toma outra dimensão porque você dá lugar de fala, dá voz pra pessoa negra e a partir disso, além das teorias e dos textos e tudo mais a gente vai falar de vivências próprias nossas (LUZIA, Entrevista, Coletivo Panapanã, 2018).

As feministas têm nos ensinado sobre representatividade quando nos trazem o conceito de “lugar de fala”. Termo nativo, surgido dentro do meio militante, que significa, em primeira instância, que o sujeito tome a voz e se autorrepresente. Dessa forma é que a fala sobre o povo negro deve ser protagonizada por ele próprio, sobre a mulher por ela mesma, sobre as lutas LGBTQ+ pelos seus próprios representantes. A frase, já célebre: “Nada de nós sem nós”, é frequentemente utilizada para se referir ao lugar de fala.

Mas seria suficiente tratar da representatividade em forma de lugar de fala? Pegando emprestadas as contribuições de Spivak (1990), em sua obra “Pode o subalterno falar?”, quando trata de representatividade. A autora indiana diferencia os termos “Vertretung” e “Darstellung”, ambos utilizados por Karl Marx em sua obra “Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”.

O primeiro termo, Vertretung, diz respeito à representatividade como a

conhecemos no sistema político atual. Votamos em alguém que nos represente em determinado cargo, como um mediador. *Darstellung*, no entanto, significa a representatividade como forma de se autorretratar dos sujeitos, é uma categoria que implica historicamente quem representa como parte de um grupo do qual participa e pelo qual pode legitimamente falar, sem mediação. *Darstellung*, portanto, é o próprio exercício da política pelos grupos que dela demandam, é o exercício popular de representação que exercem os Coletivos em suas Instituições e as estudantes negras dentro de seus Coletivos (CARVALHO, 2001).

Lugar de fala, portanto, se relaciona com *Darstellung*, na medida em que dispensa a mediação e implica em sujeitos tidos como marginalizados, diretamente implicados na política referente ao grupo que representam, diante da realidade que eles mesmos vivenciam. Óbvio está, no entanto, que não é suficiente fazer parte do grupo minorizado se nosso olhar referencial está ainda centrado na hegemonia. Interessante pensar, através do relato da estudante sobre a pauta das meninas lésbicas, em como a representatividade pode compor uma troca simultânea:

Acho que o mesmo papel que eu tenho pra elas na questão de mulher negra, elas têm pra mim na questão de serem lésbicas. Então, elas me dão essa dimensão do quanto é difícil, do que elas passam aqui. Das dificuldades, enfim, de ser uma mulher lésbica. Eu acho que essa é a parte interessante (LUZIA, Entrevista, Coletivo Panapanã, 2018).

Representar seu grupo ao ponto de se “sentir meio bichinho de zoológico”, como relatou Luzia (2018), no entanto, se dá muitas vezes como forma de cobrir o vácuo institucional que as estudantes sentem em relação às suas pautas na Educação Formal. Essa exposição e os embates a que se submetem as estudantes podem ser profundamente desgastantes. Utilizo-me para tal afirmação, de exemplos retirados do Diário de Campo e das entrevistas.

5.7 IMPLICAÇÕES EMOCIONAIS

Em uma das Instituições em que se inserem os Coletivos pesquisados, um fato marcou enormemente o Coletivo, a ponto de ser relatado diversas vezes em meu Diário de Campo e ser citado nas entrevistas que realizei com componentes deste Coletivo, sem que eu o mencionasse ou perguntasse sobre. Ficou conhecido como o “Evento dos Cartazes” (DIÁRIO DE CAMPO, 2018). Abordei esse “evento” superficialmente no início do trabalho e me aprofundarei no caso agora:

Ocorreu uma denúncia de assédio sexual dentro do *campus*, que, segundo os repetidos relatos, foi cometido por um estudante. O mesmo teria assediado duas

estudantes e uma professora em sala de aula. As estudantes exigiram providências e segurança para as mulheres que estudavam e trabalhavam na Instituição e não ficaram satisfeitas com a posição da mesma.

As estudantes colegas de sala do aluno acusado procuraram o Coletivo, que colocou cartazes por todo o *campus*, exigindo um local sem assédio e mais firmeza na atuação da Instituição em relação a estes casos. Mas a gestão local se incomodou com os cartazes e solicitou, por email, ao Coletivo que os retirasse, além de enviar email interno, para servidores, considerando os assédios como “atos constrangedores” (DIÁRIO DE CAMPO, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2018).

Dessa forma, o Coletivo relata ter se sentido pressionado em sua liberdade de manifestação na Universidade: “Eles mandaram um email grosseiro dizendo que tinham professores ofendidos e que a gente só colava cartaz e não levantava discussão” (ELIZABETH, Diário de Campo, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2018).

Quem procurou a gente nesse dia foram as meninas da sala do cara, elas falaram que iam parar de frequentar as aulas se não fizessem nada.” [...] É bem louco que as meninas, às vezes elas não frequentam as reuniões do Coletivo, mas elas sabem que o Coletivo existe, que está lá, e elas procuram quando está no último recurso, quando elas veem que a Instituição não está dando conta. Aí elas procuram. (ELIZABETH, Diário de Campo, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2019).

Eu falei (para a gestão): “A partir de agora vocês vão se ver comigo porque eu também sou do Coletivo.” “Até então, eu não me mostrava como do Coletivo, mas agora vocês vão me ver com uma cara de barreira de frente do Coletivo.” Mas olha só como todo machismo, assim, foi um grupo de homens. No caso dos cartazes, foi um grupo de homens do *campus* preocupados com a visão do *campus* de quem entrasse e visse os cartazes. Ninguém estava preocupado com a qualidade de vida das meninas, com a nossa segurança. E estavam preocupados em achar que eram eles (os autores do abuso). Eu falei: “Nossa, tá servindo a carapuça, não é?” Falei tudo na cara do coordenador: “Olha, alguma carapuça tá servindo, se vocês estão tendo algum problema com manifestação, vai ter que rever, vai ter que refletir muito aqui dentro. Porque é direito de todo aluno, é direito de todos os alunos reivindicar o que elas acham que tem, não, é? E vocês estão colocando debaixo dos panos.” E isso foi o que me incentivou. Foi o estopim pra mim. Falei, não. Não vou!! (OLGA, Entrevista, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2018).

As estudantes terminaram por retirar os cartazes do *campus*. O clima na Universidade era tenebroso porque o “Evento dos Cartazes” ocorreu em período eleitoral, o que certamente intensificou a ação da gestão. Bastava adentrar o *campus* para sentir que o medo e a pressão dominavam o local. Era uma época de incertezas e inseguranças para o setor da Educação.

Poucos dias depois, um quadro com o rosto da Vereadora Marielle Franco, que havia sido pintado por um aluno do curso de Geografia, foi arrancado e pisoteado dentro

do mesmo *campus*. Parecia um cenário de horror para o Coletivo porque os ataques estavam cada vez mais abertos e incisivos:

Aconteceu aqui dentro e a gente não sabe se foi aluno, se foi servidor, mas está acontecendo aqui dentro e às vezes quem vê de fora parece que é tudo muito *glamour*: “nossa, como a Instituição está aberta a tudo”, Mas pisotearam um quadro de uma mulher negra assassinada com cinco tiros. Então é algo que ficou muito marcante [...] (ELIZABETH, Diário de Campo, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2019).

A professora entrevistada não associa o período eleitoral à pressão pela retirada dos cartazes. Alega que a Instituição é machista em sua constituição (DIÁRIO DE CAMPO, COLETIVO FEMINISTA MARIELLE FRANCO, 2019). Já a estudante associa diretamente o período eleitoral com a postura do *campus*:

[...] eu acho que foi diante das eleições porque uma das falas foi que devido à nossa atual conjuntura, de ainda não saber o que está por vir, nós não podemos dar a cara a tapa dentro do *campus*. As pessoas que chegam, está tendo evento aqui, que imagem que vão passar, que imagem que eles vão pegar do *campus*. [...] Tentaram ficar neutros. Só que a neutralidade deles... (ELIZABETH, Diário de Campo, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2019).

O desdobrar dos fatos que se seguiram ao “Evento dos Cartazes”, é bastante valioso para entender a relação entre Instituição e Coletivo e analisá-lo como instrumento de pressão política, mas também como protagonista de resolução de problemas e conflitos dos quais a Instituição não dá conta, seja pela sua própria limitação diante do cenário exposto, já que se trata de uma Universidade Federal, ou pelo caráter institucional de docilização dos corpos (FOUCAULT, 2009).

5.8 A REPRODUÇÃO DO PODER HEGEMÔNICO A PARTIR DAS INSTITUIÇÕES

A detenção do poder e do saber das Instituições em relação ao sexo implica em utilizar-se de certa forma de falar e atuar (FOUCAULT, 1999). Seria ingênuo acreditar que a Instituição de ensino, dado seu próprio caráter regulatório, mas também dados os ataques que o país vem sofrendo em relação a gênero e sexualidade, atuaria de forma completamente incisiva, como as estudantes cobravam e como se espera no âmbito da Educação.

Michel Foucault (1996) nos fala sobre o caráter institucional e seu funcionamento quanto aos discursos sobre sexo e gênero, quando aborda a composição das interdições: “Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado de quem fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam,

formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (FOUCAULT, 1996, p. 09)”.

O tabu do objeto se refere ao que não pode ser abordado no discurso formal da Instituição; o ritual da circunstância estabelece que a Instituição aborde determinados assuntos em situações específicas, sempre dotadas de poder; o direito privilegiado de quem fala dá poder às próprias Instituições para regular os discursos sobre sexo.

Foucault segue seu discurso sobre as interdições nos lembrando do acirramento das grades quando o assunto é sexo e política (FOUCAULT, 1996, p. 10). E como esperado e dito, o cerco se acirrou imensamente sobre sexo e política, porque “qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1996, p. 09). A Instituição detém o poder do discurso sobre sexo, exercendo seu direito privilegiado, mas não fala de qualquer jeito, marcando o ritual da circunstância. E por não poder falar de qualquer jeito, por precisar exercer seu poder de regulação diante da sexualidade de forma normativa, afinal, a normatização é o próprio exercício político institucional, foi que a Instituição não atuou como o esperado.

Mas, apesar disso, diante da exigência das estudantes para que intervisse em um caso concreto de abuso de gênero, percebeu-se entricheirada pela pressão política, encontrando uma saída para falar sem nada pronunciar, para conceder o discurso marginal aos marginalizados: “Um evento estava sendo pensado antes desse email e já tinha sido conversado, mas eles disseram que estavam sem tempo e que era pra gente organizar. E foi o que a gente acabou fazendo” (DIÁRIO DE CAMPO, 2018).

[...] foi pra mim um dos melhores eventos do IF, que foi alimentado por causa dos cartazes, olha só! Eu sempre falo que em tempos de crises saem coisas boas, sai resistência! Cara, olha que beleza! E graças ao movimento anti, da gestão, fez com que a gente se fortalecesse, tivesse interesse de fazer um evento, mas que agora, foi enorme! (OLGA, Entrevista, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2018).

Foi o evento dos cartazes. Evento não! A fatalidade dos cartazes, que foi, não é? Esse rapaz que estava assediando nossas alunas. Aluna que foi do próprio Coletivo e outra professora e que depois teve o evento. Foi, na verdade, fruto dessa conversa com a gestão porque a gente estava, porque nessa época que teve os cartazes, a gestão tentou repudiar, tentou retirar e tal, e por fim, falaram: “Ah, então porque vocês não fazem um evento? Por que vocês não discutem isso aqui?” Olha que engraçado! (OLGA, Entrevista, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2018).

[...] A gente fez que foi um evento grande e até que a gente conseguiu bastante gente, acho que a gente teve um retorno muito positivo, a gente conseguiu debater exatamente tudo que a gente queria. A gente teve uma mesa composta por pessoas negras pra debater racismo porque nós tivemos um quadro da Marielle Franco pisoteado dentro do *campus*. (ELIZABETH, Diário de Campo, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2018).

Os estudantes terminaram por lotar o auditório do *campus* durante três dias seguidos para discutir negritude, gênero, política e ditadura militar. O que se esperava que fosse proposto e feito pela gestão, terminou sendo realizado por um pequeno grupo de estudantes mulheres de um Coletivo, na periferia da cidade.

Durante todo o evento, no entanto, houve questionamentos por parte de professores e estudantes, alguns se levantavam assustadíssimos com o fato de haverem apontado a existência de abusos dentro do *campus*:

[...] O que frustrou a gente foi que todo mundo mandou mensagem, todo mundo queria saber: “Nossa, aconteceu assédio dentro do *campus*?” Como se fosse uma coisa que ... - como se fosse um evento isolado que não acontecesse. Pô, assédio acontece toda hora, toda hora, a gente só ainda não tinha discutido sobre assédio, mas lógico que acontece dentro do *campus*. Acontece de aluno pra aluno, acontece de professor pra aluno, de aluno pra professor e a gente não discute sobre isso. (ELIZABETH, Entrevista, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2018).

Uma das estudantes do Coletivo, quando foi divulgar o evento nas salas de aula, pedindo aos professores que liberassem os estudantes para participação, foi questionada pelo professor de uma das salas: “Ah, mas você está sofrendo assédio aqui dentro?” (DIÁRIO DE CAMPO, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2018). E o não dito ficou mais claro do que a pergunta.

Grande parte das manifestações dos presentes ao evento, no entanto, questionou a postura da gestão de “terceirizar” a discussão sobre o tema ao Coletivo. O evento, no entanto, foi divulgado como realizado em parceria entre a Instituição e Coletivo Feminista:

Acho que no evento que a gente fez me marcou muito porque tipo: “Vamos fazer um agradecimento à Universidade por ter cedido espaço.” Não. Não vamos fazer um agradecimento à Universidade por ter cedido espaço. Isso era o mínimo. Ela não criou nem o evento! O espaço era o mínimo, o espaço é nosso por direito, a gente está só ocupando ele. (ELIZABETH, Entrevista, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2018)

Dado o próprio caráter institucional discutido, foi que busquei analisar a relação da Instituição com os Coletivos através do discurso das estudantes, buscando garantir a voz do subalterno (SPIVAK, 2010). Interessa salientar que assumir as pautas de gênero e lidar, além da pressão institucional, com a expectativa dos demais estudantes, constantemente traz consequências emocionais às estudantes:

A gente se sente um pouco pressionada e um pouco exausta também, no meio dessa militância toda há um desgaste emocional muito grande, porque você se depara com diversas realidades. Houve casos de assédio e várias outras coisas, teve a pressão pelos cartazes, então é um desgaste emocional muito grande. Mas, mesmo assim, por mais que a gente saiba que há isso, não dá

pra gente parar. (ELIZABETH, Entrevista, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2018).

E a professora feminista conta como “a fatalidade dos cartazes” contribuiu para sua entrada no Coletivo. Através de sua fala podemos perceber o quão pesado emocionalmente esses embates são para as estudantes:

Só que agora vocês pegaram no meu calo porque vocês fizeram meninas do nosso Coletivo chorar por um direito que era nosso, que era delas e de qualquer uma aqui dentro de reivindicar o seu estado de direito e de liberdade, de se sentir bem dentro do campus. (OLGA, Entrevista, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2018).

Eu era apoiadora. Agora não. Do meio do ano passado pra cá, não só isso, mas agora estou, comprei a camisa, vesti a camisa, bati de frente com vários servidores, falei que agora eu estarei no alicerce ali, do Coletivo, eu vou ficar na barreira de frente. [...] agora eu vejo a participação que tem de um docente, de um servidor. [...] Eu falei: “A partir de agora vocês vão se ver comigo porque eu também sou do Coletivo. Até então eu não me mostrava como do Coletivo, mas agora vocês vão me ver com uma cara de barreira de frente do Coletivo.” (OLGA, Entrevista, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2018).

Mas quais fatores então, apesar de todo desgaste emocional, fazem com que determinadas estudantes ingressem e permaneçam militando em seus Coletivos? O que as impulsiona à participação política e as fazem continuar, apesar de tudo, ativas em suas Organizações? O que, afinal, contribui para os processos de subjetivação política? (CASTRO, 2008).

Quando produzimos o roteiro das entrevistas, o fizemos considerando especialmente a participação política e o impacto desta para a vida pessoal e acadêmica dos jovens pesquisados. No caso dos Coletivos Estudantis Feministas, há particularidades na formação que se relacionam com a pauta de gênero e na exclusividade de presença de mulheres.

Contudo, cada estudante se insere em seu Coletivo de modo muito particular, com expectativas e sonhos próprios de suas vivências e seus relatos contam sobre os motivos dessa inserção:

No início (do Coletivo) eu não fiz parte porque, é até engraçado... Como professora, eu era apoiadora, mas eu não me sentia a vontade pra participar porque eu achava que eu estaria interferindo dentro de um papel que era delas. Na minha cabeça, eu falava assim: “Eu sou apoiadora, mas eu não vou participar das reuniões, das decisões, porque parecia que...” Como que eu posso explicar? Que eu, com um papel de professora, na sala de aula, eu dou aula pra todas aqui. E eu não queria que misturasse aquele papel de professora de sala de aula com a participante do Coletivo, que era como qualquer uma delas ali. Então, no começo eu fiquei meio receosa que eu não sabia como agir. Foi passando e foi num momento do ano passado que eu

senti a necessidade de começar a participar. Foi aí que eu consegui me integrar mais. Porque no início eu ficava muito receosa. Aí depois eu comecei a perceber que não tinha nada a ver esse negócio, que eu como mulher, como participante daquela comunidade, tinha sim direito, não no caso do lugar delas, mas no meu, de participar. E hoje, mesmo assim eu tento não entrar tanto em decisões que eu deixo as meninas fazerem. Eu tento estar ali como alicerce (OLGA, Entrevista, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2018).

Então, eu comecei esse ano (2018), que foi quando vi um anúncio dos temas que iam ser discutidos nas reuniões do Coletivo, na área social, e aí eu me interessei muito pelos temas que eu achei que eram temas muito interessantes e tal e aí eu resolvi ir na reunião, e aí acabou que... fiquei (risadas) (LUZIA, Entrevista, Coletivo Panapanã, 2018).

E foi quando a gente começou a ter esses pensamentos de participar de Coletivos, a gente sempre ia em palestras juntas, em debates, então quando a gente formou o Femhelp, eu acho que foi uma coisa na qual a gente já tava raciocinando antes, sabe... (MANUELA, Entrevista, Femhelp, 2019).

Eu conheci uma professora, e no primeiro dia de aula dessa professora... eu tava debatendo feminismo com uma menina que não era feminista, e aí, essa professora interveio no meio da discussão e começou a falar, a comprar minha briga lá (risos). E eu tive contato com ela muito próximo e aí eu conheci outras meninas e a gente falou: “ Não, eu acho que é hora da gente formar algo aqui”, porque até então, não tinha um Coletivo lá, na verdade não tinha nada lá, não tinha DA, tinha DCE, então não tinha um espaço pra gente se comunicar sabe?! Então a gente se conheceu, meninas que nem... que antes nem se falavam, e encontramos algumas meninas do (Ensino) Médio também somaram e essa foi a primeira fase do Coletivo. Que depois a gente deu um tempo. A gente parou porque foram ficando poucas meninas, chegou numa época que tinha duas meninas, daí eu fazia reunião e não aparecia ninguém. E aí foi desgastando, aí agente deu um tempo, aí a gente voltou com essa outra base mais estruturada, mais base... E com outro nome. (ELIZABETH, Entrevista, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2018).

Todas as mulheres que contam, então, sobre suas inserções em seus Coletivos, que tantas vezes coincide com o início deles próprios, apontam que já havia algo engatilhado em relação à participação política e um estopim, algum acontecimento marcante as levou a construir ou inserir-se em um Coletivo.

Com exceção da professora, Olga, que entrou no Coletivo em decorrência do choro de suas alunas, as demais relatam agradavelmente seu início nas Organizações. A cumplicidade com a professora, o interesse pelas pautas sociais, o enlace com outras estudantes e visita a outros Coletivos são descritos de forma tranquila e prazerosa pelas estudantes. Lúcia Rabello de Castro associa a associação dos jovens a um grupo da seguinte forma:

A lenta assunção de cada indivíduo à condição de sentir-se, de reconhecer-se e de agir como parte desse todo maior apoia-se na construção dos laços sociais, derivados não da semelhança entre iguais, nem tampouco das afinidades de parentesco ou afetivas, mas da identificação com objetivos considerados coletivamente como importantes (CASTRO, 2008, p. 253).

A essa associação que se dá de acordo com a identificação de uma pauta coletiva importante, mas que ocorre de forma individual, a autora dá o nome de “subjetivação política”. Assumir-se então, como membro de uma sociedade ou grupo, implica em se responsabilizar por ela.

Esse pertencimento responsável se choca com a visão da juventude inapta para exercer política, como se houvesse uma fase de preparo, maturação e aprendizado, para que só então na vida adulta o exercício da política ocorresse. Groppo (2004, p. 13) denomina essa visão de “funcionalista”, já que determina um funcionamento da juventude de acordo com parâmetros adultocêntricos. Assim, “da juventude espera-se um trabalho de integração à sociedade adulta” (GROPPO, 2004, p. 13).

Como consequência, a visão funcionalista de juventude compreende os processos autônomos e auto-organizativos da juventude como “desvios”. Assim, os conflitos políticos encabeçados pelos jovens dentro de suas Universidades e em outros movimentos sociais são vistos como infuncionalidades.

Essa visão permeia o entendimento de parte da comunidade escolar sobre os Coletivos pesquisados: “Eu sinto muita resistência de alguns estudantes em relação ao Coletivo, principalmente da Engenharia, que não está aberta à nossa existência” (ELIZABETH, Entrevista, Coletivo Feminista Marielle Franco, 2018).

Eu acho que ainda tem um pouco sim de preconceito contra o Coletivo, até mesmo por ser um Coletivo fechado pros (homens), ser só pras mulheres. Não tem a presença dos homens, acho que as pessoas... fica muito distante pra eles. Mas eu acho que é um preconceito, infelizmente, até que comum, que as pessoas não tem muita noção do que é o Coletivo, as pessoas não se inteiram muito. Me parece até uma questão histórica mesmo, depois de um tempo, depois que acabou a ditadura militar, as pessoas até que relaxaram um pouco nessa questão, de tipo assim: ah, não tem mais necessidade de ter Coletivos e as pessoas acabaram repassando a ideia de que está tudo bem. Mas a gente sabe que não tá, mas não sei, tem algumas pessoas que já me falaram que acham sem sentido porque as mulheres já conquistaram a igualdade, aquela coisa... Mas as outras, penso que ficam achando algo muito distante. (LUZIA, Entrevista, Coletivo Panapanã, 2018).

Luzia aborda, em seu relato, ponto muito importante quando pensamos em exercício da política na democracia. Rancière (1996, p. 100), em sua obra “O Desentendimento”, nos fala sobre “o esquema de legitimação da democracia que funciona como balanço da catástrofe autoritária”. Em períodos ditos democráticos¹⁴, aparece certo consenso, certo pressuposto de desnecessidade de conflitos, embates e exigências políticas, um acordo de paz que implicaria na ausência de contestação.

¹⁴Groppo et.al, em seu artigo sobre as Ocupações secundaristas, já em 2017 apontava para rompimento com a atual democracia brasileira, a partir do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff (GROPPO, 2017).

Tal esquema, implica diretamente na dificuldade dos Coletivos em se estabelecerem, já que a visão funcionalista de juventude, que ainda predomina nos discursos sociais, compreende os Coletivos como grupos rebeldes, sem dúvidas porque esses grupos alteram a “funcionalidade” estrutural das Instituições em seu poder regulatório e docilizador dos corpos (FOUCAULT, 2009).

Equívoco imaginar, no entanto, que a visão de infuncionalidade juvenil se dá apenas a partir do olhar institucional ou de grupos externos à juventude. Ela pode vir, inclusive, de outros grupos juvenis organizados. Durante o período eleitoral, no ano de 2018, o próprio DCE de uma das Universidades pesquisadas foi oposição política interna contra as ações do Coletivo Feminista. O relato da estudante revela o caráter de tentativa de conciliação e dissolução de embates políticos na Universidade por parte do DCE:

Realmente o nosso DCE é um órgão que tenta se manter neutro. Ele quer se manter neutro, então quando a gente foi propor o ato da mulher na democracia, a gente queria colocar ato contra a eleição do Bolsonaro, mas por essa questão do DCE se manter neutro e porque a gente não quis também dar ibope pro atual presidente, então “vamos colocar que é um ato das mulheres pela democracia”, Vamos falar sobre como é hoje e como era antes, a gente teve que mudar muito o tema que a gente queria fazer por causa disso e, querendo ou não, a gente sabe que na faculdade tem muitas pessoas que vão apoiá-lo sim. Então, tanto é que quando a gente estava fazendo ato lá tinha alguns meninos que passavam e tiravam foto do ato e passavam, sabe? Tipo, vamos colocar aqui nas minhas Redes Sociais o que estão fazendo, sabe? E depois foram embora e teve alguns que ficaram vendo de longe e soltavam uma risadinha. Esse tipo de coisa. Então, assim, na faculdade a gente não vê uma liberdade realmente de falar de política falando nomes, você não pode citar nomes hora nenhuma, mesmo! (OLGA, Entrevista, Coletivo Panapanã, 2018).

E o relato que se segue demonstra a dificuldade do exercício político do Coletivo Estudantil dentro da Universidade, ainda que siga a mesma postura de oposição que a Instituição tomou:

Então, se você quer falar de política tem que dar uma volta enorme porque você não pode atingir diretamente o ponto. Foi o que aconteceu no ato, é um ato contra o Bolsonaro, simples, que essa era nossa intenção, fazer um ato assim e aí a gente teve que transformar num ato informativo sobre a política, sobre as mulheres na política e falar tangenciando, né? Bem tangencialmente, né? [...] eu acho que é muito postura das pessoas mesmo do diretório acadêmico, porque eles tem mantido essa postura de neutralidade. Então, ah, a gente é neutro, a gente é neutro, a gente é neutro e nunca toma partido de nada. Então, se fosse partido político, tudo bem, não quer colocar partido não coloca, mas se posicionar a favor ou contra a eleição do Bolsonaro, por exemplo, que a própria faculdade, o reitor escreveu uma carta redondinha, uma gracinha a carta, se colocando contra as ações dele, e eles continuam com a posição neutralidade, sabe? Então, se fosse uma questão de aborto, podia dizer que é medo da Instituição, porque falar de aborto dentro de uma faculdade católica, tudo bem. Mas nesse caso não (OLGA, Entrevista, Coletivo Panapanã, 2018).

Ao que a fala nos indica, a posição do DCE não é mera tentativa de neutralidade política, há também o pressuposto de que o Coletivo Feminista perturbe o “pacto” de consenso aparente da democracia, a que Rancière (1996) chamou de legitimação:

Isso no DCE: A gente teve que falar que não vai colocar partido nenhum e tal e ficar reafirmando o tempo todo que era uma coisa só informativa. Ao mesmo tempo que a gente queria informar a pessoa, a gente queria também promover realmente a luta dentro da faculdade. “Gente, não vamos deixar passar!” Então, mas a gente foi impedido de divulgar, então na faculdade a gente tem liberdade de informar as pessoas, desde que sejam temas também leves, se for vamos fazer um evento informativo sobre aborto, não vão liberar. Mas aí, a gente tem a liberdade de informar, mas a liberdade mesmo de fazer atos que são contra, a gente não tem essa liberdade. [...] A faculdade é muito morta, não é? Não tem eventos, não tem as discussões. Então, os dois eventos que eu participei na faculdade foram puxados pelo Coletivo. Teve um primeiro que foi na época da “cura gay”, que a gente foi, as meninas fizeram o evento e eu participei e tudo, depois agora, esse ano, que teve o evento das Mulheres pela Democracia. Foi um evento muito legal, mas sempre que tem um evento assim, é um evento puxado pelo Coletivo. O nosso DCE é muito parado, então assim, eles tem que levar os temas, eles tem os temas deles. Até quando a gente foi propor o tema do ato das mulheres pela democracia, eles falaram assim, a gente acha muito legal vocês trazerem os temas, porque a gente não faz mais eventos porque ninguém traz temas. Então fica uma coisa, tipo: como assim? Deveriam propor atividades, e não o contrário. Tudo bem receber também os eventos dos alunos, mas também propor aos alunos a reflexão, o conhecimento e tudo o mais. E aí, fica muito na expectativa. (LUZIA, Entrevista, Coletivo Panapanã, 2019).

Apesar de ficar bastante claro o campo de disputas discursivas estabelecido através dos Coletivos Estudantis Feministas, percebemos a todo momento que a “chamada democracia formal vem acompanhada por uma sensível perda de afeição por suas formas” (RANCIÈRE, 1996, p. 100-101).

O caráter de questionamento e luta política que é próprio dos Coletivos (e da democracia) aparece questionado e colocado sob dúvida e pressão todo o tempo, seja pela Instituição, seja pela comunidade escolar. O argumento, seja explícito ou não, em geral, se relaciona com algo “desfuncional” em relação à juventude que não se adequa, que não obedece, que não se mantém submissa à ordem social e Institucional.

No entanto, o que vai mal não parece ser a juventude de mulheres estudantes reunidas em torno da exigência por seus direitos e da inclusão social e institucional de suas pautas. O que “vai mal” no seu entorno e na sociedade em geral, que os leva, conseqüentemente, a assumir ações junto com outros em prol da igualdade, da justiça e da emancipação” (CASTRO, 2008, p. 254).

A presença e a criação dos Coletivos Estudantis dentro de Instituições de ensino

nos aponta, na realidade, para o próprio exercício político e democrático em seu caráter mais próximo do conceito de democracia, o exercício do poder popular, já que “há democracia se houver coletivos que renovam as identificações em termos de parte do Estado ou da sociedade” (RANCIÈRE, 1996, p. 103).

Rancière (1996) nomeia de litígio o processo de condução da verdadeira democracia, sendo ela a própria ruptura com a suposta harmonia de um Estado que ainda se alega democrático.

Se, portanto, na democracia formal, o que se espera é um acordo institucional de funcionamento, um pacto de silêncio de manifestações populares, já que tudo deve andar conforme o estabelecido, esse silêncio resultante de um acordo implícito de paz é o próprio desaparecimento da política.

Os Coletivos nos mostram exatamente o oposto, o exercício político mais próprio ao caráter democrático, fazendo aparecer a face do povo, que não é pacífica, é perturbadora. Essa perturbação, quando lidamos com um campo usualmente disciplinador, como é o da Educação, faz estremecer as estruturas que supõem a escola para todos, a inclusão de todas as pessoas no âmbito educacional. Os Coletivos nos obrigam a “contar os incontáveis” (RANCIÈRE, 1996, p. 117).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não me peça silêncio, não cesso, não Kahlo¹⁵, não paro, meu grito não tem medo do teu falo!”, é a frase que estampou o cartaz do Coletivo Feminista Marielle Franco em reação ao professor que se negou a liberar as estudantes para um evento reflexivo sobre políticas de direitos das mulheres no dia 08 de março de 2018.

O falo institucional se impõe como símbolo máximo das estruturas de poder, através das práticas discursivas hegemônicas. A Universidade exerce seu poder fálico machista na medida em que não estrutura estas atividades no corpo de sua grade, formalmente. Dependendo da liberação de um professor para que as estudantes compareçam a um evento que visa discutir direitos já relega à discussão um caráter marginal, institucionalizando a diferença, estruturando reiteradamente nos currículos os discursos normativos de gênero.

Embora este trabalho não tivesse como proposta o foco sobre as deficiências estruturais das Instituições de Ensino, sobretudo as da Rede Pública, as coletei e explicitiei junto com os dados durante toda a pesquisa de campo e teórica. Sua estrutura encontra-se extremamente carente de recursos, de investimentos financeiros, em situação de sucateamento e os gestores lutando para mantê-las funcionando. Poderia pensar então que tal análise seria dura demais ou exigente demais para com as Instituições de Ensino Superior neste momento político.

No entanto, o que temos hoje em relação às políticas de gênero e sexualidade no interior das Instituições de ensino e nos discursos sociais somente se intensificou em decorrência do momento político de desmonte de direitos em todos os âmbitos, mas não é esse desmonte que provoca ou constrói os discursos de poder, como nos alertou Foucault (1996): o momento político somente acirra os discursos, discursos que sempre existiram e, claro, os resultados são catastróficos.

Não se trata, portanto, de culpar as Instituições de ensino ou de não buscar olhar para suas limitações estruturais e sociais. Trata-se, e esse sim é o propósito do trabalho, de apontar, a partir do ponto de vista de subalternidade, para a forma com que o machismo se estrutura formalmente no âmbito educacional, como as políticas educacionais estão solidificadas e materializam relações de poder, as naturalizando como se fossem intrínsecas e próprias do meio educacional.

¹⁵As feministas utilizam a escrita homófona Kahlo em lugar de “calo”, como referência à pintora mexicana Frida Kahlo.

Essa conclusão de que o ambiente educacional colabora com o machismo social, é real, mas não está terminantemente posta. Ao contrário nem seria necessário pesquisar, já que poderíamos somente atribuir à Instituição que seu modelo somente seria reprodutor de desigualdades, ainda que haja esforço de profissionais de diversas áreas, e seguir conformados e fracassados com nossas carreiras de professores, olhando para nossos estudantes como se fossem fadados ao sistema e, nós, meras peças colaborativas com desigualdade.

No entanto, como lembra-nos Butler (2000), “os corpos não se conformam nunca” e é justamente através desta lacuna que o sistema pode se voltar contra si mesmo. Exatamente porque a reiteração é necessária, porque os discursos hegemônicos precisam circular, se fazer presentes e se reafirmar a todo instante faz com que as rearticulações sejam geradas de forma a questionar o sistema em que estão inseridas.

Os Coletivos Estudantis Feministas se inserem nesta lacuna, são rompimentos com o que há de hegemônico, provocam a trinca interna, na medida em que apresentam caráter de contra discurso no meio acadêmico, onde as epistemes ainda se voltam para os modelos universalizantes de ensino e pesquisa. Pensando nos discursos conforme Foucault (1996), não reduzo discurso à fala, mas abarco todas as estratégias discursivas de poder: símbolos, ações, normas, bandeiras, além do que é dito, as lacunas.

Assim, a colada dos cartazes é contra discursiva dentro da Universidade, as ações na Câmara Municipal e no centro das cidades do interior da coronelista Minas Gerais, onde se articulam os diversos coletivos agrupados, desnudam a necessidade de repetição que são próprias dos discursos de poder instalados socialmente. A cada ato, palavra, bandeira, cartaz, ocupação da tribuna e de espaços públicos, a cada grito, beijo e batuque de cada uma das estudantes mulheres ali agrupadas, descama-se a aparente tranquilidade hegemônica.

E por se ver desnudo é que se volta cada vez mais reacionário. O poder do falo, que é sempre simbólico, está calcado no medo de sua própria falta, conforme Freud (1998). O poder fálico precisa ser reiterado todo o tempo, porque só é poder na medida em que é ameaçado de faltar. O medo da perda da virilidade social que reveste nossas Instituições aparece de forma cada vez mais impositiva para fazer-se permanente, para se instalar como verdade, para parecer natural e dado.

É necessário que haja veneração ao falo, caso contrário toda virilidade se coloca ameaçada (BOMFIM; COSTA, 2014). Em momentos políticos conservadores, o que se vê é a extrema busca e valorização dos símbolos de poder masculinizantes, como os

discursos que apelam para o retorno da ditadura militar¹⁶ e o endurecimento contra grupos que destoam da norma heterossexual.¹⁷

Portanto, pisotear o quadro de Marielle Franco é simbolicamente perverso e foi recebido como agressão às próprias mulheres dentro da Instituição, é o exercício fálico de demonstração de poder. Quando a Instituição não toma partido na apuração de um feito desta espécie por receio do momento político, está mantendo o poder hegemônico, o poder simbólico do homem.

Quando o grito feminista perde o medo do falo e assume os embates educacionais para ocupar o lugar que sempre foi negado às mulheres, não é o poder de um professor homem que está ameaçado, é o próprio poder institucional, é o próprio abalar dos discursos hegemônicos que estremece. E assim que um indivíduo representante desse poder fálico sente a ameaça da falta, ele se sente agredido, porque parece uma afronta que um grupo historicamente excluído dos discursos oficiais ouse exigir espaço.

A característica de vivência marginalizada imposta aos Coletivos não se dá somente por seu caráter de Educação não formal, mas se relaciona também com a experiência da injúria sofrida pelas estudantes, que ficam marcadas como agitadoras políticas em seus diversos espaços de atuação. É a própria incorporação do discurso hegemônico, mais que isso, é a legitimação de determinados sujeitos como hegemônias dentro do sistema institucional formal que provoca este efeito.

Podemos pensar então, que da mesma forma que a produção e reiteração das normas de gênero o materializa sobre os corpos, produzindo os corpos abjetos, conforme a conceituação de Butler (2000), também as normas de gênero reiteradas pela instituição produzem indivíduos com experiências marginais à formalidade educacional.

As vivências negras, femininas, travestis, transexuais, pobres, não conseguem se instalar de forma definitiva e legítima porque falam pelas margens e “ainda que falem, não serão ouvidas” (SPIVAK, 2010). No entanto, o abjeto está ainda aquém do marginal, os abjetos são os corpos inviáveis, os corpos inimagináveis, os corpos impedidos de existir, corpos que nossos olhos não dão conta de decifrar. A abjeção é produzida na mesma medida em que a performatividade exerce sua normatização. Quando produzimos então, os corpos que são “normais e adequados”, despejamos

¹⁶ Fonte: <https://pt-br.facebook.com/groups/257299714395248/>

¹⁷ Richard Miskolci elaborou brilhantemente um ensaio sobre a construção da masculinidade brasileira calcada no ideal do soldado, durante o Primeiro Seminário Queer em São Paulo, de 08 a 10 de setembro de 2015. Sua fala está disponível no link: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/9269_I+SEMINARIO+QUEER+CULTU

inexistência a todos os outros.

A produção das abjeções se multiplica imensamente com a crise atual do capitalismo. Com as ondas de imigração, milhões de pessoas se tornam abjetos fora de seus países de origem. Quais corpos passam a ter menos importância ou nenhuma? Sobre quais corpos a vida parece desimportante? A quem damos licença para matar e morrer nas periferias dos grandes centros? Quais jovens estão condenados à morte pela abjeção? Quais estudantes não conseguimos sequer inserir em nossos sistemas educacionais e, quando o fazemos, nossos discursos seguem mantendo-os com caráter excepcional, como a exceção à regra, epistêmica e curricular?

Mas exatamente por sua experiência marginal e abjeta é que os Coletivos Estudantis Feministas chamam tanta atenção para uma proposta de pesquisa em Educação: assim como a realidade do gênero se borra quando não conseguimos encaixar os sujeitos nas normas, o poder das hegemonias é questionado pelas lacunas de seu próprio discurso. É exatamente quando os subalternizados pelo sistema capitalista, sempre tornados objetos de representação de um ente político maior, tomam seu direito de autorrepresentação, temos a possibilidade de insurreição. Quando os Coletivos Feministas das estudantes buscam controlar a forma como são representadas, portanto, há movimento político real, há exercício verdadeiramente democrático, como previu Rancière (1996), ainda que em meio ao caos da política institucionalizada.

Assim é que está posto todo o campo de desafios de uma pesquisa como esta. Apesar de não poder falar com a voz dos Coletivos e ser ilegítimo qualquer desejo de representá-los exatamente pela minha posição de pesquisadora, ainda que esta fronteira de autoridade se borre pela minha própria vivência de estudante, mulher e feminista, mas que se mantenha por ser branca e professora; ainda assim a tentativa de fazer ouvir ao subalterno se dá no campo acadêmico em dois momentos: na exposição do contexto macro e na tentativa de tradução de nossos símbolos.

Dessa forma é que busquei trazer à tona os embates políticos e institucionais que envolvem os Coletivos e contextualizar suas formações políticas internas neste contexto do macroespaço, caso contrário, todo esforço poderia resultar em tracejar maiores limites de marginalização, seria como olhar para o nativo como o exótico, achá-lo interessante, destrinchar seus detalhes e rotinas, mas mantendo as formas imperialistas como padrão de civilidade.

A tradução dos símbolos destes Coletivos, então, resultou em esforço para mantê-los localizados. Quando Spivak (2010) se dispôs maravilhosamente a etnografar o ritual

da queima das viúvas em seu país, a Índia, ela desautoriza a colônia inglesa de fazê-lo. Buscando compreender este ritual a partir da própria cultura indiana, Spivak utiliza os significantes sagrados milenares indianos e, lançando mão de repertório próprio, coloca-se como herdeira de uma civilização pela qual tem direito privilegiado à fala. Ela desloca sua posição periférica em relação à Europa para o centro dos discursos.

Olhar para nossa própria herança cultural sem desvalorizá-la é um desafio epistemológico. As epistemologias do Sul são desenvolvidas como “num mundo fora do mapa”, como nos ensina Boaventura de Sousa Santos (2016). E se o Sul do Globo já está periférico em relação ao centro, quem dirá o Sul de Minas Gerais, fronteiro com São Paulo e mantendo na metrópole seu centro referencial cultural e acadêmico. Por isso a categoria de interior sempre me provocou bastante: porque nossos sotaques de mulheres mineiras, tantas vezes são lidos como inaptidão para o conhecimento valorizado socialmente.

Nosso movimento feminista se articula de forma completamente diversa ao das nossas companheiras da Capital de São Paulo, em quem tanto nos espelhamos porque temos experiências diferenciadas de escolarização, urbanização e, especialmente, de construção social de mulheres.

Portanto, falar a partir deste lugar e mostrar o conhecimento produzido pelas mulheres estudantes daqui, suas lutas políticas e contradições, seus pontos de insurgência e os de colaboração com o sistema, sua capacidade de auto-organização e articulação política fluída e em Redes de apoio é demonstrar a amplitude do repertório de significantes pertencentes a uma cultura tida como subalterna, minorizada historicamente pela colonização europeia, pelas novas formas de imperialismo que exercem os países centrais sobre o Brasil e minorizada pela categoria de mulheres interioranas.

Minha proposta é que os discursos dos Coletivos, mostrados a partir desta perspectiva, desloquem, ainda que precariamente, os discursos centrais hegemônicos da Educação. Que o olhar sobre os Coletivos Estudantis Feministas nos auxilie a nos enxergar como sujeitos com privilégios de fala e capazes de nos representar sem mediação, insurgindo a partir de movimentos sociais com legitimidade democrática.

REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2006.

BACO EXU DO BLUES. **Bluesman**. Salvador, Gravadora 999, 2018.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949. 2 v.

BARATO, Jarbas Novelino. Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para a Educação Profissional. **B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 4–15, 2008. Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/262/245>. Acesso em 20 jul. 2019.

BATISTA, Paula N.P. **Nós comemos e regurgitamos: feminismos transnacionais e coalizões potenciais a partir da Marcha das Vadias de Goiânia – GO**. Goiânia: UFG, 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

BENEDITO, Fabiana de Oliveira. Intrusas: uma reflexão sobre mulheres e meninas na ciência. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 71, n. 2, p. 06-09, abr/jun 2019. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000200003. Acesso em: 20 jun. 2019.

BONI, V.; QUARESMA S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n.1, p. 68-80, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em: 23 jun. 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000. p. 151-172.

BUTLER, Judith. BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: Sobre los límites materiales y discursivos del «sexo»**. Buenos Aires: Paidós. 2002.

BUTLER, Judith. **El género en disputa: el feminismo y La subversión de La identidad**. Barcelona: Paidós, 2007.

CARVALHO, José Jorge. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 107-147, Jul. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000100005. Acesso em: 18 ago. 2018.

CASTRO, Lúcia Rabello de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v16n30/15.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

CORALINA, Cora. **Poema dos Becos de Goiás**. São Paulo: Ed Global, 1983.

DE TILIO, Rafael; DEL NERO, Paola M. Análise do Discurso no blog RadFem: ser mulher para além do corpo. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 401-422, jan. 2019. Disponível em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/13968>. Acesso em: 12 ago. 2019.

DERRIDA, Jacques. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. In: **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

DINIZ-PEREIRA Júlio E; SANTOS, Lucíola L C P. Tentativas de padronização do currículo e da formação de professores no Brasil. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 36, n. 100, p. 281-300, set-dez, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v36n100/1678-7110-ccedes-36-100-00281.pdf>. Acesso: 05 ago 2018.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso** – aula inaugural no College de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. São Paulo: Ed Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 36 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.

FRIGOTTO, Gaudêncio; MOTTA, Vânia C. Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio? Medida Provisória nº 746/2016. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00355.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

GALLO, Sílvio. Em torno de uma Educação Menor. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 27, n. 02, jul/dez, 2002. Disponível em: <file:///D:/Meus%20documentos/Downloads/25926-98931-1-PB.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2018.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, jun. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

GOMES, Nilma L; RODRIGUES, Tatiane C. Resistência democrática: a questão racial e a Constituição Federal de 1988. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 145, p.

928-945, Nov. 2018 . Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-73302018000400928&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 08 ago. 2019.

GRABOIS, Pedro F. Resistência e revolução no pensamento de Michel Foucault: contracondutas, sublevações e lutas. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, v. 2, n. 19, p. 07-27, 2011. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/cefp/article/viewFile/55736/59152>. Acesso em: 10 jun. 2018.

GROPPO, Luís A.; TREVISAN, Júnior; BORGES, Livia; BENETTI, Andréa M. Ocupações no Sul de Minas: autogestão, formação política e diálogo intergeracional. **Educação Temática Digital**. Campinas, v. 19, n. 1, p. 141-164, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647616>. Acesso em: 20 ago. 2019.

GROPPO, Luís A.; RAMOS, Mariana; TREVISAN, Júnior R F; SILVA, Guilherme A; SILVEIRA, Isabella B. Coletivos juvenis políticos em uma universidade pública mineira: microespaço público e experiências de participação no movimento estudantil. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 14, n. 13, p. -22, 2019. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/13428>. Acesso em: 10 ago. 2019.

HANDLER, Richard; GEERTZ, Clifford. An Interview with Clifford Geertz. **Current Anthropology**, v. 32, n. 5, p. 603-613, 1991. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273599531_Interview_with_Clifford_Geertz/link/5879126b08aed3826ae1eeb4/download. Acesso em: 20 ago. 2019.

KREIN, José D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo sociedade**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 77-104, abr. 2018 . Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-0702018000100077&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 ago. 2019.

LAPLATINE, François. **Aprender antropologia**. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LARCHERT, Jeanes M. Cala boca menino! O menino não cala, resiste. **Educação Temática Digital**. Campinas, v. 19, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647837/15180>. Acesso em: 15 ago. 2018.

LOURO, Guacira L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000. p. 07-34.

LOURO, Guacira L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feinistas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2018.

LOURO, Guacira L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, ago. 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php> Acesso em: 07 jun. 2018.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 507- 524, Jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00507.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

MAGNANI, José G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 129-156, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a06.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2018.

MARCUS, G. Ethnography in/of the world system: the emergence of multisited ethnography. **Annual Review of Anthropology**, n. 24, p. 95-117, 1995. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.an.24.100195.000523>. Acesso em 14 jun. 2019.

MATTOS, Carmen L G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, Carmen L G; CASTRO, Paula A., (org.). **Etnografia e Educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, pp. 49-83, 2011. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2018.

MEYER, Dagmar E; PARAÍSO, Marlucy A. (org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

MIELI, Paola. O marciano prateado: normalidade e segregação na peça a Bela Adormecida na geladeira, de Primo Levi. **Tempo Psicanalítico**. Rio de Janeiro, v. 45, n. 01, pp. 179-201, jun. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v45n1/v45n1a12.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MISKOLCI, Richard. Machos e Brothers: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas on-line. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 301-324, abr. 2013. Disponível em: [pid=S0104-026X2013000100016](http://www.scielo.br/pdf/revista/v21n1/v21n1a12.pdf). Acesso em: 14 mai. 2018.

MOURA, Tatiana. **Rostos invisíveis da violência armada: Um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2001.

NEVES, Rafael. Joga pedra na Judith: discursos de ódio e populismo. **Caderno Pagu**, Campinas, n. 53, Jun. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200407. Acesso em: 07 ago. 2018.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (org.) - **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Editora Companhia de Bolso, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1995 Disponível em:
<http://clam.tempsite.ws/bibliotecadigital/detalhes.asp?cod_dados=805> Acesso em: 06 ago. 2019.

SILVA, Mauri Antônio da. Análise crítica da proposta de reforma da previdência social no Brasil entre os anos de 2016 e 2018. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.135, p. 213-230. Ago. 2019. Disponível em: www.scielo.br

SILVA, Tomas Tadeu. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVEIRA, Isabella B. **“Lute como uma menina”**: Gênero e processos de formação na experiência das ocupações secundaristas. 2019. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Educação em Educação, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2019.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

WASELFISH, J J. **Mapa da Violência 2015**. Homicídios de mulheres no Brasil. Brasília, 2015. Disponível em:
http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf. Acesso em 08 de agosto de 2018.